



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007.2013



Intervir+

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Económico
e Coesão Territorial da RAM

INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia

**Relatório Final da Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do
Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira
(Programa INTERVIR+)**

Volume I



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional
Secretaria Regional do Plano e das Finanças



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

FICHA TÉCNICA

Avaliação Intercalar do Programa Intervir+

Relatório Final

Fevereiro 2012

Autoria: Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A.

Coordenação: Augusto Medina

Equipa Técnica: André Alvarim, Douglas Thompson, Hugo Magalhães, Isabel Morais, Miguel Taborda, Pedro Costa, Sara Brandão, Susana Seabra

ACRÓNIMOS E SIGLAS

AG	Autoridade de Gestão
CAE	Classificação das Actividades Económicas
CE	Comissão Europeia
DREM	Direcção Regional de Estatística da Madeira
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
ETI	Equivalente a Tempo Integral
IDERAM	Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira
IDR	Instituto de Desenvolvimento Regional
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
INE	Instituto Nacional de Estatística
IVBAM	Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P.
OI	Organismo Intermédio
PDES	Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAR	Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira
PME	Pequenas e Médias Empresas
PGA	Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013
PO	Programas Operacionais
PO Intervir+	Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAM	Região Autónoma da Madeira
SI+CONHECIMENTO	Sistema de Incentivos à Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Região Autónoma da Madeira
SI EMPREENDINOV	Sistema Incentivos ao Empreendedorismo e Inovação da Região Autónoma da Madeira
SI FUNCIONAMENTO	Sistema de Incentivos ao Funcionamento das Empresas da Região Autónoma da Madeira
SIRE	Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial das Micro e Pequenas Empresas da Região Autónoma da Madeira
SI QUALIFICAR+	Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SI TURISMO	Sistema de Incentivos à Promoção da Excelência Turística da Região Autónoma da Madeira
SCTR	Sistema Científico e Tecnológico Regional
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UMa	Universidade da Madeira

SUMÁRIO EXECUTIVO

O actual período de programação financeira (2007-2013) incluiu uma alteração significativa no processo de avaliação dos Programas Operacionais, perspectivando a avaliação como um instrumento de apoio ao processo de decisão política e visando uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis (em alternativa a um processo de avaliação no essencial definido a priori, como sucedia no Quadro Comunitário de Apoio precedente). Baseando-se nestas orientações, o Observatório do QREN, a estrutura de missão destinada a assegurar o exercício das actividades técnicas de coordenação e monitorização estratégica do QREN, previu no Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA) a realização de um conjunto de exercícios de avaliação ao longo do período de programação (nomeadamente Avaliação Ex-ante, Avaliação de Operacionalização e Avaliação Intercalar), no sentido de obter informação relativamente ao contexto socioeconómico externo e ao contributo das políticas e programas para as prioridades estratégicas comunitárias.

Dando cumprimento ao previsto no PGA, o Instituto de Desenvolvimento Regional, Autoridade de Gestão do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira, doravante PO Intervir+, lançou um procedimento para a realização do estudo de Avaliação Intercalar do Programa Intervir+, tendo para o efeito contratado os serviços da Sociedade Portuguesa de Inovação.

O PO Intervir+ é um instrumento de programação estrutural alinhado com as orientações estratégicas da União Europeia, do QREN e do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2007-2013 (PDES 2007-2013). Criado pelo Governo Regional da Madeira, o PDES 2007-2013 espelha as prioridades de desenvolvimento para a Região, salientando, por um lado, a importância estratégica da inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento; do desenvolvimento sustentável; do potencial humano e coesão social; da cultura e património; e da coesão territorial e desenvolvimento equilibrado e, enfatizando, por outro lado, a relevância temática do turismo; da agricultura e desenvolvimento rural, pesca, indústria, comércio e serviços; das infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos; e da governação regional e sub-regional.

Na sua estrutura de gestão, o PO Intervir+ conta com uma Autoridade de Gestão, responsabilidade assumida pelo Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), e com um Organismo Intermédio, fruto de uma delegação de competências que prevê a delegação de poderes ao Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDERAM) para a prática de actos associados a uma vertente de intervenção específica.

Contribuindo para a concretização do desígnio estratégico definido pelo Governo Regional, manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial, o PO Intervir+ prossegue os seguintes objectivos definidos no PDES 2007-2013:

- Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego através da consagração, na Região Autónoma da Madeira, do novo paradigma das políticas de desenvolvimento baseadas na inovação, no empreendedorismo e na sociedade do conhecimento;
- Assegurar, a todo o tempo, a sustentabilidade das finanças públicas regionais, de modo a salvaguardar e aprofundar a autonomia financeira regional;
- Promover o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos que sustentam a qualidade de vida e o progresso das populações;
- Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da Região Autónoma da Madeira e, simultaneamente, aumentar a coesão social;

- Valorizar a cultura e o património, assegurando a afirmação sustentada da identidade regional;
- Aumentar a coesão territorial na Região Autónoma da Madeira, propiciando condições de equidade económica, social e territorial no acesso aos bens, serviços, equipamentos e resultados do progresso alcançado.

A prossecução da estratégia e das prioridades de desenvolvimento apresentadas pelo PO Intervir+ é realizada através de seis Eixos Prioritários, com diferentes Vertentes de Intervenção e Domínios de Intervenção e de Investimento, apresentados na tabela seguinte:

Eixo	Vertentes de Intervenção	Domínios de Intervenção e Investimento
Eixo I – Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	1.1 Incentivos directos e indirectos às empresas	1.1.1 Incentivos às empresas, designadamente PME 1.1.2 Acções inovadoras
	1.2 Sistema Científico e Tecnológico e sociedade do conhecimento	1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico 1.2.2 Economia digital e sociedade do conhecimento
	1.3 Modernização administrativa	1.3.1 Modernização administrativa
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	2.1 Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	2.1.1 Incentivos às empresas, designadamente PME 2.1.2 Engenharia financeira
	2.2 Envolvente empresarial	2.2.1 Acções colectivas 2.2.2 Acolhimento empresarial 2.2.3 Energia
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	3.1 Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	3.1.1 Ciclo urbano da água – sistemas em baixa 3.1.2 Resíduos sólidos urbanos
	3.2 Riscos naturais e tecnológicos	3.2.1 Prevenção, gestão e monitorização de riscos
	3.3 Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	3.3.1 Sistemas de gestão ambiental de segunda geração, rede natura e biodiversidade
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	4.1 Infra-estruturas e equipamentos colectivos	4.1.1 Mobilidade 4.1.2 Culturais, de potencial turístico e de lazer 4.1.3 Educação 4.1.4 Saúde e desenvolvimento social
	4.2 Reabilitação urbana e rural	4.2.1 Reabilitação urbana e rural
	4.3 Cooperação interregional	4.3.1 Cooperação interregional
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	5.1 Despesas de funcionamento das actividades económicas	5.1.1 Incentivos às empresas para compensação dos sobrecustos da ultraperiferidade 5.1.2 Apoio ao funcionamento e prestação de serviços de interesse económico geral
	5.2 Infra-estruturas e equipamentos públicos	5.2.1 Infra-estruturas e equipamentos colectivos para compensação dos sobrecustos da ultraperiferidade
Eixo VI – Assistência Técnica	6.1 Gestão operacional e monitorização estratégica	6.1.1 Preparação, análise, selecção, avaliação e acompanhamento de projectos 6.1.2 Comunicação, informação e publicidade 6.1.3 Sistema de indicadores de apoio à monitorização do PO 6.1.4 Sistema de informação 6.1.5 Estudos de diagnóstico e avaliação 6.1.6 Aquisição de serviços especializados externos

Focando explicitamente os Eixos Prioritários I a V, o presente estudo tem como principais objectivos a avaliação:

- Da pertinência e da coerência (global e por Eixo Prioritário) face às alterações do contexto de partida e aos níveis de concretização das prioridades estratégicas do PDES 2007-2013, designadamente dos domínios de intervenção consagrados nos Eixos Prioritários do PO Intervir+;
- Da performance e do impacto do PO Intervir+ e dos seus Eixos Prioritários numa fase intermédia do seu período de vigência;
- Do grau de concretização das prioridades estratégicas do PO Intervir+ e dos objectivos específicos dos Eixos Prioritários;
- Dos níveis de contribuição das principais áreas de intervenção para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade e da Agenda Temática Valorização do Território;
- Do modelo e das soluções de gestão adoptadas para o PO Intervir+, em termos globais e segundo as responsabilidades de execução dos Eixos Prioritários.

Estes objectivos traduzem-se nas seguintes questões de avaliação:

1. Quais as alterações socioeconómicas ocorridas nas dimensões-problema que caracterizam a situação de partida, com implicações para o desempenho dos Eixos Prioritários do Programa?
2. Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado?
3. Quais as principais explicações para o perfil de desempenho observado? Este perfil corresponde ao esperado?
4. Quais os contributos efectivos observados para a concretização dos objectivos específicos dos Eixos Prioritários do Programa?
5. Os níveis de realizações e de resultados permitem caracterizar as trajectórias de concretização de impactos ao nível dos principais objectivos gerais (ou estratégicos) do Programa?
6. Qual o impacto global da execução do Programa na concretização das prioridades do PDES 2007-2013?
7. Os impactos antecipáveis no âmbito da concretização das prioridades das diversas tipologias de intervenção estão alinhados com os objectivos gerais (ou estratégicos) do Programa?
8. Quais os efeitos-tipo das principais Áreas de Intervenção do Programa, em termos de contributos para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade do QREN, nomeadamente na produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico, inovação e renovação do modelo empresarial de especialização, desenvolvimento da sociedade de informação e redução dos custos públicos de contexto? Qual o impacto global do Programa na Agenda Temática em questão?
9. Quais os efeitos-tipo identificáveis em domínios-chave de intervenção de Eixos Prioritários do Programa, relevante para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Valorização do Território, nomeadamente em matéria de modernização do parque escolar, redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial, mobilidade territorial e protecção e valorização do ambiente? Qual o impacto global do Programa na Agenda Temática em questão?

Para responder a estas questões de avaliação, foi definida uma metodologia que comportou 3 fases, que decorreram entre Setembro de 2011 e Fevereiro de 2012:

- Fase I – Aprofundamento da metodologia de avaliação;

- Fase II – Desenvolvimento dos trabalhos de recolha e análise da informação;
- Fase III – Elaboração das recomendações.

A metodologia definida implicou um trabalho minucioso de recolha de dados, baseado numa pesquisa bibliográfica e estatística detalhada, envolvendo documentos de âmbito regional (como o Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira, o PDES 2007-2013, a Avaliação Ex-Ante do PO Intervir+ e a Avaliação da Operacionalização do PO Intervir+), documentos de cariz nacional (como os Relatórios Anuais do QREN) e documentos da Comissão Europeia (como o Guia para a Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico - EVALSED).

Complementarmente, foram realizadas 43 entrevistas, das quais 3 aos responsáveis de entidades da Estrutura de Gestão e do Modelo de Governação do QREN, 10 a dirigentes de entidades reconhecidas como *stakeholders* regionais e 30 a quadros/colaboradores de entidades/empresas públicas beneficiárias.

Para além disso, foi elaborado um questionário dirigido às entidades empresariais beneficiárias de projectos aprovados e não aprovados nos diferentes Sistemas de Incentivos, tendo sido obtidos 119 questionários válidos.

No âmbito deste trabalho, foram também elaborados três estudos de caso de boas práticas do contributo do Programa para os resultados e impactos esperados, a saber:

- SI EMPREENDINOV (Eixo I);
- SI FUNCIONAMENTO (Eixo V);
- Intervenções apoiadas no âmbito da renovação do Parque Escolar (Eixo IV).

Estes estudos de caso foram escolhidos tendo em conta os seguintes critérios: inovação dos instrumentos de apoio empresarial, dimensão financeira e alinhamento com as estratégias nacionais.

De referir ainda a realização de um *focus group* para análise e discussão, por um lado, dos principais resultados obtidos através da recolha documental, sondagem e entrevistas (e respectivo contributo para a elaboração de respostas às diferentes Questões de Avaliação) e, por outro lado, dos indicadores. Este *focus group* contou com a presença de elementos da Autoridade de Gestão e do Organismo Intermédio do Programa.

Tendo por base a informação recolhida nas Fases I e II, sinalizam-se como principais conclusões do estudo de Avaliação Intercalar do Programa Intervir+:

1. O contexto actual é afectado negativamente pela crise macroeconómica, agravado pela insularidade, pela excessiva dependência do exterior relativamente aos combustíveis, pela redução do número de operadores em alguns sectores económicos, pela quebra de vários dos indicadores económicos relevantes do turismo e pelo aumento da taxa de desemprego na Região;
2. As alterações socioeconómicas resultantes da grave crise financeira e do clima de restrição orçamental colocam desafios acrescidos à execução do PO Intervir+, exigindo um acompanhamento e monitorização da execução dos projectos ainda mais próximo. De facto, é importante procurar diminuir os riscos que advêm das dificuldades das empresas em aceder ao crédito, bem como dos executores públicos em disporem da contrapartida regional;
3. Verificam-se, ainda assim, algumas evoluções positivas ao nível do contexto regional, reflectidas em indicadores associados às áreas da educação, da saúde, da sociedade de informação e da inovação;
4. A monitorização do PO Intervir+ permitiu identificar um conjunto de alterações necessárias face à evolução do contexto macroeconómico, que se traduziu num exercício de reprogramação aprovado

- pela CE. Consequentemente, foram alteradas as metas de alguns indicadores, reflectindo as dificuldades do contexto e a real procura dos beneficiários;
5. O perfil de desempenho do PO Intervir+ afigura-se, face à execução a 31 de Dezembro de 2011, como positivo e tende a demonstrar que as metas definidas para 2015, quanto aos indicadores de realização e de resultado, serão alcançáveis, pelo que se entende que o Programa responde aos seus propósitos operacionais e específicos;
 6. O cumprimento dos indicadores de realização e de resultado, especialmente se se atender aos níveis de contratualização já alcançados, apresenta níveis de eficácia e de eficiência positivos. Apesar de se observarem níveis de execução moderados em alguns Eixos Prioritários (mesmo considerando o facto de a metodologia de apuramento e acompanhamento de alguns dos indicadores apenas permitir a sua contabilização após o encerramento formal do projecto), estes não parecem comprometer as metas previstas;
 7. Os Eixos Prioritários I, II e IV apresentam uma dinâmica mais elevada ao nível das contratualizações face aos restantes dois Eixos. Considerando que a Região viu a sua conjuntura alterada, num sentido inverso ao esperado e desejado, além de ter sido fortemente abalada em 2010 por uma catástrofe natural, o PO Intervir+ tem-se adaptado às dificuldades e alterações de contexto que o nortearam, respondendo positivamente às necessidades;
 8. A execução financeira, por sua vez, apresenta níveis moderados, sendo a taxa de execução do Programa, a 31 de Dezembro de 2011, de 34,9%, apesar da taxa de compromisso se elevar acima dos 80%. Os Eixos Prioritários I e III são os que apresentam menores taxas de execução financeira, situando-se ambos abaixo dos 20%. Ao contrário, o Eixo Prioritário IV apresenta uma taxa de execução financeira superior a 50%;
 9. A Estrutura de Gestão do PO Intervir+, incluindo a existência de um Organismo Intermédio, tem-se revelado como facilitadora para o actual desempenho do Programa, nomeadamente ao nível da eficácia e da eficiência, destacando-se o apoio técnico aos beneficiários nas diversas fases do processo (divulgação, preparação de candidaturas, implementação e avaliação dos projectos), bem como a existência de um sistema de informação *online*;
 10. Analisando as trajectórias do PO Intervir+, verifica-se que existe a preocupação em incentivar e apoiar um conjunto de projectos em alinhamento com os objectivos gerais e as prioridades estratégicas, articulando, sempre que adequado, a intervenção pública com a intervenção privada. De facto, denota-se, ao longo das trajectórias de execução, que a selecção de projectos tem sido efectuada, dentro de cada Eixo, em sintonia com as áreas prioritárias do Programa, nomeadamente ao nível da:
 - Inovação, empreendedorismo, sociedade de informação, modernização do modelo económico de especialização regional;
 - Consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais;
 - Superação dos constrangimentos da insularidade.
 11. Analisando as taxas de compromisso do PO Intervir+, observa-se uma tendência do Programa (relativamente aos níveis actuais das taxas de compromisso) para privilegiar as intervenções associadas ao objectivo geral 1¹ (Eixos Prioritários I e II), destacando-se de forma mais premente os incentivos às empresas e ao sistema científico e tecnológico e sociedade de conhecimento. No entanto, considerando as actuais taxas de execução, o Programa revela uma propensão para

¹ Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego, desenvolvendo as capacidades regionais de inovação e o espírito empresarial e promovendo uma sociedade do conhecimento.

reforçar a trajectória associada ao objectivo geral 3² (Eixos Prioritários IV e V), salientando-se neste caso os investimentos em infra-estruturas e equipamentos colectivos e em projectos de reabilitação urbana e rural;

12. Analisando as condições de acesso aos vários Sistemas de Incentivos, identificam-se alguns factores (nomeadamente o valor de despesa elegível mínima) que podem estar a limitar o potencial que se pretende que estes incentivos tenham para o desenvolvimento do tecido empresarial da Região;
13. De forma relacionada com os apoios directos às empresas, o PO Intervir+ prevê um conjunto específico de incentivos que visam desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região. No entanto, denotam-se baixos níveis de procura por parte dos beneficiários públicos e privados, sendo o número de projectos actual deficitário face às expectativas e objectivos da Região nestas áreas;
14. Ao nível das intervenções que promovam a conservação do ambiente, da natureza e da biodiversidade, ou que fomentem a partilha de boas práticas de desenvolvimento regional europeu, não existem projectos aprovados;
15. Considerando os impactos antecipáveis das realizações e resultados, em consequência dos investimentos que têm vindo a ser efectuados, denota-se um alinhamento com os objectivos gerais do Programa;
16. Relacionando as realizações e resultados do PO Intervir+ com as prioridades estratégicas do PDES 2007-2012, verifica-se que o Programa está a ter um contributo positivo e relevante para a prossecução dos objectivos estabelecidos no PDES 2007-2013, salientando-se em particular os contributos para a prioridade “Inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento”;
17. As intervenções do PO Intervir+ têm contribuído de forma positiva para a concretização das prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade, nomeadamente para a renovação do modelo empresarial, através dos apoios concedidos no âmbito dos SI, e para a alavancagem dos projectos de investimento das empresas, através dos financiamentos concedidos pelos mecanismos de engenharia financeira;
18. Em termos globais, o desempenho do PO Intervir+ tem impactos relevantes na Agenda Temática Factores de Competitividade, salientando-se o número de empresas beneficiárias dos mecanismos de engenharia financeira e o número de novas empresas apoiadas no âmbito dos SI, bem como os incentivos ao desenvolvimento de sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia;
19. As intervenções do PO Intervir+ têm contribuído de forma positiva para a concretização das prioridades estratégicas da Agenda Temática Valorização do Território, nomeadamente para o reforço da coesão social e territorial, através do apoio à construção/modernização de equipamentos colectivos em áreas diversificadas, bem como para o aumento da segurança dos habitantes da RAM, através do financiamento a projectos de prevenção e gestão de riscos;
20. Em termos de impacto do Programa nesta Agenda, é mais reduzido do que o observado na Agenda Temática Factores de Competitividade, realçando-se, no entanto os apoios à construção/modernização de equipamentos na área do desporto, aos projectos de prevenção e gestão de riscos naturais e aos equipamentos culturais.

Partindo das conclusões enunciadas, apresentam-se um conjunto de recomendações direccionadas ao PO Intervir +, bem como ao Futuro Programa Operacional Regional.

² Aumentar a coesão territorial, propiciando condições de equidade económica, social e territorial e promover a afirmação sustentada da identidade regional.

Recomendações para o PO Intervir+

- I. Sobre a melhoria de desempenho do PO Intervir+
 1. Analisar os projectos aprovados que apresentam actualmente baixas taxas de execução face ao prazo dos mesmos e ao tempo já decorrido, de modo a tomar uma decisão sobre a sua viabilidade, mantendo-os em carteira ou desafectando recursos financeiros dos mesmos, cancelando-os. No caso de desafecção de recursos financeiros, os mesmos deverão ser afectos a domínios de intervenção de maior procura, tendo em atenção a regra do earmarking;
 2. Efectuar um acompanhamento e monitorização técnica mais finos sobre o desenvolvimento de projectos classificados como “Grandes Projectos”, dado, por um lado o seu peso na execução financeira do Programa e, por outro, a relevância que têm para a Região;
 3. Aproveitar a oportunidade recentemente surgida com a Regulamento (CE) nº 1311/2011 de 13 de Dezembro, que prevê a possibilidade de os Estados Membros em dificuldades económicas poderem aumentar as taxas máximas de co-financiamento comunitário aplicáveis aos pagamentos intermédios e aos pagamentos do saldo final;
 4. Sensibilizar as entidades do SCTR para os incentivos existentes no âmbito do domínio de intervenção 1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico, que devem ser aproveitados no sentido de desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região. Neste âmbito, podem ser apoiadas, entre outras, iniciativas que promovam a atracção de investigadores/professores/cientistas de mérito internacional nas áreas prioritárias de investigação, o estímulo à permanência na Região de investigadores seniores, a atracção de estudantes de fora da Região, através do desenvolvimento de actividades de I&D, a participação em programas/projectos comunitários e nacionais, bem como o aprofundamento da cooperação em redes de Investigação, Desenvolvimento e Demonstração, e a transferência de tecnologia e de conhecimento. Se necessário, deverá ser procurado o envolvimento de entidades externas à Região, que possam dar o seu contributo para o desenvolvimento da ciência e tecnologia na Região;
 5. Desenvolver, dentro do domínio de intervenção 4.3.1 Cooperação Interregional, iniciativas que promovam projectos de natureza pública para a identificação e análise de boas práticas com outras regiões ultraperiféricas, ao nível da prevenção de riscos ou energias renováveis, áreas em desenvolvimento na Região e importantes para a sustentabilidade da mesma;
- II. Sobre os instrumentos
 6. Avaliar a possibilidade de rever as condições de elegibilidade dos projectos em alguns dos SI por forma a gerar mais atractividade de micro e pequenas empresas aos SI +CONHECIMENTO, SI TURISMO e SI QUALIFICAR+;
 7. Reformular o tipo e natureza dos projectos de investimento elegíveis no âmbito do SI QUALIFICAR+, acrescentando uma nova tipologia que promova iniciativas empresariais de deslocalização/transferência dos centros urbanos para os parques empresariais intervencionados;
 8. Avaliar a possibilidade de criar medidas que suportem a manutenção do emprego, especialmente nos SI +CONHECIMENTO, SI TURISMO e SI QUALIFICAR+, reduzindo a majoração da taxa base de incentivo prevista para “projectos localizados fora do Funchal” de 5% para 2,5% e criando uma nova majoração intitulada “Manutenção dos postos de trabalho até final do projecto” com 2,5% de majoração sobre a taxa base de incentivo;
 9. Reformular os regulamentos de apoio à I&D e à inovação da Região, nomeadamente o SI +CONHECIMENTO, procurando reforçar o interesse das empresas e das Entidades do SCTR nesta área, privilegiando o desenvolvimento de projectos em co-promoção, a aquisição, por parte das

empresas, de serviços de I&DT junto de entidades do SCTR e a criação de núcleos de I&DT. Acessoriamente, deverá ser equacionada a possibilidade de incluir novas tipologias de projecto que permitam a realização de novos projectos de I&DT em parceria com outras entidades nacionais e internacionais, através do apoio à elaboração de candidaturas a programas internacionais;

10. Analisar a viabilidade de serem identificadas novas soluções que permitam melhorar as condições de financiamento das empresas da Região para a realização de investimentos/projectos;

III. Sobre os indicadores

11. Realizar a monitorização e apuramento dos indicadores de impacto agora definidos no exercício de avaliação intercalar em sede de encerramento do Programa;
12. Alterar a metodologia de cálculo dos indicadores de realização e de resultado que se referem a projectos com mais do que uma intervenção física.

Recomendações para o Futuro Programa Operacional Regional

13. Desenvolver actividades tendentes à concretização de uma estratégia de especialização inteligente, integrando a plataforma europeia “S3” e concentrando os recursos num número reduzido de prioridades e evitando a dispersão dos investimentos em diferentes áreas e sectores de actividade. Esta focalização poderá implicar uma revisão crítica das prioridades estratégicas e das prioridades temáticas previstas no PDES 2007-2013;
14. Prever instrumentos que promovam a I&D e a inovação na Região, que privilegiem a criação de laços de cooperação entre as empresas e as entidades do SCTR e que fomentem a cooperação inter-regional. Neste âmbito, deverão também ser previstos mecanismos de envolvimento de agentes externos, que possibilitem o reforço das competências da Região em I&D;
15. Promover uma monitorização próxima do ecossistema do empreendedorismo, nos seus diferentes domínios (capital humano, empresas e mercados, políticas e programas, apoio financeiro, cultura empreendedora e infra-estruturas e serviços de apoio) no sentido de maximizar os seus impactos na economia regional e no sistema regional de inovação;
16. Prever a definição de todos os indicadores (realização, resultado e impacto) no momento inicial de elaboração do programa, bem como o alinhamento dos mesmos com os objectivos (operacionais, específicos e gerais). Associada a esta acção, deverá ainda ser definida uma metodologia fina de monitorização destes indicadores.

Porto, Fevereiro de 2012

A Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todas pessoas e entidades que, generosamente, se disponibilizaram para a discussão de temas relevantes para o estudo de Avaliação Intercalar do Programa Intervir+, contribuindo com a sua visão para uma análise multifacetada da realidade e facilitando significativamente a reflexão apresentada no presente documento.

Porto, Fevereiro de 2012

A Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A.

ÍNDICE

VOLUME 1

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	ÂMBITO, OBJECTIVOS E QUESTÕES DA AVALIAÇÃO	3
2.1.	Âmbito da avaliação	3
2.2.	Objectivos e questões da avaliação	6
3.	METODOLOGIA	8
3.1.	Instrumentos	8
3.2.	Cronograma	12
3.3.	Principais limitações da avaliação realizada	13
4.	RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	14
4.1.	Alterações socioeconómicas ocorridas nas dimensões-problema com implicações para o desempenho dos Eixos Prioritários do Programa	14
4.2.	Grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado	31
4.3.	Explicações para o perfil de desempenho observado	41
4.4.	Contributos observados para a concretização dos objectivos específicos dos Eixos Prioritários do Programa	52
4.5.	Trajectórias de concretização dos impactos ao nível dos principais objectivos gerais (ou estratégicos) do Programa	67
4.6.	Impacto global da execução do Programa na concretização das prioridades do PDES 2007-2013	78
4.7.	Impactos antecipáveis no âmbito da concretização das prioridades das diversas tipologias de intervenção	83
4.8.	Contributos para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade do QREN e impacto global do Programa nesta Agenda	91
4.9.	Contributos para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Valorização do Território do QREN e impacto global do Programa nesta Agenda	96
5.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	101
5.1.	Conclusões	101
5.2.	Recomendações	110
5.3.	Quadro-síntese	114
	BIBLIOGRAFIA	119

VOLUME 2

1.	ANEXO 1 - ENTREVISTAS	1
1.1.	Guião de entrevista – Entidades/elementos envolvidas na Estrutura de Gestão do Programa.	2
1.2.	Guião de entrevista – Beneficiários	4
1.3.	Guião de entrevista – Outros stakeholders	6
1.4.	Grelhas de Análise de Conteúdo - Entidades/elementos envolvidas na Estrutura de Gestão do Programa.....	7
1.5.	Grelhas de Análise de Conteúdo - Beneficiários	14
1.6.	Grelhas de Análise de Conteúdo - Outros Stakeholders	61
1.7.	Análise de Frequências - Entidades/elementos envolvidas na Estrutura de Gestão do Programa.....	79
1.8.	Análise de Frequências - Beneficiários.....	80
1.9.	Análise de Frequências - Outros Stakeholders	81
2.	ANEXO 2 - SONDAGEM	82
2.1.	Questionário	83
2.2.	Grelha de Apuramentos Tipo	86
2.3.	Grelha de Apuramentos Tipo - Dados Recolhidos	94
2.4.	Grelha de Apuramentos Tipo - Análise de Dados	146
3.	ANEXO 3 - FOCUS GROUP	161
4.	ANEXO 4 - ESTUDOS DE CASO	164
4.1.	Guião de entrevista – Estudo de Caso SI EMPREENDINOV	165
4.2.	Guião de entrevista – Estudo de Caso SI FUNCIONAMENTO.....	167
4.3.	Guião de entrevista – Estudo de Caso Intervenções apoiadas no âmbito da renovação do Parque Escolar.....	169
4.4.	Grelha de Análise de Conteúdo - Estudo de caso SI EMPREENDINOV.....	171
4.5.	Grelha de Análise de Conteúdo - Estudo de caso SI FUNCIONAMENTO.....	174
4.6.	Grelha de Análise de Conteúdo - Estudo de Caso Intervenções apoiadas no âmbito da renovação do Parque Escolar.....	176
4.7.	Estudo de Caso SI EMPREENDINOV - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e à Inovação da Região Autónoma da Madeira	179
4.8.	Estudo de Caso SI FUNCIONAMENTO - Sistema de Incentivos ao Funcionamento das Empresas da Região Autónoma da Madeira	185
4.9.	Estudo de Caso Intervenções apoiadas no âmbito da renovação do Parque Escolar.....	190
5.	ANEXO 5 - INDICADORES	196
5.1.	Indicadores de Realização.....	197
5.2.	Indicadores de Resultado.....	199
5.3.	Indicadores de Impacto	201
5.4.	Indicadores Comuns Comunitários	205

5.5.	Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Temática Factores de Competitividade	207
5.6.	Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Temática Valorização do Território.....	209
5.7.	Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Temática Potencial Humano	211
6.	ANEXO 6 - SITUAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO 2011 - DISTRIBUIÇÃO FINANCEIRA POR EIXO	212

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Eixos Prioritários do PO Intervir+, Vertentes de Intervenção, Objectivos Específicos e Principais Domínios de Intervenção e Investimento.	5
Tabela 2. Lista de entidades da Estrutura de Gestão do PO Intervir+ e <i>stakeholders</i> entrevistados no âmbito dos trabalhos de avaliação.....	9
Tabela 3. Lista de entidades/empresas públicas beneficiárias entrevistadas no âmbito dos trabalhos de avaliação.....	9
Tabela 4. Lista de entidades do Modelo de Governação do QREN entrevistadas no âmbito dos trabalhos de avaliação.....	9
Tabela 5. Respostas obtidas através da sondagem.	10
Tabela 6. Lista de entidades entrevistadas no âmbito dos estudos de caso.....	11
Tabela 7. Estrutura dos estudos de caso.	11
Tabela 8. Relação entre os métodos e as questões de avaliação.....	12
Tabela 9. Relação entre os métodos e as tipologias de intervenção do PO Intervir+ relevantes para a avaliação.....	12
Tabela 10. Cronograma.	13
Tabela 11. Insularidade, Território e Ambiente - Ponto de Partida.	16
Tabela 12. Evolução dos principais indicadores de contexto regionais entre 2007 e 2010.	17
Tabela 13. Evolução da produção bruta de electricidade, por fonte de energia, entre 2007 e 2009.	19
Tabela 14. Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos - Ponto de Partida.	20
Tabela 15. Evolução do número de estabelecimentos de ensino e do pessoal docente na RAM entre os anos lectivos 2007/2008 e 2009/2010.	20
Tabela 16. Evolução dos principais indicadores de educação da RAM entre os anos lectivos 2007/2008 e 2009/2010.	21
Tabela 17. Evolução dos principais indicadores de saúde da RAM entre 2007 e 2009.....	22
Tabela 18. Centros de Saúde com Internamento / Rede de Cuidados Continuados Integrado - RRCCI / Serviço de urgência na RAM.....	22
Tabela 19. Evolução dos principais indicadores de cultura da RAM entre 2003 e 2010.	23
Tabela 20. Imóveis classificados como património cultural na RAM.	23
Tabela 21. Potencial Económico Produtivo e Competências Regionais - Ponto de Partida.	24
Tabela 22. Principais indicadores referentes ao tecido empresarial na RAM.	25
Tabela 23. Evolução dos principais indicadores de turismo da RAM entre 2007 e 2010.....	26
Tabela 24. Evolução dos principais indicadores de emprego da RAM entre 2008 e 2010.....	26
Tabela 25. Principais Indicadores de impacto da crise no tecido empresarial da RAM em 2008 e 2009 e sua variação por sectores.....	27
Tabela 26. Evolução da despesa em I&D na RAM entre 2007 e 2009.....	28
Tabela 27. Evolução do pessoal em I&D (ETI) na RAM entre 2007 e 2009.	28

Tabela 28. Principais indicadores de inovação empresarial na RAM no período 2006-2008.	28
Tabela 29. Evolução dos principais indicadores da sociedade de informação nos agregados familiares entre 2007 e 2011.	29
Tabela 30. Evolução dos principais indicadores da sociedade de informação nos estabelecimentos hoteleiros entre 2008 e 2011.	30
Tabela 31. Evolução dos principais indicadores da sociedade de informação nos hospitais entre 2008 e 2011.	30
Tabela 32. Indicadores de realização e de resultado do Eixo Prioritário I - níveis de contratualização e de execução.	32
Tabela 33. Taxas de compromisso e de execução financeira do Eixo Prioritário I.	33
Tabela 34. Indicadores de realização e de resultado do Eixo Prioritário II - níveis de contratualização e de execução.	34
Tabela 35. Taxas de compromisso e de execução financeira do Eixo Prioritário II.	35
Tabela 36. Indicadores de realização e de resultado do Eixo Prioritário III - níveis de contratualização e de execução.	36
Tabela 37. Taxas de compromisso e de execução financeira do Eixo Prioritário III.	36
Tabela 38. Indicadores de realização e de resultado do Eixo Prioritário IV - Níveis de contratualização e de execução.	37
Tabela 39. Taxas de compromisso e de execução financeira do Eixo Prioritário IV.	38
Tabela 40. Indicadores de Realização e de Resultado do Eixo Prioritário V - Níveis de Contratualização e de Execução.	39
Tabela 41. Taxas de compromisso e de execução financeira do Eixo Prioritário V.	40
Tabela 42. Taxas de compromisso e de execução financeira, por eixo, do PO Intervir+ a 31 de Dezembro de 2011.	42
Tabela 43. Resumo dos indicadores de realização e de resultado revistos/alterados/introduzidos com o exercício de reprogramação (por Eixo Prioritário).	45
Tabela 44. Número de publicações das Universidades Públicas Portuguesas no período 2005-2009.	56
Tabela 45. Indicadores da sociedade de informação nas câmaras municipais da RAM, em 2010.	57
Tabela 46. Área total e número de lotes de terreno dos parques empresariais existentes na RAM.	60
Tabela 47. Realizações e resultados associados à inovação.	70
Tabela 48. Realizações e resultados associados à sociedade de informação.	71
Tabela 49. Realizações associadas ao empreendedorismo.	71
Tabela 50. Realizações e resultados associados à modernização do modelo económico de especialização regional.	73
Tabela 51. Realizações e resultados associados ao desenvolvimento sustentável.	74
Tabela 52. Realizações e resultados associados à consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais.	75
Tabela 53. Realizações e resultados associados à superação dos constrangimentos da insularidade.	76

Tabela 54. Principais objectivos das prioridades estratégicas e temáticas do PDES 2007-2013.	79
Tabela 55. Indicadores de impacto na área da inovação onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.....	85
Tabela 56. Indicadores de impacto na área da sociedade de informação onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.	86
Tabela 57. Indicadores de impacto na área do empreendedorismo onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.	87
Tabela 58. Indicadores de impacto na área da modernização do modelo económico de especialização regional onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.	87
Tabela 59. Indicadores de Impacto na área do desenvolvimento sustentável onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.	88
Tabela 60. Indicadores de impacto na área da consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.	89
Tabela 61. Indicadores de Impacto na área da superação dos constrangimentos da insularidade onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.	90
Tabela 62. Relação entre as tipologias da Agenda Temática Factores de Competitividade e os domínios de intervenção do PO Intervir+.	91
Tabela 63. Aprovação e execução por tipologias da Agenda Temática Factores de Competitividade até 31 de Dezembro de 2011.	93
Tabela 64. Realização física do Programa Intervir+ considerando os Indicadores Comuns Nacionais (trimestrais e anuais) da Agenda Temática Factores de Competitividade.	94
Tabela 65. Realização física do Programa Intervir+ e do QREN considerando os Indicadores Comuns Nacionais trimestrais da Agenda Temática Factores de Competitividade (valores contratados).	95
Tabela 66. Relação entre as tipologias da Agenda Temática Valorização do Território e os domínios de intervenção do PO Intervir+.	96
Tabela 67. Aprovação e execução por tipologias da Agenda Temática Valorização do Território até 31 de Dezembro de 2011.	98
Tabela 68. Realização física do Programa Intervir+ considerando os Indicadores Comuns Nacionais (trimestrais e anuais) da Agenda Temática Valorização do Território.	99
Tabela 69. Realização física do Programa Intervir+ e do QREN considerando os Indicadores Comuns Nacionais trimestrais da Agenda Temática Valorização do Território (valores contratados).	100
Tabela 70. Quadro-síntese das principais conclusões e recomendações.....	114

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Esquema síntese da metodologia de análise das principais alterações socioeconómicas ocorridas.....	15
Figura 2. Variação da população residente, por Concelho, na RAM entre 2001 e 2011.....	17
Figura 3. Distribuição da população residente por Concelho na RAM em 2011.	18
Figura 4. Evolução do número de alunos matriculados por nível de ensino na RAM entre os anos lectivos 2007/2008 e 2009/2010.....	21
Figura 5. Distribuição da população empregada na RAM por sector de actividade em 2010.	27
Figura 6. Actividades de inovação empresarial na RAM no período 2006-2008.....	29
Figura 7. Tipos de inovação empresarial na RAM no período 2006-2008.....	29
Figura 8. Níveis de contratualização dos indicadores face às metas finais.	42
Figura 9. Níveis de execução dos indicadores face às metas finais.	43
Figura 10. Forma como tomaram conhecimento da existência dos SI.....	46
Figura 11. Níveis de satisfação com a regulamentação, os formulários e critérios de selecção e o processo de decisão.	47
Figura 12. Níveis de satisfação com o acompanhamento e a execução.	48
Figura 13. Motivos que possam ter potenciado a concretização dos objectivos inicialmente previstos...	49
Figura 14. Motivos que possam ter limitado a concretização dos objectivos inicialmente previstos.	50
Figura 15. Distribuição do número de empresas sediadas na RAM por sector de actividade, em 2009. ...	53
Figura 16. Distribuição sectorial do fundo aprovado nos diferentes SI às empresas do Eixo I até 31 de Dezembro de 2011 e índice de especialização face à UE em 2009.	54
Figura 17. Distribuição do fundo aprovado por sector de actividade e categoria de intensidade tecnológica e de conhecimento.	54
Figura 18. Distribuição do investimento elegível nos SI do Eixo I por tipo de investimento.....	55
Figura 19. Distribuição do número de projectos aprovados nos diferentes SI às empresas do Eixo II até 31 de Dezembro de 2011.	58
Figura 20. Distribuição do investimento total elegível dos projectos aprovados nos diferentes SI às empresas do Eixo II até 31 de Dezembro de 2011.	58
Figura 21. Distribuição do investimento elegível nos SI do Eixo II por tipo de investimento.....	59
Figura 22. População servida por sistemas de abastecimento de água, sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais, em 2009.	61
Figura 23. Evolução da produção de RSU e da recolha selectiva na Região Autónoma da Madeira entre 2000 e 2010.	61
Figura 24. Distribuição do número de projectos aprovados no SI FUNCIONAMENTO por sector de actividade até 31 de Dezembro de 2011.....	65
Figura 25. Distribuição do número de projectos aprovados no SI FUNCIONAMENTO por dimensão da empresa até 31 de Dezembro de 2011.	65

Figura 26. Distribuição do número de projectos aprovados no SI FUNCIONAMENTO por Concelho até 31 de Dezembro de 2011.	66
Figura 27. Alinhamento da estrutura programática do PO Intervir+.	69
Figura 28. Trajectórias verificadas nos objectivos gerais do PO Intervir+.	77
Figura 29. Relação entre as prioridades estratégicas do PDES 2007-2013 e os Eixos Prioritários do PO Intervir+.	80
Figura 30. Alinhamento entre os impactos antecipáveis e o objectivo geral 1.	83
Figura 31. Alinhamento entre os impactos antecipáveis e o objectivo geral 2.	83
Figura 32. Alinhamento entre os impactos antecipáveis e o objectivo geral 3.	84
Figura 33. Fundo aprovado por tipologias da Agenda Temática Factores de Competitividade até 31 de Dezembro de 2011.	92
Figura 34. Fundo aprovado por tipologias da Agenda Temática Valorização do Território até 31 de Dezembro de 2011.	97

1. INTRODUÇÃO

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira, doravante PO Intervir+, aprovado por Decisão da Comissão Europeia (CE) de 5 de Outubro de 2007, integra-se no período de programação 2007-2013 das intervenções comunitárias do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), a título do Objectivo Competitividade Regional e Emprego estabelecido pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

A Avaliação Intercalar do PO Intervir+ enquadra-se nas orientações comunitárias, nacionais e regionais e assegura uma adequada articulação entre uma vertente de operacionalização (focalizada na análise da implementação das intervenções e na apresentação de recomendações para a melhoria do seu desempenho) e uma vertente tendencialmente estratégica (focalizada na análise dos contributos das operações para a prossecução dos respectivos objectivos e prioridades e na apresentação de recomendações para melhorar os respectivos desempenhos), centrando-se nas realizações, resultados e, sempre que possível, nos impactos (bem como na relação de causalidade entre estes três níveis) do PO Intervir+.

Em maior detalhe, a Avaliação Intercalar do PO Intervir+ enquadra-se no Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA) e no Plano de Avaliação do PO Intervir+, dando cumprimento ao determinado pelo modelo de governação do QREN neste domínio.

O presente documento corresponde ao Volume 1 do Relatório Final da Avaliação Intercalar do PO Intervir+ e visa sistematizar as actividades realizadas, apresentando as conclusões e recomendações correspondentes a cada uma das questões de avaliação. Este documento encontra-se estruturado de acordo com o Caderno de Encargos e inclui, para além deste, os seguintes capítulos:

- **Capítulo 2 – Âmbito, Objectivos e Questões da Avaliação**, que descreve, sucintamente, o objecto da avaliação, incluindo as Vertentes de Intervenção, os Objectivos Específicos e os Domínios de Intervenção e Investimento, expõe os principais objectivos do exercício e apresenta as questões de avaliação;
- **Capítulo 3 – Metodologia**, que sintetiza a metodologia utilizada nas diferentes fases do estudo, identificando os instrumentos aplicados, apresenta o cronograma e identifica as principais limitações da avaliação realizada;
- **Capítulo 4 – Resultados da Avaliação**, que apresenta os resultados da recolha, análise e tratamento da informação, referentes a cada uma das questões de avaliação;
- **Capítulo 5 – Conclusões e Recomendações**, que sintetiza as principais conclusões e apresenta as recomendações decorrentes da avaliação realizada.

O Relatório Final inclui ainda um Volume 2 com os seguintes anexos:

- **Anexo 1 – Entrevistas**, que apresenta os guiões de entrevista, as grelhas de análise de conteúdo e a análise de frequência das respostas;
- **Anexo 2 – Sondagem**, que apresenta o questionário aplicado, as respostas obtidas e a análise das respostas;
- **Anexo 3 – Focus Group**, que descreve os principais resultados obtidos na sessão de *focus group*;
- **Anexo 4 – Estudos de Caso**, que apresenta os guiões de entrevista e as grelhas de análise de conteúdo referentes aos estudos de caso;

- **Anexo 5 – Indicadores**, que apresenta os Indicadores de Eixo do Programa, os Indicadores de Impacto, os Indicadores Comuns Comunitários e os Indicadores Comuns Nacionais de reporte anual e trimestral;
- **Anexo 6 – Situação a 31 de Dezembro 2011 – Distribuição financeira por eixo**, que apresenta um ponto de situação relativamente ao número de projectos aprovados, ao investimento/custo elegível, aos fundos programados, aprovados e executados e às taxas de compromisso, execução e realização.

2. ÂMBITO, OBJECTIVOS E QUESTÕES DA AVALIAÇÃO

Neste capítulo descreve-se, em primeiro lugar, a estrutura do PO Intervir+, incluindo as Vertentes de Intervenção, os Objectivos Específicos e os Domínios de Intervenção e Investimento. Seguidamente expõem-se os principais objectivos do exercício de Avaliação Intercalar do PO Intervir+ e, por último, apresentam-se as questões de avaliação consideradas.

2.1. Âmbito da avaliação

O actual período de programação financeira (2007-2013) incluiu uma alteração significativa no processo de avaliação dos Programas Operacionais (PO), perspectivando a avaliação como um instrumento de apoio, “à medida das necessidades”, do processo de decisão política e visando uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis (em alternativa a um processo de avaliação no essencial definido *a priori*, como sucedia no Quadro Comunitário de Apoio precedente). Tendo por base estas orientações, o PGA, documento elaborado pela Rede de Avaliação do QREN sob coordenação do Observatório do QREN, prevê a realização de um conjunto de exercícios de avaliação ao longo do período de programação, no sentido de obter informação e gerar conhecimento relevante, com uma forte componente de reflexão crítica relativamente ao contexto socioeconómico externo e ao contributo das políticas e programas para as prioridades estratégicas comunitárias.

O ciclo de avaliação do QREN e dos PO 2007-2013 teve início com os exercícios de avaliação *ex-ante*, que analisaram, nomeadamente, a racionalidade e a coerência, tendo dado importantes contributos para as respectivas versões finais. Estes exercícios identificaram áreas críticas para o bom desempenho dos Programas, que deverão merecer particular atenção na fase das avaliações a executar durante o período de programação.

No decurso de 2009 e 2010, foram realizados os estudos de avaliação da operacionalização dos PO que, para além de analisarem a coerência interna e externa dos Programas, aferiram de que forma e com que grau de sucesso as indicações programáticas foram concretizadas. Esta operacionalização envolveu múltiplos aspectos, tais como: a afectação de recursos financeiros; o processo de divulgação; o envolvimento dos respectivos actores nas diversas fases do processo e instrumentos facilitadores dessa participação; os instrumentos e metodologias utilizadas na operacionalização dos Programas; a fundamentação e validação das opções tomadas; e a monitorização da execução, avaliação de resultados preliminares e incorporação regular de recomendações, com vista à melhoria contínua.

De acordo com a programação do PGA, seguem-se as avaliações intercalares que visam, genericamente, a análise dos resultados atingidos com as intervenções co-financiadas por Fundos Comunitários num momento intermédio do período de programação, permitindo, por um lado, aferir o grau de cumprimento das metas previstas para os indicadores de realização e resultado (analisando o contributo das intervenções para os objectivos operacionais e específicos) e, por outro lado, sinalizar potenciais desvios e suas razões (possibilitando a introdução atempada de ajustamentos)³. É então expectável a análise crítica das intervenções alcançadas, face às intenções iniciais, suportada pela análise, quer das alterações ao contexto económico e social, quer da evolução das prioridades e políticas comunitárias, nacionais e regionais. Para a sua implementação, é desejável considerar prioritariamente os dados do sistema de monitorização, mas também os exercícios de avaliação precedentes (avaliação *ex-ante* e avaliação da operacionalização) e as informações e estudos sobre o contexto e sua evolução⁴.

³ Observatório do QREN (2010), Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 (disponível em http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=45).

⁴ Observatório do QREN (2004), EVALSED: A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – O GUIA (disponível em <http://www.observatorio.pt/download.php?id=89>)

O presente estudo de avaliação intercalar tem como objecto o PO Intervir+, um instrumento de programação estrutural alinhado com as orientações estratégicas da União Europeia, do QREN e do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2007-2013 (PDES 2007-2013). Criado pelo Governo Regional da Madeira, o PDES 2007-2013 espelha as prioridades de desenvolvimento para a RAM, salientando, por um lado, a importância estratégica da inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento; do desenvolvimento sustentável; do potencial humano e coesão social; da cultura e património; e da coesão territorial e desenvolvimento equilibrado e, enfatizando, por outro lado, a relevância temática do turismo; da agricultura e desenvolvimento rural, pesca, indústria, comércio e serviços; das infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos; e da governação regional e sub-regional.

Contribuindo para a concretização do desígnio estratégico definido pelo Governo Regional, “manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial”, o PO Intervir+ prossegue os seguintes objectivos definidos no PDES 2007-2013:

- “Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego através da consagração, na Região Autónoma da Madeira, do novo paradigma das políticas de desenvolvimento baseadas na inovação, no empreendedorismo e na sociedade do conhecimento;
- Assegurar, a todo o tempo, a sustentabilidade das finanças públicas regionais, de modo a salvaguardar e aprofundar a autonomia financeira regional;
- Promover o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos que sustentam a qualidade de vida e o progresso das populações;
- Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da Região Autónoma da Madeira e, simultaneamente, aumentar a coesão social;
- Valorizar a cultura e o património, assegurando a afirmação sustentada da identidade regional;
- Aumentar a coesão territorial na Região Autónoma da Madeira, propiciando condições de equidade económica, social e territorial no acesso aos bens, serviços, equipamentos e resultados do progresso alcançado.”⁵

A prossecução da estratégia e das prioridades de desenvolvimento apresentadas pelo PO Intervir+ é realizada através de seis Eixos Prioritários, com diferentes Vertentes de Intervenção, Objectivos Específicos e Domínios de Intervenção e de Investimento (ver Tabela 1).

⁵ Direcção Regional de Planeamento e Finanças (2006), Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2007-2013

Tabela 1. Eixos Prioritários do PO Intervir+, Vertentes de Intervenção, Objectivos Específicos e Principais Domínios de Intervenção e Investimento.

Eixo	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Domínios de Intervenção e Investimento
Eixo I – Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos directos e indirectos às empresas	Transformar o padrão de especialização e aumentar a inovação na economia da Região	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos às empresas, designadamente PME Ações inovadoras
	Sistema Científico e Tecnológico e sociedade do conhecimento	Desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região	<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico Economia digital e sociedade do conhecimento
	Modernização administrativa	Melhorar a qualidade e a eficácia da Administração Pública Regional	<ul style="list-style-type: none"> Modernização administrativa
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	Assegurar a sustentabilidade e a diversificação da economia	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos às empresas, designadamente PME Engenharia financeira
	Envolvente empresarial	Melhorar a envolvente da actividade empresarial	<ul style="list-style-type: none"> Ações colectivas Acolhimento empresarial Energia
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	Melhorar a eficiência e a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e de resíduos sólidos urbanos	<ul style="list-style-type: none"> Ciclo urbano da água – sistemas em baixa Resíduos sólidos urbanos
	Riscos naturais e tecnológicos	Prevenir, gerir e monitorizar riscos naturais e tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Prevenção, gestão e monitorização de riscos
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	Intervir no ambiente, na natureza e na biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas de gestão ambiental de segunda geração, rede natura e biodiversidade
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	Consolidar a cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos colectivos	<ul style="list-style-type: none"> Mobilidade Culturais, de potencial turístico e de lazer Educação Saúde e desenvolvimento social
	Reabilitação urbana e rural	Apoiar a reabilitação urbana e rural	<ul style="list-style-type: none"> Reabilitação urbana e rural
	Cooperação interregional	Conhecer boas práticas de desenvolvimento regional europeu	<ul style="list-style-type: none"> Cooperação interregional
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	Despesas de funcionamento das actividades económicas	Combater os efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos às empresas para compensação dos sobrecustos da ultraperiferidade Apoio ao funcionamento e prestação de serviços de interesse económico geral
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	Reduzir os custos adicionais que pesam sobre os investimentos públicos de interesse colectivo em razão da ultraperiferidade	<ul style="list-style-type: none"> Infra-estruturas e equipamentos colectivos para compensação dos sobrecustos da ultraperiferidade
Eixo VI – Assistência Técnica	Gestão operacional e monitorização estratégica	Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO	<ul style="list-style-type: none"> Preparação, análise, selecção, avaliação e acompanhamento de projectos Comunicação, informação e publicidade Sistema de indicadores de apoio à monitorização do PO Sistema de informação Estudos de diagnóstico e avaliação Aquisição de serviços especializados externos

Fonte: IDR (2007), Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM.

O exercício de avaliação intercalar foca explicitamente os Eixos I a V, pelo que o Eixo VI do Programa não é alvo de análise no presente trabalho.

Para além disso, o exercício de avaliação intercalar incide sobre os Eixos com maior peso no Programa, nomeadamente os seguintes domínios de intervenção:

- 1.1.1 - Incentivos às empresas designadamente PME;
- 1.2.1 - Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico;
- 2.1.2 - Engenharia financeira;
- 2.2.1 - Acções colectivas;
- 3.2.1 - Prevenção, gestão e monitorização de riscos;
- 4.1.3 - Educação;
- 5.1.1 - Incentivos às empresas para compensação dos sobrecustos da ultraperifericidade.

De referir ainda que o estudo de avaliação em questão tem como âmbito geográfico a Região Autónoma da Madeira (RAM) e assume como período de referência o que decorre entre 1 de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2011.

2.2. Objectivos e questões da avaliação

O estudo de Avaliação Intercalar do PO Intervir+ tem como principais objectivos a avaliação:

- Da pertinência e da coerência (global e por Eixo Prioritário) face às alterações do contexto de partida e aos níveis de concretização das prioridades estratégicas do PDES 2007-2013, designadamente dos domínios de intervenção consagrados nos Eixos Prioritários do PO Intervir+;
- Da performance e do impacto do PO Intervir+ e dos seus Eixos Prioritários numa fase intermédia do seu período de vigência;
- Do grau de concretização das prioridades estratégicas do PO Intervir+ e dos objectivos específicos dos Eixos Prioritários;
- Dos níveis de contribuição das principais áreas de intervenção para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade e da Agenda Temática Valorização do Território;
- Do modelo e das soluções de gestão adoptadas para o PO Intervir+, em termos globais e segundo as responsabilidades de execução dos Eixos Prioritários.

Estes objectivos traduzem-se nas seguintes questões de avaliação:

1. Quais as alterações socioeconómicas ocorridas nas dimensões-problema que caracterizam a situação de partida, com implicações para o desempenho dos Eixos Prioritários do Programa?
2. Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado?
3. Quais as principais explicações para o perfil de desempenho observado? Este perfil corresponde ao esperado?
4. Quais os contributos efectivos observados para a concretização dos objectivos específicos dos Eixos Prioritários do Programa?
5. Os níveis de realizações e de resultados permitem caracterizar as trajectórias de concretização de impactos ao nível dos principais objectivos gerais (ou estratégicos) do Programa?
6. Qual o impacto global da execução do Programa na concretização das prioridades do PDES 2007-2013?

7. Os impactos antecipáveis no âmbito da concretização das prioridades das diversas tipologias de intervenção estão alinhados com os objectivos gerais (ou estratégicos) do Programa?
8. Quais os efeitos-tipo das principais Áreas de Intervenção do Programa, em termos de contributos para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade do QREN, nomeadamente na produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico, inovação e renovação do modelo empresarial de especialização, desenvolvimento da sociedade de informação e redução dos custos públicos de contexto? Qual o impacto global do Programa na Agenda Temática em questão?
9. Quais os efeitos-tipo identificáveis em domínios-chave de intervenção de Eixos Prioritários do Programa, relevante para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Valorização do Território, nomeadamente em matéria de modernização do parque escolar, redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial, mobilidade territorial e protecção e valorização do ambiente? Qual o impacto global do Programa na Agenda Temática em questão?

Para responder a estas questões de avaliação, foi aplicado um conjunto de instrumentos metodológicos (ver mais detalhes no capítulo seguinte), entre os quais entrevistas a entidades da Estrutura de Gestão e do Modelo de Governação do QREN (como o Instituto de Desenvolvimento Regional, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira e o Observatório do QREN), a entidades reconhecidas como *stakeholders* (como por exemplo a Associação de Jovens Empresários Madeirenses e a Direcção Regional de Informática) e a entidades/empresas públicas beneficiárias, inquéritos e estudos de caso.

Adicionalmente, foi recolhida e analisada informação relevante sobre:

- “Os contributos das intervenções apoiadas (das realizações) no âmbito do Programa Intervir+ para os resultados e os impactos já verificados nesta fase da sua implementação ou esperados no futuro, sendo nesse quadro imprescindível a definição de uma proposta de bateria de indicadores de impacto relevantes para o Programa;
- Os desvios verificados no desempenho do Programa até ao momento da avaliação, face designadamente às suas metas de realização e resultados;
- Eventuais ajustamentos a adoptar de modo a potenciar os resultados e impactos (e a sustentabilidade dos mesmos) e, desse modo, a eficácia e eficiência do Programa;
- Iniciativas que, pela sua inovação e/ou potencial de replicabilidade (para outros públicos ou outros contextos) possam ser consideradas boas práticas e utilizadas na divulgação e promoção do Programa junto dos seus destinatários finais, mas também junto das diferentes partes interessadas.”⁶

⁶ IDR (2011), Caderno de Encargos do Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM (Programa Intervir+).

3. METODOLOGIA

Neste capítulo sintetiza-se, em primeiro lugar, a metodologia utilizada nas diferentes fases do estudo de Avaliação Intercalar do Programa Intervir+, identificando-se os instrumentos aplicados. Seguidamente apresenta-se o cronograma com as actividades realizadas (entre Setembro de 2011 e Fevereiro de 2012) no âmbito de presente trabalho e, por último, identificam-se as principais limitações da avaliação realizada.

3.1. Instrumentos

O exercício de avaliação suportou-se numa abordagem multi-método, que permitiu abarcar um vasto leque de sensibilidades, opiniões e *stakeholders* chave. De seguida descrevem-se em detalhe os métodos utilizados.

Recolha Documental

No desenvolvimento dos trabalhos de Avaliação Intercalar do Programa Intervir+, foi efectuado o levantamento das principais fontes de registo, a selecção de documentos relevantes (destacando-se relatórios, estudos, documentos estratégicos, estatísticas,...), a pré-análise e análise crítica para validação da credibilidade.

Os resultados da recolha documental contribuíram, por um lado, para a compreensão profunda do objecto de avaliação e do seu enquadramento conceptual e legislativo a nível comunitário, nacional e regional e, por outro lado, para a resposta à maioria das questões de avaliação. No capítulo da Bibliografia apresentam-se em detalhe as fontes de informação consultadas.

Entrevistas

De acordo com a metodologia prevista para a realização do trabalho, foram realizadas entrevistas aos vários intervenientes no Programa, designadamente entidades da Estrutura de Gestão, entidades reconhecidas como *stakeholders* e entidades/empresas públicas beneficiárias. Estas entrevistas realizaram-se durante as três primeiras deslocações ao Funchal (entre os dias 27 e 28 de Outubro de 2011, 9 e 11 de Novembro de 2011, e 14 e 16 de Dezembro de 2011), tendo, no total, sido realizadas 2 entrevistas aos responsáveis de entidades da Estrutura de Gestão, 10 entrevistas a dirigentes de entidades reconhecidas como *stakeholders* regionais e 30 entrevistas a quadros/colaboradores de entidades/empresas públicas beneficiárias. De sinalizar ainda que foi realizada uma entrevista ao responsável do Observatório do QREN, enquanto entidade do Modelo de Governação do QREN, no dia 21 de Dezembro, em Lisboa.

A Tabela 2, a Tabela 3 e a Tabela 4 apresentam as listas, por categoria, das entidades entrevistadas no âmbito dos trabalhos de avaliação.

Tabela 2. Lista de entidades da Estrutura de Gestão do PO Intervir+ e stakeholders entrevistados no âmbito dos trabalhos de avaliação.

Entidades da Estrutura de Gestão do PO Intervir+	Stakeholders
<ul style="list-style-type: none"> • Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira • Instituto de Desenvolvimento Regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Jovens Empresários Madeirenses • Câmara de Comércio e Indústria da Madeira • Direcção Regional do Ambiente • Direcção Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa • Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia • Direcção Regional de Informática • ECAM – Empresa de Consultoria e Assessoria Empresarial da Madeira • Lisgarante, Sociedade de Garantia Mútua • Sociedade de Desenvolvimento da Madeira • SS Finantial

Tabela 3. Lista de entidades/empresas públicas beneficiárias entrevistadas no âmbito dos trabalhos de avaliação.

Entidades/empresas públicas beneficiárias	
<ul style="list-style-type: none"> • Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira • Agência Regional de Energia e Ambiente da Madeira • Associação Quebra Costas Centro de Arte Contemporânea • ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira • Centro de Empresas e Inovação da Madeira • Centro de Estudos de História do Atlântico • Direcção Regional da Administração Pública do Porto Santo • Direcção Regional da Qualificação Profissional • Empresa de Electricidade da Madeira • Horários do Funchal • IGA – Investimentos e Gestão da Água • IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira • Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira • Laboratório Regional de Engenharia Civil • Madeira Parques Empresariais 	<ul style="list-style-type: none"> • Madeira Tecnopolo • Município de Câmara de Lobos • Município do Funchal • Município de Machico • Município de Porto Moniz • Município de São Vicente • Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais • Secretaria Regional do Equipamento Social • Secretaria Regional do Turismo e Transportes • Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira • Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira • Sindicato de Professores da Madeira • Sociedade de Desenvolvimento da Ponta Oeste • Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira • Universidade da Madeira

Tabela 4. Lista de entidades do Modelo de Governação do QREN entrevistadas no âmbito dos trabalhos de avaliação.

Entidades do Modelo de Governação do QREN
<ul style="list-style-type: none"> • Observatório do QREN

No Anexo 1 apresentam-se, por categoria, o guião de entrevista, a grelha de análise de conteúdo para cada uma das entrevistas realizadas e a análise de frequência das respostas.

Sondagem

O método de sondagem envolveu a elaboração de um questionário dirigido às entidades empresariais com projectos aprovados e não aprovados nos diferentes Sistemas de Incentivos (SI) dos Eixos I e II do PO Intervir+ até Outubro de 2011. Inicialmente estava previsto que o questionário fosse aplicado também às entidades empresariais beneficiárias do SI do Eixo Prioritário V (beneficiárias no âmbito do SI FUNCIONAMENTO); no entanto, com a realização de um estudo de caso referente a este SI, concluiu-se que não seria necessário aplicar este instrumento como forma de recolha de informação junto das entidades envolvidas.

Deste modo, a população auscultada ascendeu a 219 entidades empresariais que se haviam candidatado aos diferentes SI dos Eixos I e II. Para o efeito, foi disponibilizado um questionário *online*, tendo o período de preenchimento decorrido entre os dias 10 e 16 de Novembro de 2011.

No sentido de ser recolhido o máximo número de respostas através deste instrumento, implementaram-se as seguintes medidas:

- A data limite para o preenchimento do questionário *online* foi alterada de 16 de Novembro para 5 de Dezembro de 2011;
- Foi realizado um *follow-up* às entidades que não responderam imediatamente ao questionário. Este processo de acompanhamento foi suportado pelo envio do questionário por fax e por contactos telefónicos com os promotores ou entidades consultoras.

Assim, a amostra obtida foi de 119 questionários, o que corresponde a um erro amostral máximo de 6,1% para um intervalo de confiança de 95%. Considerando que a margem de erro aceitável nestes casos se situa nos 5%, isto significa que, estatisticamente, as conclusões são válidas apenas para a amostra, não podendo ser extrapoladas para a população. Este resultado pode ser justificado pelo facto de se ter optado por auscultar entidades com projectos não aprovados, entidades essas que, em princípio, teriam uma menor predisposição para colaborar com o Programa no âmbito do presente trabalho.

A tabela seguinte apresenta a distribuição das respostas da amostra por SI. De referir que, do total de 119 respostas, 114 correspondem a projectos aprovados e 5 a projectos não aprovados.

Tabela 5. Respostas obtidas através da sondagem.

Sistema de Incentivos	Nº de respostas
SI +CONHECIMENTO (I e II) – Sistema de Incentivos à Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM	3
SI EMPREENDINOV (I e II) – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Inovação da RAM	32
SI QUALIFICAR+ (I, II e III) – Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial da RAM	22
SI TURISMO (I e II) – Sistema de Incentivos à Promoção da Excelência Turística da RAM	19
SIRE (I e II) – Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial da RAM	40
Campo não preenchido	3
Total	119

No Anexo 2 apresentam-se o questionário aplicado, as respostas recolhidas e a análise das respostas.

Focus Group

O *focus group* é uma técnica que consiste numa discussão estruturada que envolve a partilha progressiva e a clarificação de perspectivas e ideias dos participantes. Por ser uma técnica que permite a construção e partilha de perspectivas, o *focus group* garante ao moderador um conjunto de dados diversificados.

No âmbito da avaliação intercalar, foi realizado um *focus group* para análise e discussão, por um lado, dos principais resultados obtidos através da recolha documental, da sondagem e das entrevistas (e respectivo contributo para a elaboração de respostas às diferentes Questões de Avaliação) e, por outro lado, dos indicadores.

Este *focus group* teve lugar no dia 13 de Janeiro de 2012 e contou com a presença de elementos da Autoridade de Gestão (AG) e do Organismo Intermédio (OI) do Programa.

No Anexo 3 apresentam-se os principais resultados obtidos na sessão de *focus group*.

Estudos de Caso

Em qualquer trabalho de avaliação, é fundamental a análise de um conjunto de estudos de caso que possam constituir boas práticas do contributo do Programa para os resultados e impactos esperados.

No âmbito deste trabalho, foram seleccionados 3 estudos de caso, a saber:

- SI EMPREENDINOV (Eixo I);
- SI FUNCIONAMENTO (Eixo V);
- Intervenções apoiadas no âmbito da renovação do Parque Escolar (Eixo IV).

Estes estudos de caso foram escolhidos tendo em conta os seguintes critérios: inovação dos instrumentos de apoio empresarial, dimensão financeira e alinhamento com as estratégias nacionais.

Para recolher informação para descrição das práticas seleccionadas, foram realizadas três entrevistas adicionais com entidades consideradas relevantes (ver Tabela 6).

Tabela 6. Lista de entidades entrevistadas no âmbito dos estudos de caso.

Estudo de Caso	Entidade
Intervenções no Parque Escolar	Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos
SI EMPREENDINOV	Centro de Empresas e Inovação da Madeira
SI FUNCIONAMENTO	Instituto de Desenvolvimento Empresarial

Para este efeito, foram desenvolvidos guiões de entrevista, bem como definida a estrutura dos estudos de caso (ver Tabela 7).

Tabela 7. Estrutura dos estudos de caso.

Relevância / Pertinência	<p>Adequação entre o diagnóstico e as reais necessidades</p> <p>Determinar em que medida o diagnóstico inicial orientador de uma intervenção de cariz público se adequa às reais necessidades e problemas dos destinatários/beneficiários da mesma, às prioridades definidas e ao contexto socioeconómico e institucional.</p>
Coerência	<p>Adequação dos recursos aos objectivos</p> <p>Determinar em que medida são disponibilizadas condições de exequibilidade das medidas públicas face aos seus objectivos e resultados esperados, bem como o grau de consistência das estratégias adoptadas ao nível da implementação, gestão de recursos, coordenação e complementaridade e articulação dos objectivos.</p>
Eficácia / Eficiência	<p>Perfil de desempenho</p> <p>Determinar o perfil de desempenho em termos de realizações e resultados e sua correspondência face ao esperado, identificação de desvios ou resultados inesperados, clarificação das razões que conduziram ao perfil observado.</p>
Utilidade	<p>Grau de Impacto expectável</p> <p>Determinar em que medida os impactos obtidos com a implementação de uma intervenção de cariz público respondem a necessidades sociais e económicas mais alargadas, isto é, para além daquelas espelhadas num diagnóstico inicial.</p>
Sustentabilidade / Inovação	<p>Grau de transferibilidade</p> <p>Determinar em que medida os resultados obtidos poderão produzir efeitos/mudanças estruturais e dessa forma perdurar no tempo.</p>

No Anexo 4 apresentam-se os guiões de entrevista e as grelhas de análise de conteúdo referentes aos três estudos de caso.

Relação entre os Métodos e as Questões de Avaliação e as Tipologias de Intervenção mais relevantes

De forma complementar, apresenta-se seguidamente a relação directa entre os métodos de avaliação e as questões de avaliação, bem como entre aqueles e as Tipologias de Intervenção mais relevantes.

A Tabela 8 sistematiza a relação entre os métodos apresentados e as questões de avaliação.

Tabela 8. Relação entre os métodos e as questões de avaliação.

Métodos	Questões de Avaliação								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Recolha documental									
Sondagem									
Entrevista									
Estudo de caso									
<i>Focus group</i>									

Finalmente, a Tabela 9 apresenta a relação entre os métodos de avaliação e as tipologias de intervenção do PO Intervir+ relevantes para a avaliação.

Tabela 9. Relação entre os métodos e as tipologias de intervenção do PO Intervir+ relevantes para a avaliação.

Métodos	Tipologias de Intervenção do PO Intervir+ relevantes para a avaliação						
	1.1.1 Incentivos às Empresas designadamente PME	1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico	2.1.2 Engenharia Financeira	2.2.1 Acções Colectivas	3.2.1 Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	4.1.3 Educação	5.1.1 Incentivos às Empresas para Compensação dos Custos da Ultraperiferidade
Recolha documental							
Sondagem							
Entrevista							
Estudo de caso							
<i>Focus group</i>							

3.2. Cronograma

O cronograma seguinte (ver Tabela 10) apresenta as actividades desenvolvidas no âmbito do presente trabalho de avaliação.

Tabela 10. Cronograma.

Semanas		Set.		Out.			Nov.				Dez.				Jan.				Fev.			Mar.					
		19-23	26-30	3-7	10-14	17-21	24-28	31-4	7-11	14-18	21-25	28-2	5-9	12-16	19-23	26-30	2-6	9-13	16-20	23-27	30-03	06-10	13-17	20-24	27-2	5-9	
Fases	Fase I – Aprofundamento da metodologia de avaliação																										
	Fase II – Desenvolvimento dos trabalhos de recolha e análise da informação																										
	Fase III – Elaboração das recomendações																										
Produtos	Relatório Inicial																										
	Síntese de Progresso 1																										
	Síntese de Progresso 2																										
	Relatório Preliminar																										
	Relatório Final																										

3.3. Principais limitações da avaliação realizada

A elaboração do estudo de Avaliação Intercalar do Programa Intervir+ implicava, de acordo com o Caderno de Encargos, a utilização de diversos instrumentos metodológicos, de entre os quais, métodos quasi-experimentais, que permitissem, sempre que possível, comparar os efeitos das intervenções apoiadas com situações reais de inexistência das mesmas.

No presente trabalho, foi definido que a sondagem seria o método utilizado para recolher os dados que permitissem fazer esta comparação, devido ao facto de o questionário ser administrado ao universo das entidades com projectos aprovados e não aprovados.

No entanto, conforme apresentado na secção 3.1, o número de respostas obtidas de entidades com projectos não aprovados foi diminuto (apenas 5), inviabilizando a comparação.

Deste modo, a impossibilidade de utilizar os métodos quasi-experimentais representou uma importante limitação ao estudo de Avaliação Intercalar do PO Intervir+.

Refira-se, contudo, que esta limitação não assume expressão suficiente para se considerar que não são válidos os resultados obtidos nesta avaliação.

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Neste Capítulo apresentam-se as respostas referentes a cada uma das questões de avaliação, tendo por base as actividades descritas no Capítulo anterior.

4.1. Alterações socioeconómicas ocorridas nas dimensões-problema com implicações para o desempenho dos Eixos Prioritários do Programa

A grave crise financeira e o clima de restrição orçamental que actualmente afectam o País e a Região colocam desafios acrescidos a um Programa inserido no objectivo Competitividade e Emprego da Política de Coesão, daí derivando necessariamente riscos quanto à prossecução dos objectivos e prioridades estratégicas do PO Intervir+.

Se por um lado os intervenientes consideram que sem financiamento teriam muita dificuldade em desenvolver projectos nos domínios de maior ambição do Programa (nomeadamente a modernização e internacionalização da base económica regional), em continuar com os investimentos públicos previstos (especialmente os associados ao domínio do desenvolvimento sustentável) e em combater as fragilidades associadas à ultraperifericidade, reconhecem também que as actuais restrições orçamentais e o abrandamento da economia provocam constrangimentos severos ao nível do investimento, não dispondo dos meios financeiros que lhes permitam suportar as comparticipações necessárias ou recorrer ao crédito.

Face ao contexto de partida que motivou o PO Intervir+, existem alguns factores que afectam ou continuam a afectar negativamente a evolução das dimensões-problema em análise (insularidade, território e ambiente, infra-estruturas e equipamentos, potencial económico produtivo e competências regionais), bem como outros que contribuem de forma positiva para a evolução favorável do contexto regional. De entre os factores que afectam ou continuam a afectar negativamente a evolução das dimensões-problema em análise e o desempenho dos Eixos Prioritários do Programa, apontam-se os seguintes:

- A insularidade, que agrava os efeitos da actual crise macroeconómica;
- A dependência do exterior relativamente aos combustíveis fósseis;
- As dificuldades de acesso ao crédito por parte do tecido empresarial para financiar as suas actividades;
- A elevada redução do número de empresas em alguns sectores de actividade;
- As quebras em vários dos indicadores económicos relevantes do turismo, sector-chave na RAM;
- O aumento da taxa de desemprego na Região, que se situa actualmente acima dos 14%.

Por outro lado, denota-se a existência de factores que contribuem de forma positiva para a evolução favorável do contexto regional face ao contexto de partida e que afectam algumas das dimensões-problema assinaladas, realçando-se:

- A evolução positiva dos indicadores de educação e da sociedade de informação;
- A existência de uma rede regional de infra-estruturas e de serviços de saúde satisfatória;
- O aumento da despesa em I&D no sector Estado (embora não acompanhado pelo sector Empresas) e a taxa de empresas com actividades de inovação (superior à do continente).

Fundamentação

A análise das principais alterações socioeconómicas ocorridas nas dimensões-problema assenta por um lado, na caracterização do ponto de partida, estabelecendo-se o alinhamento entre o diagnóstico do PDES 2007-2013, a análise SWOT apresentada no texto do PO Intervir+, as prioridades estratégicas e temáticas definidas pelo PDES 2007-2013 e finalmente os Programas de Governo e o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira (PIDDAR) e, por outro lado, na caracterização da situação actual, através da análise dos indicadores de contexto, de outros dados estatísticos relevantes e da percepção dos intervenientes.

Para uma melhor compreensão, quer do ponto de partida, quer da situação actual, propõe-se uma leitura das principais alterações socioeconómicas por dimensões-problema, destacando-se questões como a Insularidade, Território e Ambiente, as Infra-estruturas e Equipamentos, o Potencial Económico Produtivo e as Competências Regionais (ver Figura 1).

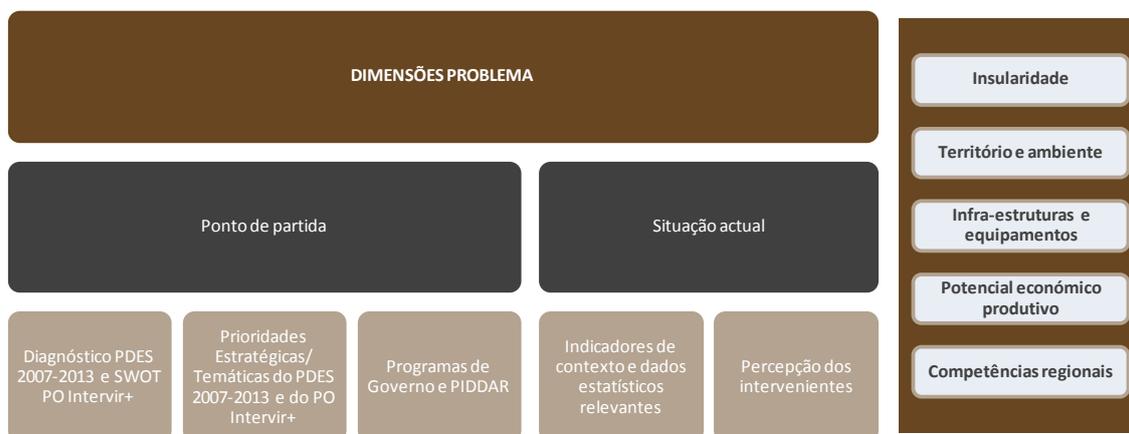


Figura 1. Esquema síntese da metodologia de análise das principais alterações socioeconómicas ocorridas.

Insularidade, Território e Ambiente - Ponto de Partida

Considerando as dimensões-problema Insularidade, Território e Ambiente, salienta-se um conjunto de debilidades, sinalizadas quer no diagnóstico do PDES 2007-2013, quer na SWOT do PO Intervir+ como pontos fracos e reconhecidas como impeditivas da evolução socioeconómica da Região. Apontam-se como principais pontos fracos a insularidade (na dupla vertente de distanciamento geográfico dos mercados europeus e exígua dimensão do mercado regional), as condições geográficas da RAM, as dificuldades na gestão e ordenamento do território, a existência de ecossistemas frágeis e uma acentuada dependência do exterior.

Fruto do reconhecimento destes pontos fracos, estabeleceram-se prioridades (no PDES 2007-2013) e incluíram-se medidas nos vários instrumentos programáticos regionais (PO Intervir+, Programas do Governo e PIDDAR), de modo a dar uma resposta concreta àquelas debilidades. Na Tabela 11 sintetiza-se a relação entre os pontos fracos detectados no diagnóstico do PDES 2007-2013 e na SWOT do PO Intervir+ e as respostas programadas, considerando as dimensões-problema Insularidade, Território e Ambiente.

Tabela 11. Insularidade, Território e Ambiente - Ponto de Partida.

Diagnóstico PDES 2007-2013 e SWOT PO Intervir+ (Pontos fracos)	Prioridades Estratégicas (PE)/ Temáticas (PT) do PDES 2007-2013	Prioridades do PO Intervir+	Programa de Governo/PIDDAR
<ul style="list-style-type: none"> • Distância dos principais mercados europeus, agravada ainda pela condição insular e exiguas dimensões do mercado • Relevo acidentado com áreas de difícil acesso • Elevada pressão urbano-turística com implicações negativas ao nível do ordenamento do território • Padrão de povoamento muito diferenciado no espaço regional • Ecossistemas frágeis • Grande dependência do exterior 	<p>(PE) Coesão territorial e desenvolvimento equilibrado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização e gestão do território regional tendo em vista o desenvolvimento equilibrado de 4 subsistemas funcionais (capital regional, costa norte, oeste e Ilha de Porto Santo) • Protecção do equilíbrio do espaço regional através da prevenção de situações de risco 	<p>Eixo IV Eixo V</p>	<ul style="list-style-type: none"> • P4 – Educação e Formação • P7 – Saúde • P9 – Habitação e Realojamento • P10 – Cultura e Património • P11 – Desenvolvimento Territorial Equilibrado • P13 – Agricultura e Desenvolvimento Rural • P17 – Infra-estruturas e equipamentos colectivos
	<p>(PT) Infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos, através da promoção da acessibilidade às principais zonas de actividade económica e da mobilidade intra-regional • Minimização das desvantagens da insularidade e ultraperiferidade, através da aposta nas acessibilidades externas • Prossecução do desenvolvimento sustentável, nomeadamente no domínio do saneamento básico 		
	<p>(PE) Desenvolvimento sustentável [Ambiental]</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do trabalho ao nível das estruturas de gestão ambiental • Promoção da gestão ambiental da biodiversidade e conservação da natureza 	<p>Eixo III</p>	<ul style="list-style-type: none"> • P3 – Gestão do Ambiente e do Património Natural • P16 – Energia

Insularidade, Território e Ambiente - Situação Actual

Insularidade

Num contexto macroeconómico de crise, a localização insular distanciada das regiões centrais, a exiguidade do mercado regional e a forte dependência do Continente apresentam-se como factores fortemente penalizadores para um desenvolvimento equilibrado, coeso e sustentável.

Ainda que este cenário não se reflecta nos dados estatísticos mais recentes (ver Tabela 12), a atenuação dos níveis de encravamento face ao exterior e o alargamento da dimensão económica do mercado regional constituem prioridades fundamentais.

Acresce a esta situação restritiva o impacto da intempérie do dia 20 de Fevereiro de 2010, com grandes e graves repercussões e elevados prejuízos materiais, provocando a destruição de numerosas infra-estruturas regionais.

Tabela 12. Evolução dos principais indicadores de contexto regionais entre 2007 e 2010.

Indicador	2007	2008	2009	2010
PIB (10 ⁶ Euros)	5.046,9	5.280,3	5.139,6	5.224,5
PIB pc (10 ³ Euros)	20,504	21,392	20,809	21,134
PIB pc PT=100 (%)	128	132	131	130
PIB pc UE27=100 (%)	101	103	105	105
PIB - taxa de variação em volume (%)	- 1,5	2,2	- 3,3	0,4
VAB (10 ⁶ Euros)	4.358,1	4.584,2	4.535,7	4.572,0
Emprego - indivíduos total (Nº)	122,3	121,7	118,4	x
FBCF (10 ⁶ Euros)	1.026,5	1.111,7	x	x
Rendimento Disponível Bruto (10 ⁶ Euros)	2.805,5	3.071,5	2.976,8	x
Rendimento Disponível Bruto pc (Euros)	11.393,1	12.438,9	12.038,0	x

Fonte: DREM (2011), Contas Regionais 1995-2010P

Legenda: PIB pc - Produto Interno Bruto per capita; PIB pc PT – Produto Interno Bruto per capita para Portugal = 100; PIB pc UE27 - Produto Interno Bruto per capita em paridade do poder de compra para UE=27; VAB – Valor Acrescentado Bruto; e FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo.

Território

O padrão de povoamento do território muito diferenciado mantém-se como uma área de melhoria, gerando a necessidade de um esforço acrescido para aumentar a eficiência de infra-estruturas, equipamentos e serviços.

Entre 2004 e 2011, a RAM revelou um aumento significativo da densidade populacional (cerca de 9,3% enquanto que a nível nacional o valor observado foi de 2,0%). Este aumento esteve fundamentalmente associado aos concelhos de Santa Cruz e Porto Santo, nos quais, segundo dados provisórios dos Censos 2011, se observou uma variação de 44,7% e 22,6%, respectivamente, na população residente entre 2001 e 2011 (ver Figura 2).

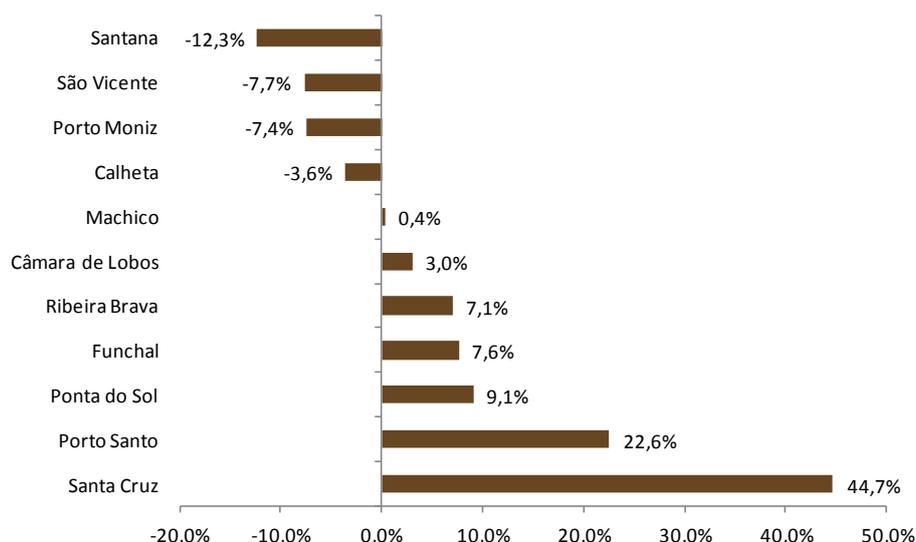


Figura 2. Variação da população residente, por Concelho, na RAM entre 2001 e 2011.

Fonte: INE (2011), Censos 2011 – Resultados Provisórios

Analisando a distribuição da população residente por concelho, constata-se que cerca de 41,8% da população da Madeira reside no Concelho do Funchal. Seguem-se os concelhos de Santa Cruz e Câmara de Lobos com 16,1% e 13,3%, respectivamente e com valores abaixo dos 10% os restantes concelhos (ver Figura 3).

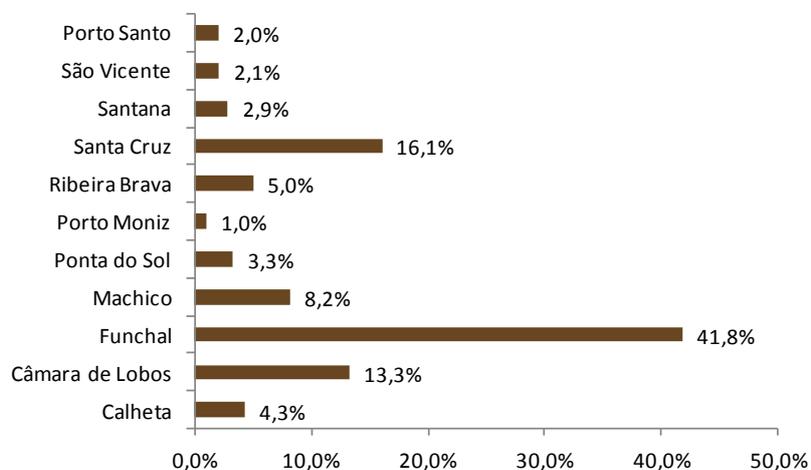


Figura 3. Distribuição da população residente por Concelho na RAM em 2011.

Fonte: INE (2011), Censos 2011 – Resultados Provisórios

Ambiente

No que se refere ao ambiente, permanecem centrais as questões ligadas ao subaproveitamento da capacidade de produção de energia hidroeléctrica e à dependência do exterior relativamente aos combustíveis. Na sequência da intempérie de Fevereiro de 2010, tornou-se também prioritário o esforço de manutenção das redes e sistemas (saneamento básico, abastecimento de água...).

A dimensão ambiental foi um domínio com significativa prioridade nas intervenções do último período de programação (2000-2006) e os investimentos em infra-estruturas e equipamentos realizados contribuíram para a melhoria dos indicadores de cobertura de drenagem e tratamento de águas residuais, de abastecimento de água às populações e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Não obstante as metas alcançadas terem permitido que o actual ciclo de intervenções fosse reorientado para a qualificação das redes e dos sistemas, bem como para a monitorização de descritores/indicadores ambientais (prioridades re-equacionadas pelas necessidades derivadas do temporal de Fevereiro de 2010), a aposta na energia e na valorização dos recursos endógenos continua a ser premente. De facto, apesar da variação da produção bruta de electricidade a partir dos recursos hídricos e eólicos entre 2007 e 2009 ser muito positiva, o peso das energias renováveis no total de electricidade produzida é muito inferior ao registado em Portugal (ver Tabela 13).

Tabela 13. Evolução da produção bruta de electricidade, por fonte de energia, entre 2007 e 2009.

Fonte de energia	2007				2008				2009			
	Portugal		RAM		Portugal		RAM		Portugal		RAM	
		% do total		% do total		% do total		% do total		% do total		% do total
Total (kWh)	47.253.123.467		956.933.687		45.963.988.729		994.645.136		50.186.612.851		995.735.112	
Eólica (kWh)	4.036.596.516	8,5%	14.143.914	1,5%	5.757.379.943	12,5%	15.267.670	1,5%	7.576.963.054	15,1%	39.918.134	4,0%
Geotérmica (kWh)	200.989.605	0,4%	-		191.646.916	0,4%	-		183.937.129	0,4%	-	
Hídrica (kWh)	10.448.972.472	22,1%	66.312.624	6,9%	7.295.733.505	15,9%	83.699.208	8,4%	9.009.267.117	18,0%	140.135.191	14,1%
Fotovoltaica (kWh)	24.132.164	0,1%	-		33.423.173	0,1%	-		139.052.329	0,3%	-	
Térmica (kWh)	32.542.432.710	68,9%	876.477.149	91,6%	32.685.805.192	71,1%	895.678.258	90,1%	33.277.393.222	66,3%	815.681.787	81,9%

Fonte: DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009 e DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010

Insularidade, Território e Ambiente - Percepção dos Intervenientes

Suportando a informação documental e estatística recolhida, salienta-se a percepção dos diferentes intervenientes quanto a estas dimensões-problema, obtida através da realização de entrevistas.

Em termos gerais, as entidades e indivíduos entrevistados consideram que, ainda que não correspondendo a uma alteração do contexto socioeconómico, a condição insular continua a ser um foco de dificuldade. Reconhecem que a disponibilidade de infra-estruturas e equipamentos básicos sociais e económicos constituem condições necessárias para apoiar os processos de desenvolvimento económico e social, de promoção do equilíbrio e coesão territorial e de compensação dos custos da ultraperifericidade. Destacam, por fim, o impacto gerado pelo temporal de 20 Fevereiro de 2010 na reestruturação de prioridades na área do ambiente.

Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos - Ponto de Partida

Ao nível das Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos, importa salientar como ponto de partida o forte enfoque dado aos níveis de eficiência dos equipamentos e serviços, que se encontravam abaixo do desejado, sendo esse factor associado à dimensão territorial da Região. Este ponto fraco foi reconhecido através do desenho de prioridades estratégicas e temáticas, ao nível do PDES 2007-2013, e de um conjunto de medidas de acção específicas (Eixo Prioritário IV do PO Intervir+ e Programas do Governo e PIDDAR), que procuram alavancar positivamente um conjunto articulado de intervenções em infra-estruturas e equipamentos colectivos. Na Tabela 14 apresenta-se o ponto de partida quanto a esta dimensão-problema, estabelecendo-se a ligação entre os vários instrumentos de programação regional.

Tabela 14. Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos - Ponto de Partida.

Diagnóstico PDES 2007-2013 e SWOT PO Intervir+ (Pontos fracos)	Prioridades Estratégicas (PE)/ Temáticas (PT) do PDES 2007-2013		Prioridades do PO Intervir+	Programa de Governo/PIDDAR
<ul style="list-style-type: none"> Níveis de eficiência abaixo dos desejados em alguns equipamentos e serviços devido à dimensão territorial da Região 	(PE) Potencial humano e coesão social	<ul style="list-style-type: none"> Conclusão das necessidades básicas da rede escolar Melhoria da cobertura, acessibilidade e qualidade dos serviços de saúde Reabilitação do parque habitacional público e promoção da integração social, urbanística e paisagística 	Eixo IV	<ul style="list-style-type: none"> P4 – Educação e Formação P7 – Saúde P9 – Habitação e Realojamento P10 – Cultura e Património P11 – Desenvolvimento Territorial Equilibrado P13 – Agricultura e Desenvolvimento Rural P17 – Infra-estruturas e equipamentos colectivos
	(PE) Cultura e património	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e dinamização da oferta cultural através, por exemplo, da ampliação da oferta museológica da RAM 		
	(PT) Infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria das infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos 		

Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos - Situação Actual

Seguidamente apresenta-se a caracterização da situação actual quanto à dimensão-problema Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos, destacando-se factores relevantes em algumas áreas prioritárias como a educação, a saúde, a cultura e a habitação e com impactos quer na estrutura regional, quer na implementação do PO Intervir+.

Educação

No que concerne em particular à rede de infra-estruturas e equipamentos da educação, nos últimos anos lectivos (2007/2008, 2008/2009 e 2009/2010) assistiu-se a uma evolução positiva dos indicadores de educação, observando-se um aumento geral do número de estabelecimentos de ensino e do pessoal docente (ver Tabela 15).

Tabela 15. Evolução do número de estabelecimentos de ensino e do pessoal docente na RAM entre os anos lectivos 2007/2008 e 2009/2010.

Indicador	2007/2008	2008/2009	2009/2010
Estabelecimentos de ensino			
Educação pré-escolar (Nº)	172	175	178
Básico (1º, 2 e 3º ciclo) (Nº)	191	197	197
Secundário (Nº)	26	31	36
Superior (Nº)	4	4	4
Pessoal docente			
Educação pré-escolar (Nº)	1061	1159	1212
Básico (1º ciclo e 2º ciclo) (Nº)	2562	2600	2907
Básico (3º ciclo) e secundário (Nº)	3124	3216	3226
Superior (Nº)	345	345	329

Fonte: DREM (2009), Madeira em Números – 2008; DREM (2010), Madeira em Números - 2009 e DREM (2011), Madeira em Números – 2010

De salientar a evolução positiva da taxa de pré-escolarização que, sendo já em 2007/2008 superior à nacional, atingiu em 2009/2010 os 90% (ver Tabela 16).

Registando uma ligeira redução, a taxa de escolarização no ensino básico manteve-se também superior à nacional, não se observando o mesmo na taxa de escolarização no ensino secundário. Neste último caso, apesar da melhoria significativa registada nos últimos anos, a taxa mantém-se bastante inferior à nacional. Estes indicadores parecem estar associados à taxa de retenção e desistência no ensino básico, por um lado, e à taxa de transição/conclusão no ensino secundário, ambas com valores menos positivos do que os atingidos a nível nacional.

Tabela 16. Evolução dos principais indicadores de educação da RAM entre os anos lectivos 2007/2008 e 2009/2010.

Indicador	2007/2008		2008/2009		2009/2010	
	Portugal	RAM	Portugal	RAM	Portugal	RAM
Taxa de pré-escolarização (%)	79,8	87,2	83,4	87,9	85,0	90,0
Taxa de escolarização no ensino básico (%)	121,3	131,3	130,6	130,8	127,1	129,7
Taxa de escolarização no ensino secundário (%)	101,0	106,3	146,7	115,8	146,2	121,2
Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	7,9	12,4	7,8	11,4	7,9	11,8
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%)	79,0	73,4	80,9	73,3	80,7	75,6

Fonte: DREM (2009), Madeira em Números – 2008; DREM (2010), Madeira em Números - 2009 e DREM (2011), Madeira em Números – 2010

Na sequência do referido, também nos últimos anos se assistiu a um aumento do número de alunos matriculados, destacando-se o 3º ciclo do ensino básico e o secundário (ver Figura 4).

Atendendo aos indicadores analisados e reconhecendo, por um lado, a importância da criação de condições que permitam a melhoria das taxas de escolarização no ensino secundário, com um aumento das taxas de transição e uma redução das taxas de retenção e, por outro, a existência de um número de estabelecimentos suficiente para as necessidades, assume-se como prioritária a aposta na qualidade das infra-estruturas e equipamentos escolares da Região.

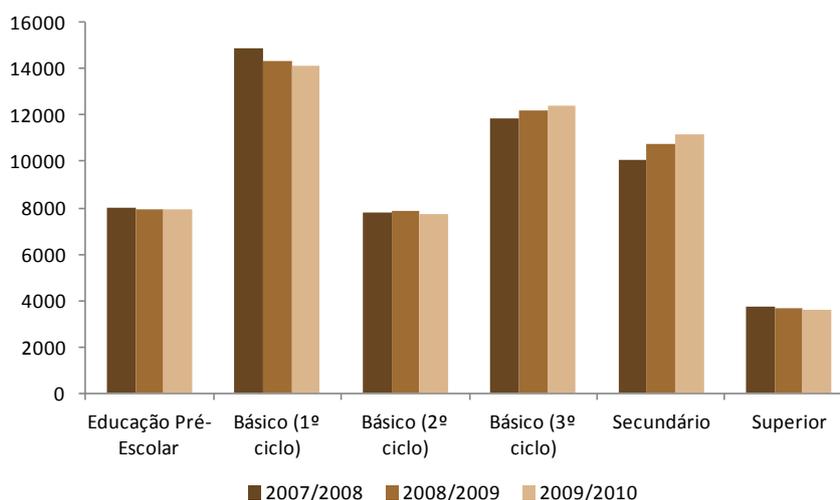


Figura 4. Evolução do número de alunos matriculados por nível de ensino na RAM entre os anos lectivos 2007/2008 e 2009/2010.

Fonte: DREM (2011), Madeira em Números – 2010

Saúde

No âmbito da saúde, constata-se a existência de uma rede regional de infra-estruturas e de serviços de saúde satisfatória, particularmente no âmbito dos cuidados de saúde primários.

Os principais indicadores ao nível da saúde mostram uma evolução positiva nos últimos anos (ver Tabela 17), ainda que o número de médicos por 1000 habitantes se apresente inferior aos valores nacionais (3,8 em 2009).

Tabela 17. Evolução dos principais indicadores de saúde da RAM entre 2007 e 2009.

Indicador	2007	2008	2009
Hospitais (Nº)	7	7	7
Centros de Saúde (Nº)	14	14	13
Farmácias (Nº)	62	62	63
Médicos / 1000 Habitantes (Nº)	2,4	2,5	2,7
Farmacêuticos / 1000 Habitantes (Nº)	0,7	0,8	0,8
Enfermeiros / 1000 Habitantes (Nº)	7,4	7,7	7,9

Fonte: DREM (2011), Estatísticas da Saúde da Região Autónoma da Madeira - 2009

Observa-se uma redução do número de centros de saúde que, no total, garantem a existência de 70 camas para internamento e de 26 para cuidados continuados integrados (ver Tabela 18).

Face às necessidades da população, mantêm-se como objectivos prioritários melhorar a acessibilidade dos cidadãos aos cuidados de saúde e garantir a qualidade da sua prestação, designadamente através de uma adequada articulação entre os Cuidados de Saúde Primários, os Cuidados Hospitalares e a Rede de Cuidados Continuados Integrados.

Tabela 18. Centros de Saúde com Internamento / Rede de Cuidados Continuados Integrado - RRCCI / Serviço de urgência na RAM.

Centros de Saúde com Internamento / Rede de Cuidados Continuados Integrado - RRCCI / Serviço de Urgência - SU		
Centro de Saúde	Nº de Camas	SU
Calheta	13 de internamento / 7 de RRCCI	X
Porto Santo	7 de internamento	X
Santana	22 de internamento	X
S. Vicente	28 de internamento / 9 de RRCCI	X
S. António	10 de RRCCI	-
Machico	-	X
Ribeira Brava	-	X
Porto Moniz	-	X
Câmara de Lobos	-	X

Fonte: SESARAM (2010), Plano Estratégico 2010/2011

Cultura

Em termos gerais, os indicadores relativos à cultura têm-se demonstrado estáveis desde 2007 (com uma tendência de quebra ligeira nos anos mais recentes) (ver Tabela 19).

De salientar, neste contexto, a redução, desde 2008, no número total de visitantes nos museus, altura em que os reflexos da crise internacional começaram a tornar-se mais evidentes. De destacar, também, a existência de uma rede alargada de infra-estruturas e equipamentos culturais (reunindo a Região 166

imóveis classificados como património cultural, dos quais 7 monumentos nacionais), que requer um esforço contínuo de requalificação e modernização (ver Tabela 20).

Tabela 19. Evolução dos principais indicadores de cultura da RAM entre 2003 e 2010.

Indicador	2003	2007	2008	2009	2010
Museus (Nº)	13	16	14	14	15
Visitantes (Nº)	156.825	687.993	700.797	673.667	614.822
Galerias de Arte e Espaços de Exposições Temporárias (Nº)	18	25	24	21	25
Exposições (Nº)	120	212	185	170	192
Obras Expostas (Nº)	3.855	5.947	5.499	5.604	6.670
Visitantes (Nº)	49.878	74.275	85.959	68.825	98.769
Publicações Periódicas (Nº)	48	57	53	49	48
Total Tiragem Anual	11.640.349	13.439.880	17.358.363	16.398.906	18.877.484

Fonte: DREM, Estatísticas da Cultura (2001-2010)

Tabela 20. Imóveis classificados como património cultural na RAM.

Classificação	Nº
Monumento Nacional	7
Interesse Público	56
Interesse Municipal	100
Valor Regional	1
Valor Cultural Regional	2
Total	166

Fonte: SRT – Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes

Habitação

Considerando o domínio da habitação, há que referir que, segundo dados do IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira⁷, mais de 10% da população madeirense (cerca de 26.000 pessoas) reside em habitações sociais arrendadas e mais de metade dos fogos administrados pelo IHM tem mais de 15 anos.

Por esse motivo, urge a implementação de medidas eficazes de manutenção e conservação do parque habitacional, até porque, de acordo ainda com o IHM, não existe qualquer edifício de habitação social com certificação energética.

Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos - Percepção dos Intervenientes

De forma complementar à informação documental e estatística recolhida, salienta-se a percepção dos diferentes intervenientes quanto às dimensões-problema Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos, obtida através da realização de entrevistas.

Genericamente, os intervenientes auscultados através das entrevistas reforçam o impacto dos constrangimentos orçamentais a que o Governo Regional e entidades públicas estão actualmente sujeitos ao nível das intervenções para a criação, conservação, ampliação ou modernização de infra-

⁷ <http://www.ihm.pt/>

estruturas e equipamentos. Neste contexto, ressaltam os efeitos negativos da conjuntura (acrescidos com a intempérie de 20 Fevereiro de 2010) nas áreas sociais.

Potencial Económico Produtivo e Competências Regionais - Ponto de Partida

Finalmente, considerando as dimensões-problema Potencial Económico Produtivo e Competências Regionais, o ponto de partida reporta um conjunto de debilidades associadas à estrutura de emprego da Região, à estrutura e cultura típicas do tecido empresarial, à insuficiência do sistema de inovação, ao fraco espírito empreendedor e reduzida implementação de I&D, bem como aos baixos níveis de competitividade nos sectores tradicionais. Como resposta a estes pontos fracos, foram definidas prioridades estratégicas e temáticas e um conjunto de acções específicas, espelhadas quer no PDES 2007-2013, quer no PO Intervir+, mas também no Programa do Governo e no PIDDAR. A tabela seguinte sintetiza o ponto de partida quanto a estas dimensões-problema, estabelecendo-se a ligação entre os vários instrumentos de programação regional.

Tabela 21. Potencial Económico Produtivo e Competências Regionais - Ponto de Partida.

Diagnóstico PDES 2007-2013 e SWOT PO Intervir+ (Pontos fracos)	Prioridades Estratégicas (PE)/ Temáticas (PT) do PDES 2007-2013	Prioridades do PO Intervir+	Programa de Governo/PIDDAR
<ul style="list-style-type: none"> Défi ce de qualificações da mão-de-obra empregada Desemprego com níveis de crescimento acentuado Estrutura económica pouco diversificada, tecido empresarial maioritariamente de dimensão reduzida Cultura empresarial de oportunidade de negócio com pouca visão estratégica e pouco aberta ao risco, à cooperação e à internacionalização Insuficiência do sistema de inovação, fraco espírito empreendedor e reduzida implantação de I&D Sectores económicos tradicionais com pouca iniciativa competitiva 	<p>(PE) Inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> Estruturação de um Sistema de Inovação Regional, orientado para sectores estratégicos, suportado em instrumentos e mecanismos financeiros e que inclua a modernização da administração pública Afirmação da sociedade da informação Reforço da estratégia de articulação e de concertação dos actores regionais de I&DT, sobretudo através do incentivo ao envolvimento do sector privado Reforço da capacidade competitiva da Região, promovendo a consolidação dos sectores mais relevantes da economia e estimulando a diversificação do tecido produtivo, valorizando e modernizando a estrutura económica da Região, promovendo a internacionalização e a qualidade como factores diferenciadores e incentivando o empreendedorismo Atração de investimento directo estrangeiro Valorização do papel da U. Madeira 	<p>Eixo I Eixo II</p> <ul style="list-style-type: none"> P1 – Inovação e Qualidade P2 – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico P12 – Turismo P15 – Desenvolvimento Empresarial P18 – Aperfeiçoamento e Modernização do Sistema Administrativo

Potencial Económico Produtivo e Competências Regionais - Situação Actual

Seguidamente apresenta-se a caracterização da situação actual quanto às dimensões-problema Potencial Económico Produtivo e Competências Regionais, destacando-se algumas áreas fundamentais como o tecido empresarial, o turismo, o emprego, o impacto da crise, a I&D, a inovação e a sociedade de conhecimento.

Tecido empresarial

Os principais indicadores relativos às empresas reflectem as dificuldades sentidas pelo tecido empresarial regional nos últimos anos (ver Tabela 22).

Não obstante o contexto globalmente fragilizado (com taxas de natalidade e de sobrevivência penalizadas e com o aumento do peso dos custos com o pessoal no VAB), alguns indicadores apresentaram uma evolução positiva, destacando-se a proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média tecnologia.

Tabela 22. Principais indicadores referentes ao tecido empresarial na RAM.

Unidade territorial	Proporção do VAB das empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (%)			Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (%)			Proporção de pessoal ao serviço em actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC) (%)			Indicador de concentração do volume de negócios dos municípios (%)		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Portugal	11,9	10,9	10,6	1,8	2,1	2,0	2,1	1,9	2,0	63,6	64,3	64,0
RAM	4,5	2,3	2,2	1,4	1,9	1,6	0,8	0,8	0,8	65,7	69,3	68,2
Unidade territorial	Taxa de natalidade (%)			Taxa de sobrevivência a 2 anos (%)			Peso dos custos com o pessoal no VAB (%)			Taxa de investimento (%)		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Portugal	15,2	14,2	15,1	53,8	54,0	49,4	39,9	60,2	61,9	2,1	29,4	27,1
RAM	18,5	14,1	16,3	53,8	56,7	53,0	32,6	56,4	58,3	0,7	42,4	38,0
Unidade territorial	Taxa de valor acrescentado bruto (%)			Rendibilidade operacional das vendas (%)			Rentabilidade dos capitais próprios (%)					
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009			
Portugal	50,6	34,3	36,5	10,6	4,2	4,0	8,2	4,3	4,00			
RAM	55,0	39,3	41,4	9,9	5,1	4,4	10,1	4,7	-2,61			
Unidade territorial	Cobertura do imobilizado (Nº)			Autonomia financeira (Nº)			Solvabilidade (Nº)					
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009			
Portugal	1,5	1,4	1,4	0,4	0,3	0,3	0,7	0,4	0,4			
RAM	1,3	2,3	2,5	0,4	0,5	0,5	0,5	1,1	1,1			
Unidade territorial	Endividamento (Nº)			Liquidez reduzida (Nº)			Liquidez imediata (Nº)					
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009			
Portugal	0,7	0,7	0,7	1,1	0,9	0,9	0,4	0,2	0,2			
RAM	0,8	0,5	0,5	0,8	1,8	1,6	0,2	0,3	0,3			

Fonte: DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009 e DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010

Turismo

Reconhecendo a relevância particular do sector do turismo para a RAM, refira-se que os indicadores associados se apresentam globalmente preocupantes, com uma redução acentuada desde 2009 (ver Tabela 23). De facto, os dados mais recentes (referentes a 2010) apontam para valores inferiores aos de 2007 para os principais indicadores. Estes dados são contrastantes com o desempenho desejável, apontado no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)⁸, no âmbito do qual se estabelecia para a RAM o objectivo de aumento do número de turistas (hóspedes estrangeiros) em 2,7% ao ano no período 2006-2015.

⁸ Turismo de Portugal (2007), Plano Estratégico Nacional do Turismo

Os dados permitem inferir a urgência de uma intervenção incisiva no sector, que permita a diversificação, rejuvenescimento e valorização do turismo na RAM e a inversão dos resultados menos positivos apresentados actualmente.

Tabela 23. Evolução dos principais indicadores de turismo da RAM entre 2007 e 2010.

Indicador	2007	2008	2009	2010
Hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros (Nº)	967.134	1.013.281	911.345	840.514
Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros (Nº)	1.128.586	1.176.437	1.058.410	976.359
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (Nº)	5.990.015	6.208.144	5.496.926	4.993.525
Taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros (%)	60,1	60,4	52,1	47,9
Proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros (10 ³ Euros)	281.810	297.847	255.852	226.738
Pessoal ao serviço (Nº)	6.570	6.498	6.347	5.997
Custos com o pessoal (10 ³ Euros)	102.373	103.414	100.806	96.489

Fonte: DREM (2011), Série retrospectiva das estatísticas do turismo (1976-2010)

Emprego

No que concerne ao domínio do emprego, os dados mais recentes da DREM (3º Trimestre de 2011) apontam para uma taxa de desemprego na ordem dos 14,3%⁹. Note-se que a taxa de desemprego na Região era, em 2010, equivalente a 7,4% (enquanto a nacional se posicionava nos 10,8%) e a taxa de actividade correspondente a 52,3% (enquanto a nacional era de 52,5%) (ver Tabela 24).

De referir a importância do sector terciário para a Região, que integrava, em 2010, 71,1% do total da população empregada (face aos 61,4% observados a nível nacional), seguindo-se o sector secundário com 17,0% (com uma expressão menor do que a registada a nível nacional, com 27,7%) e, por fim, o sector primário, que abrangia 11,9% do total da população empregada (enquanto a nível nacional o valor se situava nos 10,9%) (ver Figura 5).

Tabela 24. Evolução dos principais indicadores de emprego da RAM entre 2008 e 2010.

Indicador	2008	2009	2010
População Activa (milhares)			
Total	126,1	128,4	129,4
Homens	66,5	66,5	67,0
Mulheres	59,6	61,9	62,4
População empregada (milhares)			
Total	118,5	118,9	119,8
Homens	62,7	60,5	61,2
Mulheres	55,8	58,2	58,5
População desempregada (milhares)			
Total	7,6	9,7	9,6
Homens	3,8	6,0	5,7
Mulheres	3,8	3,8	3,9
Taxa de actividade (população total) (%)			
Total	51,2	51,8	52,3
Homens	57,2	56,8	57,2
Mulheres	45,9	47,4	47,9

Fonte: DREM (2009), Madeira em Números – 2008; DREM (2010), Madeira em Números – 2009 e DREM (2011), Madeira em Números – 2010

⁹ http://estatistica.gov-madeira.pt/DRE_SRPC/IndicadoresEstatisticos/Populacao_Sociedade/Emprego_Desemprego/Dados_Estatisticos/variacao.htm

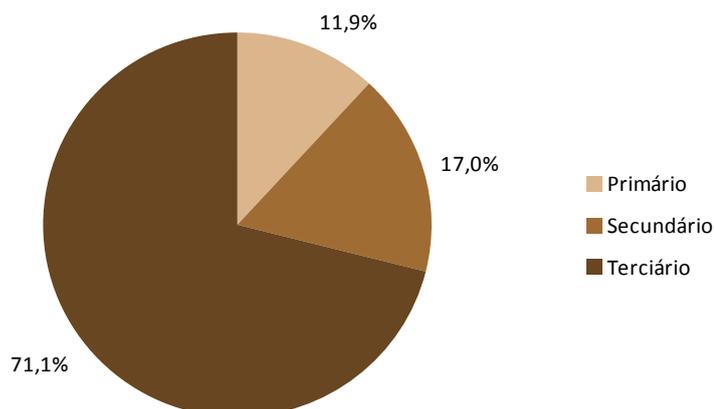


Figura 5. Distribuição da população empregada na RAM por sector de actividade em 2010.

Fonte: DREM (2011), Madeira em Números – 2010

Impacto da Crise

Os dados mais recentes (referentes a 2009) expressam, contudo, o impacto da crise no tecido empresarial da Região e deixam anteciper graves consequências ao nível do emprego. Neste domínio, refira-se a redução, entre 2008 e 2009, do pessoal ao serviço nos sectores secundário e terciário (cerca de 7,3% e 2,8%, respectivamente). Destaque-se também a diminuição significativa do volume de negócios dos sectores secundário e terciário no mesmo período, que rondou os 9,8% e 7,8%, respectivamente (ver Tabela 25).

Tabela 25. Principais Indicadores de impacto da crise no tecido empresarial da RAM em 2008 e 2009 e sua variação por sectores.

Indicador	2008			2009			Variação (%)		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Empresas (Nº)	64	3 177	18 642	65	2 942	18 848	1,6	-7,4	1,1
Pessoal ao serviço (Nº)	429	22 220	61 133	462	20 602	59 440	7,7	-7,3	-2,8
Total custos e perdas (Mil Euros)	10 524	1 806 726	8 379 999	9 890	1 642 598	7 211 341	-6,0	-9,1	-13,9
Dos quais custos com pessoal	4 808	325 148	798 180	320 139	320 139	774 199	6558,3	-1,5	-3,0
Total proveitos e ganhos (Mil Euros)	10 581	1 841 120	9 113 148	9 990	1 682 687	6 847 809	-5,6	-8,6	-24,9
Volume de negócios	10 069	1 644 301	5 648 466	9 142	1 483 961	5 206 427	-9,2	-9,8	-7,8
FBCF (Mil Euros)	1 147	179 890	655 882	3 445	159 658	549 548	200,4	-11,2	-16,2
VAB pm (Mil Euros)	5 830	536 143	1 459 547	5 224	524 107	1 356 125	-10,4	-2,2	-7,1

Fonte: DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009 e DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010

Nota: Os dados apresentados excluem algumas divisões da secção A (sector primário) bem como as secções K, O, T e U (sector secundário) da CAE-Rev.3.

I&D

No domínio da I&D, os indicadores disponíveis apontam para uma oscilação da despesa em I&D no PIB nos últimos anos. Entre 2007 e 2008, este indicador aumentou de 0,30 para 0,38. Este aumento deveu-se sobretudo ao crescimento significativo da despesa em I&D no sector das empresas, que passou de cerca de 2,3 milhões de euros em 2007 para 6,6 milhões de euros em 2008. De referir, no entanto, que, em 2009, a despesa em I&D no sector das empresas diminuiu fortemente, atingindo inclusive valores inferiores aos observados em 2007. Esta diminuição teve um forte impacto na despesa em I&D no PIB, que ascendeu a 0,28 em 2009 (ver Tabela 26).

Tabela 26. Evolução da despesa em I&D na RAM entre 2007 e 2009.

Indicador	Despesa em I&D no PIB (%)	Despesa total em I&D (Mil Euros)	Despesa total em I&D por sector de execução (Mil Euros)			
			Empresas	Estado	Ensino Superior	Instituições privadas sem fins lucrativos
2007	0,30	14.527,4	2.284,2	4.999,4	6.952,6	291,2
2008	0,38	20.197,0	6.605,0	5.386,0	7.997,0	209,0
2009	0,28	14.513,6	1.563,7	7.793,2	4.881,2	275,4

Fonte: DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009 e DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010

A mesma análise permite concluir que também o pessoal em I&D (ETI) reduziu entre 2007 e 2009 no sector das empresas e ensino superior, denotando-se no entanto um aumento significativo no sector Estado (ver Tabela 27).

Tabela 27. Evolução do pessoal em I&D (ETI) na RAM entre 2007 e 2009.

Indicador	Pessoal em I&D (ETI) (Nº)			
	Empresas	Estado	Ensino Superior	Instituições privadas sem fins lucrativos
2007	63,8	125,9	128,6	6,5
2008	61,0	162,0	214,0	7,0
2009	52,2	184,5	155,6	6,5

Fonte: DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009 e DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010

Inovação

Por outro lado, no domínio da inovação, os principais indicadores relativos a 2006-2008 revelam que, comparativamente aos valores nacionais, a RAM reuniu uma taxa superior de empresas com actividades de inovação, mas taxas inferiores de intensidade de inovação e de volume de negócios resultantes da venda de produtos novos (ver Tabela 28).

Tabela 28. Principais indicadores de inovação empresarial na RAM no período 2006-2008.

Unidade territorial	Empresas com actividades de inovação (%)	Empresas com financiamento público para inovação (%)	Empresas com cooperação para a inovação (%)	Intensidade de inovação (%)	Volume de negócios resultantes da venda de produtos novos (%)
Portugal	58,1	11,1	24,8	1,3	22,3
RAM	58,3	10,4	24,0	0,5	16,0

Fonte: GPEARI (2010), Sumários Estatísticos CIS2008 - Inquérito Comunitário à Inovação

Em termos gerais, a maior parte das actividades de inovação corresponderam a aquisição de maquinaria, equipamentos e *software*, formação e realização de actividades de I&D (intra e extramuros) (ver Figura 6), sendo o tipo de inovação mais comum a inovação tecnológica (ver Figura 7).

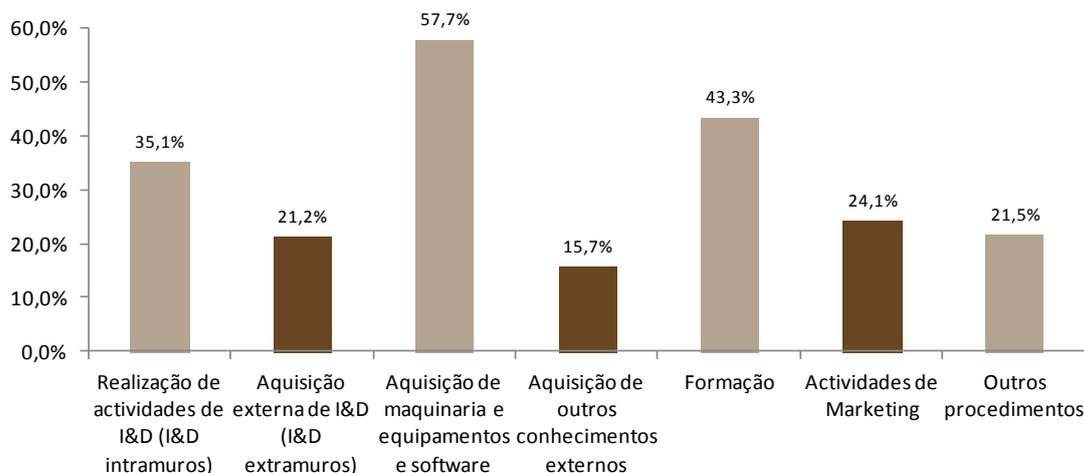


Figura 6. Actividades de inovação empresarial na RAM no período 2006-2008.

Fonte: GPEARI (2010), Sumários Estatísticos CIS2008 - Inquérito Comunitário à Inovação

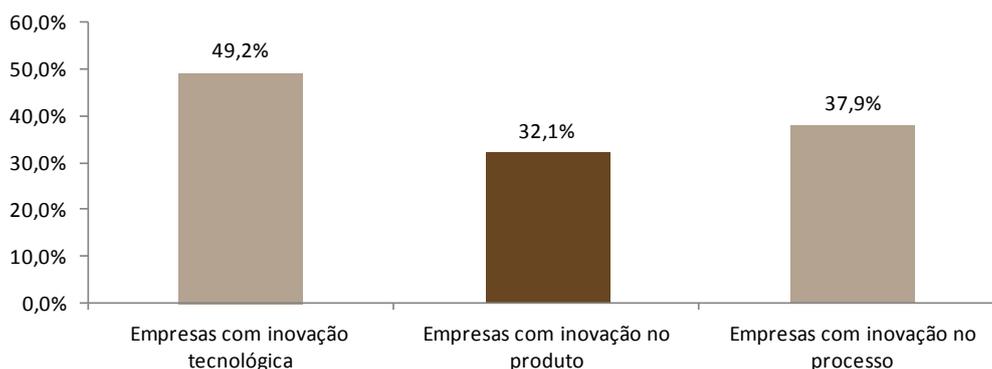


Figura 7. Tipos de inovação empresarial na RAM no período 2006-2008.

Fonte: GPEARI (2010), Sumários Estatísticos CIS2008 - Inquérito Comunitário à Inovação

Sociedade de Informação

Finalmente, no que concerne à sociedade da informação, os principais indicadores demonstram-se muito favoráveis nos últimos anos, quer ao nível dos agregados familiares, quer nos estabelecimentos hoteleiros e nos hospitais.

Em maior detalhe, observa-se que a proporção de agregados familiares com acesso, em casa, a computador e à Internet aumentou de 48,9% e 40,9% (em 2007) para 61,5% e 55,0% (em 2011), respectivamente (ver Tabela 29).

Tabela 29. Evolução dos principais indicadores da sociedade de informação nos agregados familiares entre 2007 e 2011.

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011
Acesso a computador (%)	48,9	52,6	58,3	59,9	61,5
Ligação à Internet (%)	40,9	44,7	49,7	54,0	55,0

Fonte: DREM (2009), Madeira em Números – 2008; DREM (2010), Madeira em Números - 2009 e DREM (2011), Madeira em Números – 2010

É também possível destacar a evolução da sociedade da informação no sector do turismo, verificando-se que, em 2011, mais de 90% dos estabelecimentos hoteleiros tinham, utilizavam e estavam presentes na internet (ver Tabela 30).

Tabela 30. Evolução dos principais indicadores da sociedade de informação nos estabelecimentos hoteleiros entre 2008 e 2011.

Indicador	2008	2011
Utilização de computador (%)	85,6	91,5
Ligação à Internet (%)	85,1	91,0
Presença na Internet (%)	83,5	93,1
Encomendas efectuadas através da internet (%)	37,6	40,6
Encomendas de alojamento recebidas através da internet (%)	73,1	87,4

Fonte: DREM (2009), Madeira em Números – 2008; DREM (2010), Madeira em Números - 2009 e DREM (2011), Madeira em Números – 2010

Também nos hospitais os indicadores associados à sociedade da informação apresentaram uma evolução positiva entre 2008 e 2010, sobretudo no que se refere à ligação à internet de banda larga e à posse de website. No entanto, relativamente à utilização de videoconferência e às actividades de telemedicina, observou-se uma redução das taxas (ver Tabela 31).

Tabela 31. Evolução dos principais indicadores da sociedade de informação nos hospitais entre 2008 e 2011.

Indicador	2008	2011
Utilização de computador (%)	100,0	100,0
Ligação à Internet (%)	100,0	100,0
Ligação à Internet através de banda larga (%)	83,3	100,0
Posse de website (%)	50,0	85,7
Utilização de videoconferência (%)	16,7	14,3
Actividades de telemedicina (%)	33,3	14,3

Fonte: DREM (2009), Madeira em Números – 2008; DREM (2010), Madeira em Números - 2009 e DREM (2011), Madeira em Números – 2010

Potencial Económico Produtivo e Competências Regionais - Percepção dos Intervenientes

Por fim, e em congruência com a informação documental e estatística recolhida, refere-se a percepção dos diferentes intervenientes quanto às dimensões-problema Potencial Económico Produtivo e Competências Regionais, obtida através da realização de entrevistas.

Os intervenientes auscultados através das entrevistas não deixaram de apontar a crise que atinge a Região como uma das principais fragilidades ao seu potencial económico produtivo, associando a instabilidade económico-financeira (e as restrições no acesso ao crédito) à dificuldade de dinamização do tecido económico e aposta na inovação. Neste contexto, a relevância dos Sistemas de Incentivos e o investimento em infra-estruturas foram destacados como factores decisivos para superar os efeitos negativos de uma espiral recessiva.

4.2. Grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado

As alterações recentemente aprovadas vieram corrigir o desempenho do Programa ao nível físico e financeiro e concretizam um conjunto de alterações ajustadas, por um lado, aos objectivos que norteiam o Programa e, por outro, à evolução do contexto macroeconómico que condicionou o ponto de partida. Estas alterações foram consubstanciadas no exercício de reprogramação do PO Intervir+, aprovado pela CE através da Decisão C(2011) 9331 de 9 de Dezembro de 2011.

No âmbito desta reprogramação foi alterado um conjunto de metas, que têm em conta o contexto orçamental restritivo da Região e a capacidade financeira dos promotores, mas também a execução verificada até final de 2010, onde se denotou, por um lado, um elevado grau de concretização de algumas metas e, por outro lado, um desajuste de outras face à procura real dos beneficiários.

Face aos dados disponibilizados a 31 de Dezembro de 2011, relativos aos níveis de contratualização e de execução dos vários indicadores de realização e de resultado em cada um dos Eixos do Programa, pode-se concluir que se verifica, neste momento, um apreciável grau de cumprimento dos mesmos. Considerando o horizonte temporal existente até ao final do Programa, prevê-se, deste modo, que se possam atingir as metas estipuladas para 2015. Esta conclusão pressupõe que os ritmos de execução se mantenham em alta e que outros factores condicionantes se mantenham inalteráveis. No entanto, e como já referido, o actual contexto macroeconómico apresenta um panorama de retracção, que já se vai notando, quer no sector público, quer no sector privado, ao qual a AG e o OI devem prestar uma elevada atenção.

Fundamentação

A análise do grau de cumprimento dos indicadores de realização e de resultado dos vários Eixos Prioritários do PO Intervir+ implica medir a evolução dos mesmos com referência à situação alcançada a 31 de Dezembro de 2011. Esta análise é efectuada por Eixo e dentro de cada um apresenta-se o grau de cumprimento dos respectivos indicadores de realização (associados aos objectivos operacionais) e de resultado (relacionados com os objectivos específicos) face às metas estabelecidas para 2015. Consideram-se como metas as metas revistas na sequência do exercício de reprogramação aprovado recentemente pela CE.

É também efectuada uma apreciação aos dados disponíveis sobre a execução financeira dos vários Eixos Prioritários, procurando-se estabelecer relações entre o grau de cumprimento dos vários indicadores e as taxas de compromisso e de execução financeira verificadas até ao momento.

Por último apresentam-se as percepções dos intervenientes relativamente a esta questão.

Eixo Prioritário I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento

No que respeita aos indicadores de realização associados a este Eixo (ver Tabela 32), os níveis alcançados no final do ano de 2011 apontam para um cenário em que se afigura como possível alcançar as metas estabelecidas para 2015. De facto, à data de 31 de Dezembro de 2011, apenas o indicador “Projectos apoiados na área do empreendedorismo” apresentava percentagens menos elevadas, verificando-se a existência de 48 projectos contratados e 21 executados, face a uma meta de 80 projectos apoiados em 2015. Dado que o SI que está mais associado a este indicador (SI EMPREENDINOV) tem demonstrado ser apelativo e capaz de atrair o interesse de (futuros) empresários, fruto também da acessibilidade prevista no seu regulamento, é de esperar que esta meta venha ainda a ser alcançada.

Os indicadores “Projectos de Inovação/I&DT” e “Empresas participantes em projectos de Inovação/I&DT”, em termos de realização contratada, ultrapassaram largamente os valores estipulados como metas para 2015, apresentando, a 31 de Dezembro de 2011, percentagens face às metas, respectivamente, de 142,0% e 150,0%, sendo que o rácio executado versus contratado para estes indicadores era de, respectivamente, 45,1% e 31,7%. Estes dados estão essencialmente ligados à contratualização e execução dos vários SI que se apresentam neste momento com uma dinâmica significativa.

O entrave que pode ocorrer à concretização das metas previstas para estes indicadores prende-se essencialmente com as condicionantes actuais da conjuntura económica e com as dificuldades de acesso ao crédito por parte dos empresários e potenciais empresários, realidades, aliás, que já se denotam no dia-a-dia da Região nos últimos meses.

Relativamente aos indicadores de resultado, todos os indicadores associados ao Eixo I apresentam elevados níveis de contratualização relativamente às metas previstas para 2015.

No entanto, olhando para os níveis de execução, denota-se um desempenho mais moderado, o que à partida poderá comprometer as metas previstas para 2015.

Importa neste momento referir que a metodologia utilizada para apuramento e monitorização dos indicadores de realização e de resultado pressupõe que, em algumas situações, o apuramento da execução apenas seja efectuado após o encerramento formal do projecto e não no momento da finalização da sua execução física. Esta metodologia tem como desvantagem o facto de, neste momento, distorcer os valores de alguns dos indicadores, apresentando níveis mais baixos de cumprimento. Nesta situação encontra-se por exemplo o indicador “Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas” ou “Actividades resultantes de projectos de Inovação/I&DT”.

Tabela 32. Indicadores de realização e de resultado do Eixo Prioritário I - níveis de contratualização e de execução.

Indicadores de Realização	2010					2011					2015
	Contratado	Executado	Meta	% contratado face meta 2010	% executado face meta 2010	Contratado	Executado	% contratado face meta 2015	% executado face meta 2015	% Executado/Contratado	Meta
Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas (Nº)	1	0	3	33,3	0,0	3	0	100,0	0,0	0,0	3
Projectos de Inovação/I&DT (Nº)	42	20	20	210,0	100,0	71	32	142,0	64,0	45,1	50
Empresas participantes em projectos de Inovação/I&DT (Nº)	35	9	16	218,8	56,3	60	19	150,0	47,5	31,7	40
Projectos na área da Sociedade da Informação (Nº)	6	6	10	60,0	60,0	10	10	90,9	90,9	100,0	11
Projectos apoiados na área do empreendedorismo (Nº)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	48	21	60,0	26,3	43,8	80
Projectos na área da modernização administrativa (Nº)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	7	7	87,5	87,5	100,0	8

Indicadores de Resultado	2010					2011					2015
	Contratado	Executado	Meta	% contratado face meta 2010	% executado face meta 2010	Contratado	Executado	% contratado face meta 2011	% executado face meta 2011	% Executado/Contratado	Meta
Investimento alavancado em Inovação/I&DT (milhões de euros)	2,62	0,10	2	131,0	5,0	9	0,24	180,0	4,8	2,7	5
Actividades resultantes de projectos de Inovação/I&DT (Nº)	8	0	2	400,0	0,0	13	0	144,4	0,0	0,0	9
Investimento privado induzido (milhões de euros)	5,86	0,58	4	146,5	14,5	8,19	1,11	81,9	11,1	13,6	10
Serviços públicos <i>online</i> (Nº)	75	0	38	197,4	0,0	111	0	138,7	0,0	0,0	80

Fonte: IDR

Em contraste com estes dados referentes ao grau de cumprimento dos indicadores, verifica-se que o Eixo I apresenta (a 31 de Dezembro de 2011) uma taxa de compromisso¹⁰ de 101,5% e uma taxa de execução¹¹ de 11,8% (ver Tabela 33).

Tabela 33. Taxas de compromisso e de execução financeira do Eixo Prioritário I.

Domínios de Intervenção	Taxa de Compromisso (%)	Taxa de Execução (%)
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	101,5	11,8
1.1 Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	116,6	8,5
1.1.1 Incentivos às Empresas, designadamente PME	108,9	9,5
1.1.2 Acções Inovadoras	123,0	7,6
1.2 Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	83,7	14,7
1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico	61,6	8,4
1.2.2 Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	163,6	37,3
1.3 Modernização Administrativa	87,1	17,5
1.3.1 Modernização Administrativa	87,1%	17,5%

Fonte: IDR

Como se pode observar, os níveis de execução dos diferentes domínios do Eixo I apresentam-se ainda baixos e aquém do que seria à partida expectável. Destaque especial para o domínio “1.1 Incentivos Directos e Indirectos às Empresas”, cujo nível de execução inferior a 10% representa, por um lado, um sinal de que o tecido empresarial apresenta algumas dificuldades em efectuar investimentos, estando em retracção, por outro, que as metas associadas a este domínio podem vir a apresentar no futuro graus de cumprimento não adequados às metas previstas.

¹⁰ A taxa de compromisso é calculada como o quociente entre o fundo comunitário aprovado e o fundo comunitário programado.

¹¹ A taxa de execução é calculada como o quociente entre o fundo comunitário executado e o fundo comunitário programado.

Eixo Prioritário II - Competitividade da Base Económica Regional

Relativamente ao grau de cumprimento dos indicadores de realização associados a este Eixo (ver Tabela 34), sinaliza-se que os indicadores “Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira”, “Instrumentos de Engenharia Financeira” e “Nº de Acções Colectivas” apresentam níveis de contratualização bem acima das metas preconizadas para 2015. Por outro lado, o indicador associado ao “Nº de projectos no âmbito das energias renováveis” encontrava-se ainda a zero no que respeita a valores contratados. No entanto, considerando os projectos existentes em carteira, não se verifica qualquer constrangimento ou motivo para apreensão relativamente à meta.

Relativamente aos níveis de execução, salienta-se o facto dos valores dos indicadores “Instrumentos de Engenharia Financeira” e “Nº de Acções Colectivas” serem nulos, em virtude da metodologia de apuramento e acompanhamento aplicada, uma vez que nenhum dos projectos se encontra formalmente encerrado.

A possibilidade de serem alcançadas as metas previstas para 2015 quanto aos indicadores de resultado deste Eixo afigura-se como possível, destacando-se o nível de contratualização já alcançado pelos vários indicadores e mais especificamente pelo indicador “Investimento privado induzido”, que ultrapassa já a meta final. Os restantes indicadores de resultado apresentam um grau de cumprimento bastante elevado e promissor, especialmente se se considerar os níveis de contratualização já observados. No entanto, todos eles apresentam níveis de execução baixos ou nulos, devido à metodologia de apuramento e acompanhamento aplicada.

Tabela 34. Indicadores de realização e de resultado do Eixo Prioritário II - níveis de contratualização e de execução.

Indicadores de Realização	2010					2011					2015
	Contratado	Executado	Meta	% contratado face meta 2010	% executado face meta 2010	Contratado	Executado	% contratado face meta 2015	% executado face meta 2015	% Executado/Contratado	Meta
Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (Nº)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	129	26	86,0	17,3	20,1	150
Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira (Nº)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	883	536	110,3	67,0	60,7	800
Instrumentos de Engenharia Financeira (Nº)	2	0	1	200,0	0,0	4	0	133,3	0,0	0,0	3
Nº de projectos no âmbito das energias renováveis (Nº)	0	0	0	-	-	0	0	0,0	0,0	-	1
Nº de Acções Colectivas (Nº)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	42	0	116,6	0,0	0,0	36
Indicadores de Resultado	2010					2011					2015
	Contratado	Executado	Meta	% contratado face meta 2010	% executado face meta 2010	Contratado	Executado	% contratado face meta 2015	% executado face meta 2015	% Executado/Contratado	Meta
Empregos Brutos Criados (ETI) (Nº)	944	8	450	209,9	1,8	1145	88	95,4	7,3	7,6	1200
Investimento privado induzido (milhões de euros)	14,41	0,95	12	120,1	7,9	43,52	2,53	145,1	8,4	5,8	30
Acréscimo da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis (%)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0	0	0,0	0,0	-	10
Nº de entidades envolvidas nas Acções Colectivas (Nº)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	201	0	98,1	0,0	0,0	205

Fonte: IDR

Em contraste com estes dados referentes ao grau de cumprimento dos indicadores, verifica-se que este Eixo apresenta (a 31 de Dezembro de 2011) uma taxa de compromisso de 80,7% e uma taxa de execução mais positiva do que a verificada no Eixo I, que se cifra em 34,6%. Na Tabela 35 apresentam-se as taxas de compromisso e de execução por domínios de intervenção do Eixo II.

Tabela 35. Taxas de compromisso e de execução financeira do Eixo Prioritário II.

Domínios de Intervenção	Taxa de Compromisso (%)	Taxa de Execução (%)
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	80,7	34,6
2.1 Projectos de Investimento Empresarial Integrados e Inovadores	126,5	13,9
2.1.1 Incentivos às Empresas, designadamente PME	116,2	7,9
2.1.2 Engenharia Financeira	171,2	39,9
2.2 Envolvente Empresarial	61,	43,0
2.2.1 Acções Colectivas	101,7	76,9
2.2.2 Acolhimento Empresarial	94,4	46,8
2.2.1 Energia	0,0	0,0

Fonte: IDR

Também aqui se verifica a existência de um constrangimento mais forte ao nível da execução associada ao tecido empresarial, o que traduz as actuais dificuldades dos beneficiários privados provocadas pela retracção económica. Estas dificuldades ao nível da execução estão patente também no grau de cumprimento dos indicadores de realização e de resultado acima apresentados.

Eixo Prioritário III - Desenvolvimento Sustentável

O Eixo Prioritário III, que integra essencialmente tipologias de projecto dirigidas ao sector público, apresenta um elevado grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado (ver Tabela 36) que lhe estão associados face às metas previstas para 2015, uma vez que o nível médio de contratualização dos 6 indicadores em causa ultrapassa os 100%. Abaixo dos 100% apenas se situam 2 dos indicadores (“Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais” e “Sistemas de gestão e melhoria dos descritores ambientais resultantes de projectos apoiados”), sem que, no entanto, tal comprometa as metas previstas. Se se considerar os níveis de execução dos indicadores de realização, verifica-se que, face às metas previstas para o final do PO Intervir+, o grau de cumprimento apresenta-se já elevado, com um valor médio superior a 100%, destacando-se, neste contexto, o sucesso alcançado pelo indicador “Nº de projectos de infra-estruturas ambientais”, que já atingiu 200% face à meta prevista para 2015.

Relativamente aos indicadores de resultado associados ao Eixo Prioritário III, e apesar das elevadas taxas de contratualização apresentadas, denota-se o facto de a execução reportada ser nula, fruto da metodologia de apuramento e acompanhamento dos indicadores que está a ser utilizada (nenhum dos projectos se encontra formalmente encerrado). No entanto, e face aos elevados níveis de contratualização, espera-se que as metas estabelecidas venham a ser alcançadas sem grande dificuldade.

Tabela 36. Indicadores de realização e de resultado do Eixo Prioritário III - níveis de contratualização e de execução.

Indicadores de Realização	2010					2011					2015
	Contratado	Executado	Meta	% contratado face meta 2010	% executado face meta 2010	Contratado	Executado	% contratado face meta 2015	% executado face meta 2015	% Executado/Contratado	Meta
Nº de projectos de infra-estruturas ambientais (Nº)	3	3	2	150,0	150,0	6	6	200,0	200,0	100,0	3
Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais (Nº)	1	1	2	50,0	50,0	3	3	60,0	60,0	100,0	5
Projectos de prevenção e gestão de riscos (Nº)	5	5	1	500,0	500,0	8	8	100,0	100,0	100,0	8
Indicadores de Resultado	2010					2011					2015
	Contratado	Executado	Meta	% contratado face meta 2010	% executado face meta 2010	Contratado	Executado	% contratado face meta 2015	% executado face meta 2015	% Executado/Contratado	Meta
População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas (Nº)	15.512	0	8.800	176,3	0,0	29.062	0	120,6	0,0	0,0	24.100
Sistemas de gestão e melhoria dos descritores ambientais resultantes de projectos apoiados (Nº)	1	0	3	33,3	0,0	3	0	50,0	0,0	0,0	6
Sistemas/Instrumentos de prevenção e gestão de riscos resultantes de projectos apoiados (Nº)	5	0	2	250,0	0,0	10	0	125,0	0,0	0,0	8

Fonte: IDR

Em termos financeiros, e considerando a situação a 31 de Dezembro de 2011, o Eixo Prioritário III apresenta uma taxa de compromisso de 78,8% e uma taxa de execução de 17,4%. Esta taxa de execução é relativamente moderada face ao que seria expectável nesta fase; no entanto, tal parece não ter forte impacto ao nível do cumprimento dos indicadores associados a este Eixo, especialmente considerando os níveis de execução já alcançados nos indicadores de realização (ver Tabela 37).

Tabela 37. Taxas de compromisso e de execução financeira do Eixo Prioritário III.

Domínios de Intervenção Eixo III	Taxa de Compromisso (%)	Taxa de Execução (%)
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	78,8	17,4
3.1 Estruturas de Gestão Ambiental de Primeira Geração	78,7	11,0
3.1.1 Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa	79,1	11,0
3.1.2 Resíduos Sólidos Urbanos	0,0	0,0
3.2 Riscos Naturais e Tecnológicos	79,1	24,8
3.2.1 Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	79,1	24,8
3.3 Gestão Ambiental Sustentável, Conservação da Natureza e Biodiversidade	78,1	18,6
3.3.1 Sistemas de gestão ambiental de segunda geração, Rede Natura e Biodiversidade	78,1	18,6

Fonte: IDR

Com taxas de compromisso muito homogéneas, este Eixo apresenta, no entanto, taxas de execução financeira heterogéneas, verificando-se algum constrangimento especialmente quanto ao primeiro domínio. No entanto, considerando os projectos previstos em carteira ou recentemente aprovados, é expectável que estes níveis de execução venham brevemente a ser superiores.

Eixo Prioritário IV - *Coesão Territorial e Governação*

Os indicadores de realização associados ao Eixo Prioritário IV apresentam actualmente níveis de contratualização e de execução bastante díspares (ver Tabela 38). Se por um lado existem alguns indicadores cujas metas finais já se encontram alcançadas, quer ao nível da contratualização, quer ao nível da execução (como por exemplo o indicador “Projectos na área da cultura e lazer”), por outro lado denota-se que alguns indicadores apresentam níveis de cumprimento face às metas finais iguais ou inferiores a 50% (salientando-se neste caso o indicador “Rede viária intervencionada” que apresenta um grau de contratualização e de execução de 26,2%).

Em termos médios, observa-se que os níveis de cumprimento quanto à contratualização rondam os 66,6% para os indicadores de realização e 76,5% para os indicadores de resultado. Apesar de serem valores inferiores aos alcançados nos Eixos Prioritários anteriormente analisados, considerando o horizonte temporal de execução, não está colocada em causa a possibilidade de as metas estabelecidas virem a ser alcançadas.

Já quanto à execução, e apesar de se observar um panorama animador ao nível da contratualização, verifica-se que o grau de cumprimento é actualmente praticamente nulo, em virtude da metodologia de apuramento e acompanhamento dos indicadores que está a ser aplicada. A única excepção é o indicador associado à “Redução do tempo de viagem”, que corresponde a um projecto que a 31 de Dezembro de 2011 ainda não se encontrava contratualizado. No entanto, reforça-se de novo que os níveis de cumprimento observados quanto à contratualização permitem aspirar a que as metas estabelecidas venham a ser alcançadas.

Tabela 38. Indicadores de realização e de resultado do Eixo Prioritário IV - Níveis de contratualização e de execução.

Indicadores de Realização	2010					2011					2015
	Contratado	Executado	Meta	% contratado face meta 2010	% executado face meta 2010	Contratado	Executado	% contratado face meta 2015	% executado face meta 2015	% Executado/Contratado	Meta
Projectos na área dos transportes (Nº)	2	2	2	100,0	100,0	2	2	66,7	66,7	100,0	3
Projectos na área da cultura e lazer (Nº)	4	4	2	200,0	200,0	4	4	100,0	100,0	100,0	4
Estabelecimentos de ensino construídos e/ou ampliados/requalificados (Nº)	17	15	1	1.700,0	1.500,0	18	17	95,0	85,0	95,0	20
Rede viária intervencionada (km)	0,98	0,98	15	6,5	6,5	0,98	0,98	26,2	26,2	100,0	3,74
Projectos de reabilitação urbana e rural (Nº)	8	8	1	800,0	800,0	5	5	50,0	50,0	100,0	10

Indicadores de Resultado	2010					2011					2015
	Contratado	Executado	Meta	% contratado face meta 2010	% executado face meta 2010	Contratado	Executado	% contratado face meta 2015	% executado face meta 2015	% Executado/Contratado	Meta
Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros (%)	100	0	20	500,0	0,0	100	0	100,0	0,0	0,0	100
Investimento alavancado na área da cultura e lazer (milhões de euros)	2,21	0	2	110,5	0,0	2,21	0,21	100,5	9,5	9,5	2,2
Alunos/formandos abrangidos pelos estabelecimentos de ensino apoiados (Nº)	5.940	0	1.200	495,0	0,0	6.151	0	87,8	0,0	0,0	7.000
Redução do tempo de viagem (%)	0	0	73	0,0	0,0	0	0	0,0	0,0	-	73
População abrangida por projectos de reabilitação urbana e rural (Nº)	46.352	0	21.740	213,2	0,0	53.064	0	94,1	0,0	0,0	56.360

Fonte: IDR

A situação financeira do Eixo Prioritário IV apresentava, a 31 de Dezembro de 2011, uma taxa de compromisso de 94,8% e uma taxa de execução de 51,2% (ver Tabela 39). Esta taxa de execução é actualmente a mais elevada do PO Intervir+, apresentando-se também a taxa de compromisso num nível adequado.

Tabela 39. Taxas de compromisso e de execução financeira do Eixo Prioritário IV.

Domínios de Intervenção Eixo IV	Taxa de Compromisso (%)	Taxa de Execução (%)
Eixo Prioritário IV - Coesão Territorial e Governação	94,8	51,2
4.1 Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	90,4	52,8
4.1.1 Mobilidade	21,4	17,8
4.1.2 Culturais, de Potencial Turístico e de Lazer	84,7	39,6
4.1.3 Educação	101,6	62,8
4.1.4 Saúde e Desenvolvimento Social	99,6	0,0
4.2 Reabilitação Urbana e Rural	115,4	44,2
4.2.1 Reabilitação Urbana e Rural	115,4	44,2
4.3 Cooperação Interregional	0,0	0,0
4.3.1 Cooperação Interregional	0,0	0,0

Fonte: IDR

Face aos dados de execução financeira, parece evidente que as metas poderão ser alcançadas sem constrangimentos.

Eixo Prioritário V - *Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiflicidade*

Os indicadores de realização e resultado associados aos Eixo Prioritário V apresentam um grau de cumprimento médio face às metas estabelecidas, ao nível da contratualização, superior a 85% (ver Tabela 40), o que significa que as metas são perfeitamente alcançáveis.

Considerando os indicadores de realização, denota-se um nível de contratualização mais moderado face aos Eixos Prioritários precedentes, o que significa que a carteira de projectos está ainda aberta. Destaque neste contexto para o indicador “Projectos destinados à prestação de serviços públicos”, que se encontra apenas com um grau de cumprimento de 50,0%. No entanto, olhando para os níveis de execução alcançados face às metas finais, verificam-se níveis de cumprimento muito interessantes (e os mais elevados de todo o Programa) – em média superiores a 53%. Daqui resulta que os projectos até agora seleccionados estão a ter um impacto muito positivo nesta bateria de indicadores, pelo que, mantendo-se os critérios de selecção, as metas previstas para 2015 serão alcançadas. Salienta-se aqui o indicador “Empresas Apoiadas” no âmbito do SI FUNCIONAMENTO, que apresenta uma percentagem face ao executado de 41,6%, valor que pode ser considerado satisfatório se se tiver em consideração a data em que este SI foi implementado (2010).

Ao nível dos indicadores de resultado, observa-se um nível de cumprimento quanto à contratualização superior a 100%, revelando o alinhamento dos projectos aprovados face às metas, salientando-se o indicador “Grau de representatividade das micro e pequenas empresas”, que atinge actualmente um nível de cumprimento de 140%. Olhando para a execução, o grau de cumprimento também se revela elevado (superior a 65%), pelo que as metas previstas são passíveis de serem alcançadas sem grandes dificuldades. No entanto, o indicador “Redução do tempo de viagem, decorrente de projectos apoiados” apresenta ainda um valor nulo uma vez que o projecto que lhe está associado ainda não se encontra formalmente terminado.

Tabela 40. Indicadores de Realização e de Resultado do Eixo Prioritário V - Níveis de Contratualização e de Execução.

Indicadores de Realização	2010					2011					2015
	Contratado	Executado	Meta	% contratado face meta 2010	% executado face meta 2010	Contratado	Executado	% contratado face meta 2015	% executado face meta 2015	% Executado/Contratado	Meta
Empresas apoiadas (Nº)	219	68	200	109,5	34,0	575	333	71,9	41,6	57,9	800
Projectos destinados à prestação de serviços públicos (Nº)	1	1	4	25,0	25,0	1	1	50,0	50,0	100,0	2
Rede viária Intervencionada (km)	2,52	2,52	3,65	69,0	69,0	2,52	2,52	69,0	69,0	100,0	3,65
Indicadores de Resultado	2010					2011					2015
	Contratado	Executado	Meta	% contratado face meta 2010	% executado face meta 2010	Contratado	Executado	% contratado face meta 2015	% executado face meta 2015	% Executado/Contratado	Meta
Grau de representatividade das micro e pequenas empresas (%)	100	100	65	153,8	153,8	91	97	140,0	149,2	106,6	65
Redução de sobrecustos de gestão de resíduos, decorrentes de projectos apoiados (%)	35	16,1	50	70,0	32,2	35	16,1	100,0	46,0	46,0	35
Redução do tempo de viagem, decorrente de projectos apoiados (%)	80	0	83	96,3	0,0	80	0,0	96,4	0,0	0,0	83

Fonte: IDR

Ao nível financeiro, este Eixo Prioritário apresentava, a 31 de Dezembro de 2011, uma taxa de compromisso de 56,9%, a mais baixa verificada no âmbito do Programa, e uma taxa de execução de 38,5% (ver Tabela 41). Destaque para o facto de a taxa de compromisso moderada estar relacionada, de forma directa, com a opção de lançar concursos de candidaturas ao SI FUNCIONAMENTO por fases, distribuídas ao longo do tempo. Por outro lado, destaca-se que a taxa de execução, apesar de também moderada, é significativa no contexto do Programa, especialmente porque este Eixo representa mais de 30% da dotação total prevista.

Tabela 41. Taxas de compromisso e de execução financeira do Eixo Prioritário V.

Domínios de Intervenção Eixo V	Taxa de Compromisso (%)	Taxa de Execução (%)
Eixo Prioritário V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	56,9	38,5
5.1 Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	49,7	34,0
5.1.1 Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	33,9	13,2%
5.1.2 Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviços de Interesse Económico Geral	100,0	100,0
5.2 Infra-estruturas e Equipamentos Públicos	70,8	47,2
5.2.1 Infra-estruturas e Equipamentos Públicos para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	70,8	47,2

Fonte: IDR

Face aos dados de execução financeira e considerando os níveis de cumprimento dos indicadores já alcançados face às metas previstas, estas poderão ser alcançadas sem dificuldades de maior. Note-se que, apesar de parte da dotação deste Eixo estar direccionada a empresas, não se coloca aqui a questão da retracção macroeconómica já referida uma vez que o SI FUNCIONAMENTO não exige que as empresas efectuem investimentos.

Grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado - Percepção dos Intervenientes

Na recolha de informação realizada através das entrevistas aos responsáveis de entidades da Estrutura de Gestão do PO Intervir+, resulta que os indicadores previstos são considerados suficientes para avaliar qualitativamente e quantitativamente os objectivos do Programa. No entanto, é efectuada uma referência à necessidade de encontrar uma relação/articulação coerente entre os respectivos indicadores.

Relativamente ao grau de alcance das metas, é expresso que as mesmas foram alcançadas e mesmo superadas, com excepção do Eixo Prioritário I. É ainda reconhecido que os indicadores relacionados com a rede viária estão aquém das metas, e que as verbas foram por isso direccionadas para as outras áreas, nomeadamente para projectos no sector da educação e da reabilitação urbana. Adicionalmente, é salientado o sucesso do Eixo Prioritário V, onde estão já a utilizar o *overbooking*, apesar da execução ser bastante reduzida.

4.3. Explicações para o perfil de desempenho observado

O actual perfil de desempenho do PO Intervir+ afigura-se como positivo e tende a demonstrar que, face às expectativas, o Programa será capaz de atingir as metas a que se propôs quanto aos indicadores de realização e de resultado, respondendo dessa forma aos seus propósitos operacionais e específicos.

Entre as explicações para o desempenho observado destacam-se a aprovação pela CE do exercício de reprogramação do Programa, a descentralização de competências do IDR para o IDERAM no âmbito da gestão do Programa, a simplicidade dos Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Monitorização e de Informação e a existência de competências adequadas para o desenvolvimento dos projectos por parte dos beneficiários.

Fruto de uma dinâmica elevada, mais premente ao nível dos Eixos Prioritários I, II e IV, observa-se que os níveis de contratualização dos indicadores de realização e de resultado dos vários Eixos Prioritários face às metas finais estabelecidas para 2015 são bastante favoráveis, sendo possível constatar que, a 31 de Dezembro de 2011, 30 dos 41 indicadores em causa apresentavam níveis de contratualização iguais ou superiores a 80% e desses, 20 já atingiam mesmo 100% ou mais. Este resultado, num momento intermédio do Programa, é de salientar.

Relativamente à execução alcançada à data de referência, verifica-se que apenas em 26 dos indicadores medidos os níveis de execução são iguais ou superiores a 50% da meta prevista. Apesar de não ser um resultado tão positivo quanto o anterior, considerando o horizonte temporal que ainda resta, afigura-se como perfeitamente possível que o PO Intervir+ venha a alcançar as suas metas, garantindo assim a coerência do Programa com os propósitos que orientaram o seu desenho.

Desta forma, conclui-se que o perfil observado, para além de positivo, corresponde ao que seria expectável, devendo mesmo ser salientado que, desde o momento inicial (2007), a Região viu a sua conjuntura alterada, num sentido inverso ao esperado e desejado, além de ter sido fortemente abalada em 2010 por uma enorme catástrofe natural. Resulta daqui que o Programa se tem adaptado às dificuldades e alterações de contexto que o nortearam, respondendo positivamente às necessidades.

Fundamentação

Perfil de Desempenho Observado

O perfil de desempenho do PO Intervir+ observado até 31 de Dezembro de 2011 é bastante positivo, conforme se pode inferir da resposta à 2ª questão de avaliação, apresentada na secção anterior. De facto, analisando os desempenhos alcançados até ao momento em cada um dos Eixos Prioritários, constata-se que o Programa está a conseguir ir ao encontro das metas previstas para 2015, quer ao nível das realizações, quer ao nível dos resultados.

Desta forma, o actual desempenho do PO Intervir+ demonstra uma enorme coerência com as necessidades e motivações subjacentes à sua criação, dando respostas e soluções adequadas à procura que tem vindo a ser manifestada pelos beneficiários e indo ao encontro dos objectivos operacionais e específicos a que se propôs. Mais especificamente, os níveis de contratualização já alcançados para os indicadores de realização e de resultado reflectem níveis de cumprimento das metas finais previstas para 2015 muito elevados, deixando antever que, no final, o perfil de desempenho estará de acordo com as expectativas iniciais.

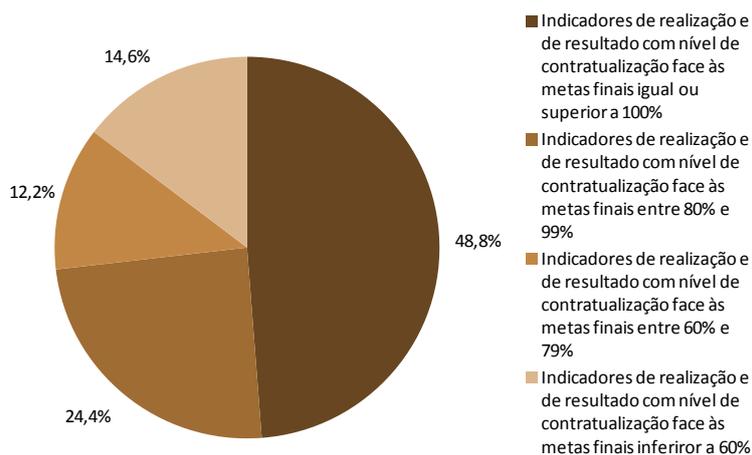


Figura 8. Níveis de contratualização dos indicadores face às metas finais.

Fonte: IDR

De facto, dos 41 indicadores de realização e de resultado previstos, 20 (cerca de 48,8%) apresentam níveis de contratualização face às metas finais iguais ou superiores a 100% e 10 (cerca de 24,4%) apresentam níveis de contratualização iguais ou superiores a 80% (isto é, mais de 72% dos indicadores de realização e de resultado do Programa apresentam níveis de contratualização, face às metas finais a atingir em 2015, bastante elevados e confortáveis) (ver Figura 8). Estes níveis de contratualização beneficiam do facto de a taxa de compromisso financeira do PO Intervir+ se posicionar (a 31 de Dezembro de 2011) nos 82,3% (ver Tabela 42), permitindo, dessa forma, antever que as metas estabelecidas poderão ser alcançadas.

Tabela 42. Taxas de compromisso e de execução financeira, por eixo, do PO Intervir+ a 31 de Dezembro de 2011.

Eixos Prioritários	Taxa de Compromisso (%)	Taxa de Execução (%)
PO Intervir+	82,3	34,9
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	101,5	11,8
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	80,7	34,6
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	78,8	17,4
Eixo Prioritário IV - Coesão Territorial e Governação	94,8	51,2
Eixo Prioritário V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	56,9	38,5

Fonte: IDR

Considerando a execução financeira, verifica-se que, a 31 de Dezembro de 2011, ascende a 34,9%, reflectindo um nível de execução inferior ao que seria expectável após 4 anos de implementação do Programa. Contribuem para este nível moderado de execução financeira, os Eixos Prioritários I e III, que apresentam taxas de execução de 11,8% e 17,4%, respectivamente. Já o Eixo Prioritário IV contribui de forma inversa e positiva para a execução geral do Programa, apresentando uma taxa de execução acima dos 50%. Por seu turno, os Eixos Prioritários II e V apresentam taxas de execução semelhantes às do Programa.

Relativamente aos níveis de execução dos indicadores de realização e de resultado, verifica-se que 8 (cerca de 19,5%) apresentam níveis de execução superiores a 75% face às metas finais estabelecidas para 2015 e 15 (cerca de 36,6%) apresentam níveis de execução inferiores a 50% face a essas mesmas metas (ver Figura 9). Daqui se poderia depreender, aparentemente, alguma incerteza quanto à possibilidade de as metas estabelecidas virem a ser atingidas, podendo o PO Intervir+ vir a revelar níveis de desempenho desajustados, pouco eficientes ou ineficazes. Esta situação poderia colocar em causa a coerência pretendida entre as acções previstas no Programa e as medidas concretas implementadas. No entanto, considerando os níveis de contratualização já alcançados (e acima referidos), prevê-se que o PO Intervir+ possa alcançar as metas estabelecidas.

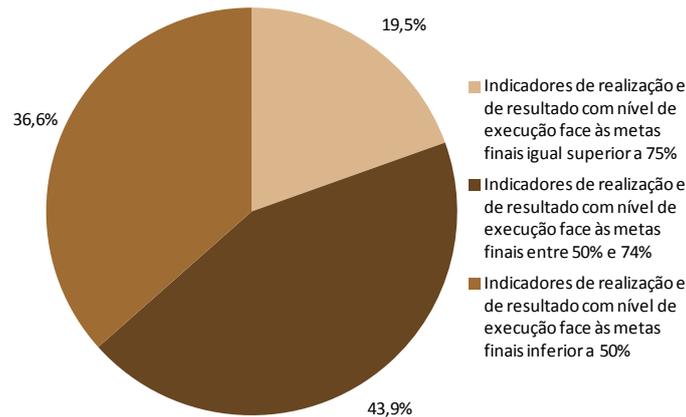


Figura 9. Níveis de execução dos indicadores face às metas finais.

Fonte: IDR

Apesar do nível de desempenho actual, é fundamental considerar alguns factores, já conhecidos, que podem ter um forte impacto condicionador na execução do PO Intervir+ durante os próximos anos. Aliás, esta incidência é já (re)conhecida e terá já condicionado a execução durante o ano de 2011. Por um lado, é importante ter em consideração as restrições orçamentais a que as instituições do sector público estarão sujeitas nos próximos tempos, não apenas fruto da crise macroeconómica nacional, mas também em consequência do programa de ajustamento previsto para a RAM. Estas restrições podem ter impactos negativos na execução do Programa, em virtude do prolongamento da execução dos projectos ou mesmo do redimensionamento ou cancelamento de alguns. Por outro lado, também o sector privado, com destaque para as empresas, apresenta fortes contracções ao nível do investimento, muito por força das enormes barreiras em torno do acesso ao crédito bancário ou a garantias financeiras para alimentar as suas actividades.

Reprogramação

Apesar de apresentar um perfil de desempenho positivo, os níveis de eficiência e de eficácia do PO Intervir+ têm variado ao longo do tempo. Fruto dessa percepção, a AG promoveu a realização de um exercício de reprogramação para a inclusão de alguns ajustes ao Programa. Considerando as metas estabelecidas para o ano de 2010 para os vários indicadores e os níveis de contratualização e execução alcançados até ao final desse ano, denota-se que, até então, o desempenho do PO Intervir+ apresentava níveis díspares de eficiência e de eficácia nos diferentes Eixos Prioritários.

Se por um lado existiam níveis de contratualização elevados em alguns indicadores, reflectindo uma enorme procura por parte dos beneficiários do Programa (com maior incidência nos Eixos Prioritários II e IV) e demonstrando o elevado grau de coerência do PO Intervir+ em dar respostas cabais às necessidades da Região, por outro, e apesar do bom nível de desempenho geral que o PO Intervir+ demonstrava no final de 2010, denotavam-se situações de menor coerência, sinalizadas através de níveis mais modestos de contratualização de alguns indicadores. Estes factos motivaram a revisão das metas finais em baixa, recolocando o Programa no caminho do bom desempenho.

O exercício de reprogramação do PO Intervir+, já focado anteriormente, resulta do reconhecimento de que a situação macroeconómica desfavorável veio perturbar a implementação dos diversos Eixos Prioritários do Programa e, conseqüentemente, o seu desempenho. De forma sintética, a reprogramação implicou um ajuste ao plano de financiamento do Programa com os seguintes objectivos:

- reforçar a dotação do Eixo Prioritário I e do Eixo Prioritário II para compensar a dinâmica verificada, em detrimento da diminuição da dotação do Eixo Prioritário III por dificuldades de execução;
- aumentar as taxas de co-financiamento dos Eixos Prioritários I, II, III e IV para intensificar a utilização das oportunidades de financiamento.

Este exercício de reprogramação pretendeu ainda promover uma melhor adequação dos indicadores de realização e de resultado dos vários Eixos Prioritários, em conformidade com os desvios identificados e relacionados com o efectivamente realizado ou com o que se perspectivava realizar de acordo com a real procura dos beneficiários. Desta forma, o PO Intervir+ procurou reajustar a sua trajectória de desempenho, adequando-se às necessidades regionais reais e às alterações resultantes da envolvente macroeconómica negativa.

Na Tabela 43 apresenta-se o conjunto de indicadores, por Eixo, que foram alvo de uma revisão, permitindo ao Programa responder de forma mais cabal às necessidades que o norteiam. Apresentam-se também os indicadores cujo alcance foi revisto, de forma a responderem mais eficazmente aos indicadores nacionais (especialmente aos indicadores comuns comunitários), bem como novos indicadores, introduzidos com o propósito de espelhar de forma mais correcta o desempenho do Programa.

Tabela 43. Resumo dos indicadores de realização e de resultado revistos/alterados/introduzidos com o exercício de reprogramação (por Eixo Prioritário).

		Realizações	Resultados
Indicadores revistos em alta	Eixo I		<ul style="list-style-type: none"> Actividades resultantes de projectos de Inovação/I&DT Serviços públicos online
	Eixo II		<ul style="list-style-type: none"> Empregos brutos criados (ETI)
	Eixo III	<ul style="list-style-type: none"> Projectos de prevenção e gestão de riscos 	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas / instrumentos de prevenção e gestão de riscos resultantes de projectos apoiados
	Eixo IV	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimentos de ensino construídos e / ou ampliados / requalificados Projectos de reabilitação urbana e rural 	<ul style="list-style-type: none"> Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros Alunos/Formandos abrangidos pelos estabelecimentos de ensino apoiados
	Eixo V	<ul style="list-style-type: none"> Empresas apoiadas 	
Indicadores novos ou cujo alcance foi revisto	Eixo II	<ul style="list-style-type: none"> Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira N.º de Acções Colectivas 	<ul style="list-style-type: none"> N.º Entidades envolvidas nas Acções Colectivas
	Eixo I	<ul style="list-style-type: none"> Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas Projectos na área da Sociedade da Informação 	
Indicadores revistos em baixa	Eixo III		<ul style="list-style-type: none"> População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas
	Eixo IV	<ul style="list-style-type: none"> Projectos na área da cultura e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento alavancado na área da cultura e lazer Rede viária intervencionada
	Eixo V	<ul style="list-style-type: none"> Projectos destinados à prestação de serviços públicos 	<ul style="list-style-type: none"> Redução nos (sobre)custos de gestão de resíduos, decorrente de projectos apoiados

Fonte: IDR (2011), Nota Justificativa - Proposta de reprogramação do Programa Intervir+ aprovada na 5ª Reunião de Comissão de Acompanhamento

Em síntese, as principais alterações têm por base motivos justificativos que se enquadram da seguinte forma:

- Assinalados a azul, estão os indicadores que foram revistos em alta uma vez que as metas previstas inicialmente foram alcançadas a 30 de Dezembro de 2010. De entre estes indicadores, destaca-se o indicador de realização “Estabelecimentos de ensino construídos e / ou ampliados / requalificados”, cuja meta é revista fruto da alteração de prioridades de intervenção em matéria pública, que motivou um maior apoio à área da educação;
- Assinalados a laranja, sinalizam-se os indicadores cuja revisão em baixa teve por base uma fraca adesão dos beneficiários ou quantificação no momento inicial teve por referência um conjunto de intervenções previstas e que não se concretizaram fruto de constrangimentos financeiros.

Motivos para o Desempenho

Importa também conhecer outros motivos associados aos níveis de desempenho do PO Intervir+ e que são mais associados à dinâmica de implementação de projectos pelos beneficiários. De facto, o perfil de desempenho do Programa depende directamente da implementação dos projectos e de todas as condicionantes associadas à sua preparação e execução, nomeadamente a gestão do Programa, os Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Monitorização e de Informação, as condições dos beneficiários e factores externos aliados à implementação dos projectos como o temporal de Fevereiro de 2010.

Gestão do Programa Intervir+

Em primeiro lugar importa salientar que a existência de um OI no âmbito da Gestão do PO Intervir+ é vista como um factor facilitador da gestão e implementação do Programa. A própria AG reconhece que a intervenção do IDERAM no sector empresarial é muito positiva, dado ser o órgão que detém a tutela da área empresarial, tendo dessa forma *know-how* adequado para analisar os projectos empresariais, para além de uma maior facilidade em interagir com as empresas, associações empresariais e outros agentes relevantes.

Esta descentralização da gestão vem na linha de iguais medidas adoptadas em quadros comunitários anteriores, dando-se dessa forma continuidade a uma boa prática, com resultados positivos, fruto também do relacionamento institucional IDR/IDERAM. Por outro lado, esta descentralização surge alinhada com a necessidade de promover e implementar iniciativas públicas com o maior grau de eficácia possível, fomentando a economia de recursos e a simplificação de processos e de procedimentos, de forma a garantir uma prossecução óptima dos objectivos do Programa.

Considerando o papel do IDR e do IDERAM enquanto agentes facilitadores da implementação, é fundamental salientar a promoção de sessões de esclarecimento junto dos beneficiários (públicos e privados) e a adopção de uma postura facilitadora da comunicação. Esta postura ajuda na captação de interesse junto dos beneficiários, permitindo ainda um esclarecimento mais cabal dos objectivos da intervenção e das oportunidades existentes na RAM. Aliás, alguns dos beneficiários, especialmente os beneficiários de cariz empresarial, salientam que o sucesso das iniciativas empresariais implementadas ao abrigo do Programa depende, não apenas das necessidades das empresas, mas da metodologia seguida pelo IDERAM junto das empresas, promovendo sessões de esclarecimento e prestando apoio na fase de elaboração e submissão das candidaturas.

A este nível, salientam-se os esforços desenvolvidos pelo IDR e IDERAM na disseminação do Programa e das oportunidades que o mesmo proporciona, quer ao sector público, quer ao sector privado. As entidades beneficiárias de cariz empresarial reforçam esta percepção, salientando, na sondagem efectuada, o “contacto com o IDR/IDERAM” e o “contacto com outros organismos e entidades que tinham conhecimento do Programa” como as formas mais relevantes como tomaram conhecimento dos SI (ver Figura 10).

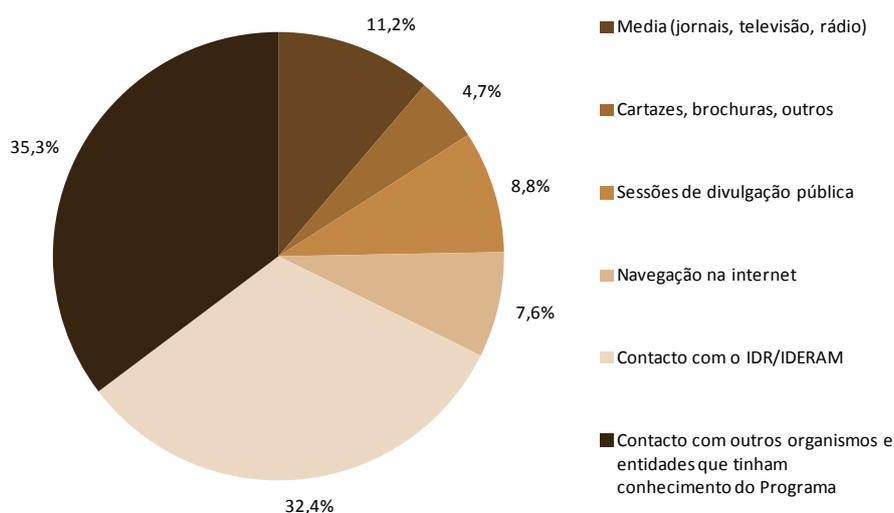


Figura 10. Forma como tomaram conhecimento da existência dos SI.

Fonte: Sondagem às entidades beneficiárias dos SI dos Eixos Prioritários I e II

Sistemas de Gestão, Acompanhamento, Monitorização e de Informação

Os sistemas de gestão, acompanhamento e monitorização e de informação de suporte à implementação do PO Intervir+ são, em geral, percebidos pelos utilizadores como um factor facilitador do desempenho do Programa. Por um lado, a AG e o OI entendem que os sistemas de gestão não apresentam constrangimentos de maior na sua aplicação, facilitando, quer o dia-a-dia das entidades de gestão, quer as responsabilidades de reporte das entidades beneficiárias. Estas, quer do lado do sector público, quer do lado do sector privado, reconhecem que a gestão, acompanhamento e monitorização do Programa são fundamentais para o sucesso dos projectos (e por essa via para o desempenho do Programa), afirmando ainda que os sistemas em causa beneficiam a gestão corrente dos projectos e que esses sistemas têm vindo a ser melhorados ao longo do tempo.

O facto de os beneficiários poderem aceder a uma plataforma *online* desde o momento da candidatura até ao encerramento do projecto e através dela cumprirem com as suas responsabilidades de reporte, é também reconhecido como um elemento facilitador da execução, possibilitando um melhor acompanhamento e monitorização dos projectos. Ainda assim, subsistem, na óptica dos beneficiários, alguns entraves associados, por um lado, à documentação de suporte aos pedidos de pagamento de saldo (intermédios e finais) e, por outro lado, à exigência de promover procedimentos concursais públicos para formalizar as subcontratações no âmbito da implementação dos projectos.

Outras dimensões recolheram, de parte dos beneficiários privados, elevados índices de satisfação, nomeadamente a regulamentação dos sistemas de incentivos, os formulários e os critérios de selecção, e o processo de decisão, presumindo-se que também daqui resultam contributos muito positivos para o desempenho do PO Intervir+. De facto, o nível de satisfação médio alcançado de 2,2 (numa escala de 0 a 3 em que 0 significa “Muito Insatisfeito” e 3 “Muito Satisfeito”) revela que as entidades beneficiárias estão bastante satisfeitas com as dimensões em apreciação (ver Figura 11).

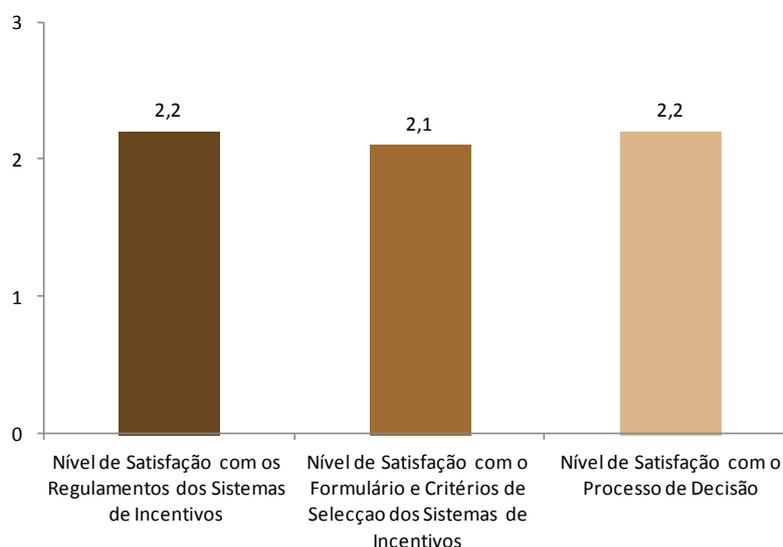


Figura 11. Níveis de satisfação com a regulamentação, os formulários e critérios de selecção e o processo de decisão.

Fonte: Sondagem às entidades beneficiárias dos SI dos Eixos Prioritários I e II

Um aspecto referido como relevante pelos entrevistados é o acompanhamento dos projectos pelos técnicos do IDERAM. De acordo com as entrevistas, resultam indicações de que este acompanhamento é crucial nas fases de preparação da candidatura, implementação e execução, sendo reforçado que o bom andamento dos projectos depende de forma directa desse acompanhamento. Sobretudo é salientada a disponibilidade e o nível de conhecimento que estes técnicos apresentam, que em muito

tem contribuído para o sucesso dos projectos e consequentemente para o desempenho do Programa (ver Figura 12).

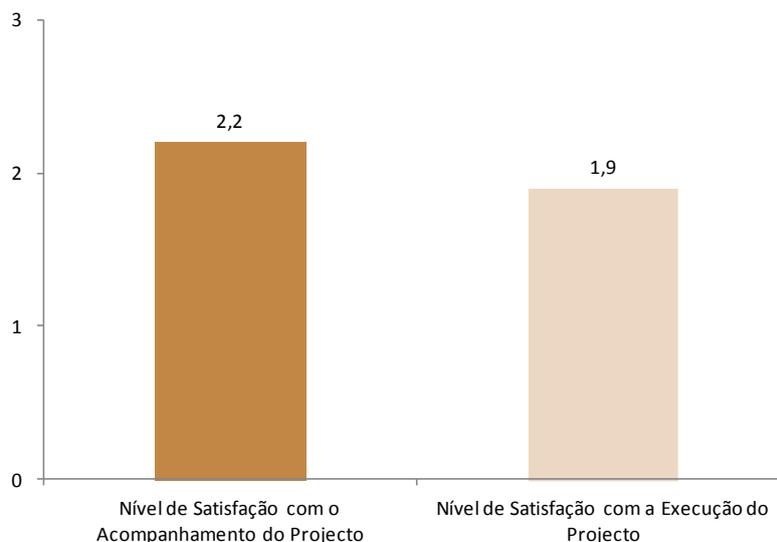


Figura 12. Níveis de satisfação com o acompanhamento e a execução.

Fonte: Sondagem às entidades beneficiárias dos SI dos Eixos Prioritários I e II

Neste contexto, merece destaque um aspecto particular referido como bastante relevante e que tem contribuído para os níveis de execução e de desempenho alcançados e que está associado à celeridade com que a AG e o OI validam os pedidos de reembolso dos saldos intermédios e efectivam esse reembolso, permitindo às entidades beneficiárias executar os projectos sem constrangimentos financeiros e honrar os seus compromissos. Esta rápida resposta tem-se revelado como fundamental numa altura em que são conhecidos e notados os constrangimentos financeiros que a RAM e o País atravessam.

Condições dos Beneficiários

A boa execução dos projectos está também dependente das condições dos beneficiários, nomeadamente da disponibilidade de recursos humanos e físicos, do enquadramento do projecto nas estratégias e do *know-how* detido. A este nível, destaque para o facto de os beneficiários, em geral, reconhecerem que possuem os recursos humanos necessários para a implementação dos projectos, não obstante, em algumas situações, manifestarem que precisariam de mais quadros qualificados.

O sucesso da implementação dos projectos pelos beneficiários está ainda fortemente associado ao facto de os mesmos se enquadrarem em estratégias e/ou planos internos, serem objectivos e resultarem de análises internas amadurecidas. Importa referir, neste contexto, que o conhecimento que os beneficiários detêm da realidade (da sua área de actuação) é crucial, na óptica destes, para que se atinjam os resultados previstos e adequados.

Os beneficiários associados ao sector privado apontam, especificamente, como motivos que potenciaram a concretização dos objectivos dos projectos, as suas competências e recursos, bem como as vantagens proporcionadas pelos SI. Por outro lado, são poucos os que indicam as oportunidades existentes, quer na Região, quer ao nível do País, como potenciadoras da concretização dos objectivos previstos (ver Figura 13).

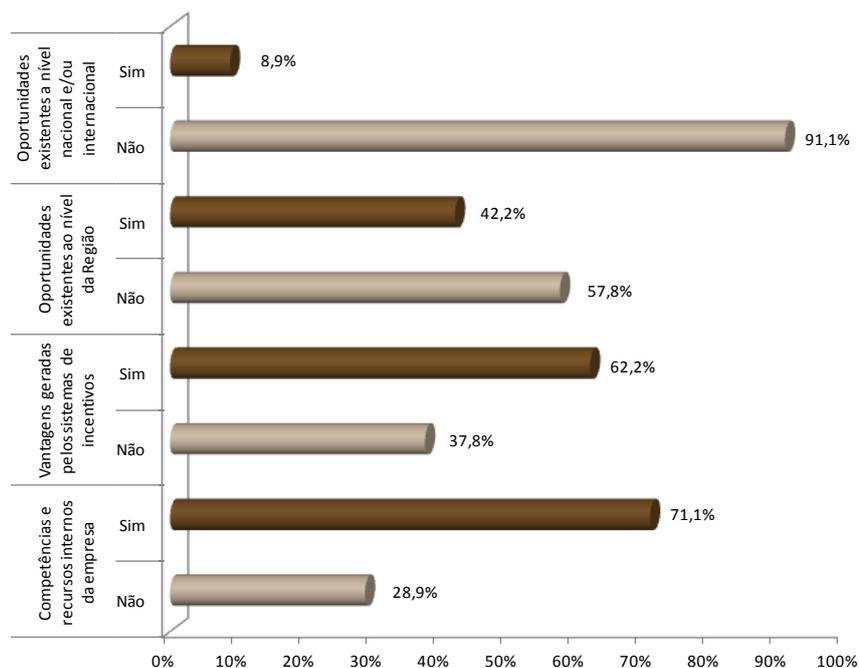


Figura 13. Motivos que possam ter potenciado a concretização dos objectivos inicialmente previstos.

Fonte: Sondagem às entidades beneficiárias dos SI dos Eixos Prioritários I e II

Ainda assim, são apontados alguns constrangimentos, nomeadamente ao nível da execução financeira, sendo notórias as dificuldades dos beneficiários em reunir a sua quota-parte do financiamento do projecto. De facto, e neste contexto de crise macroeconómica, existem dificuldades (e receios) em investir, fruto da baixa disponibilidade de verbas próprias para o efeito e das enormes dificuldades em aceder ao crédito. Da parte do sector público, as restrições orçamentais e a execução orçamental já se fizeram sentir em 2011 e terão um maior impacto nos anos de 2012 e seguintes, vendo os executores muita dificuldade em reunir a quota-parte regional, que tem sido em média de 20%. Já no sector privado, as dificuldades estão associadas ao acesso ao crédito junto da banca, que tem vindo a impor condições cada vez mais restritivas para as empresas. Apesar de o IDERAM ter desenvolvido esforços para facilitar o acesso ao crédito pelas empresas, o facto é que, actualmente, existem muitos beneficiários em risco de desistirem da execução por falta de recursos financeiros, facto este que, a concretizar-se, irá com certeza comprometer a execução física dos Eixos Prioritários I e II do PO Intervir+.

Especificamente, em resposta à sondagem às empresas beneficiárias dos SI dos Eixos Prioritários I e II, é reconhecido como principal factor constrangedor à concretização dos objectivos o actual contexto de crise na Região e no País (ver Figura 13).

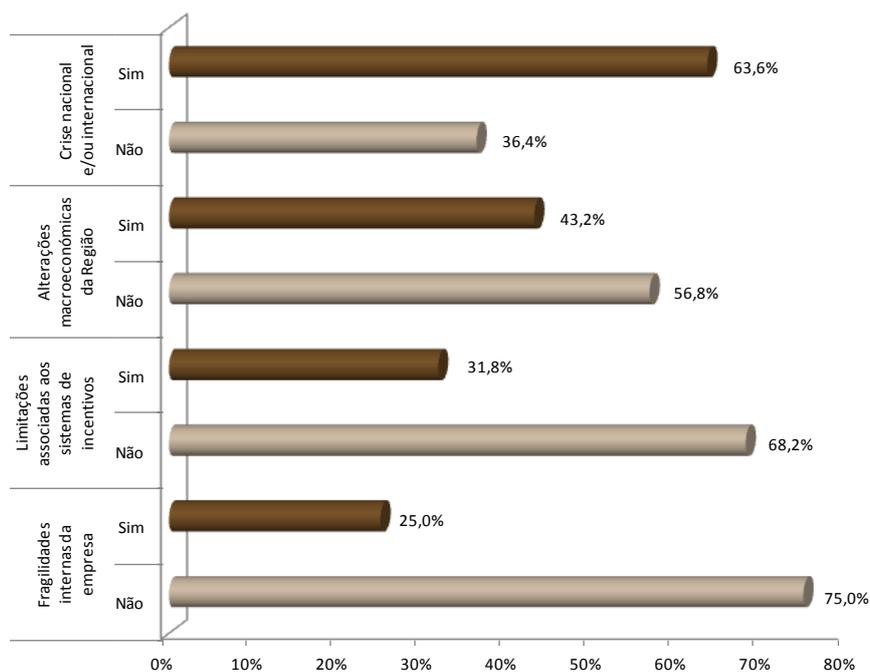


Figura 14. Motivos que possam ter limitado a concretização dos objectivos inicialmente previstos.

Fonte: Sondagem às entidades beneficiárias dos SI dos Eixos Prioritários I e II

Finalmente, e quanto às condições dos beneficiários, outras situações podem também ser apontadas como limitadoras para o desempenho do PO Intervir+, nomeadamente o facto de algumas empresas não conseguirem cumprir com as condições mínimas de elegibilidade, por exemplo, ao nível da regularização das dívidas à fazenda pública e à segurança social.

Temporal de 20 de Fevereiro de 2010

O temporal ocorrido em Fevereiro de 2010 teve reduzido impacto ao nível do desempenho do Programa, tendo apenas implicado a aprovação de um projecto na área de intervenção de riscos naturais e tecnológicos, cujo objectivo é identificar um quadro orientador de suporte às intervenções a desenvolver no âmbito das ações associadas às obras de reconstrução, salientando-se a identificação de soluções técnicas viáveis, capazes de mitigar, de forma expressiva, os impactes de fenómenos de natureza semelhante aos ocorridos a 20 de Fevereiro de 2010. Dessa forma, a execução do programa não foi afectada de uma forma significativa por este fenómeno natural.

Principais explicações para o perfil de desempenho observado - Percepção dos Intervenientes

Suportando a análise efectuada, salienta-se a percepção dos diferentes intervenientes obtida através da realização de entrevistas quanto ao perfil de desempenho observado do Programa e às principais explicações para o mesmo.

Em termos gerais, as entidades e indivíduos entrevistados contribuíram para a identificação e compreensão dos principais motivos que explicam o actual desempenho do PO Intervir+, tendo partilhado um conjunto de opiniões sobre diferentes aspectos, nomeadamente quanto à gestão do PO Intervir+ e as implicações para o desempenho do Programa, aos Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Monitorização e de Informação e às condições dos beneficiários.

De uma forma resumida, os responsáveis de entidades da Estrutura de Gestão do PO Intervir+ reconhecem que a descentralização de competências do IDR para o IDERAM é importante para o desempenho do PO Intervir+ e para que os seus objectivos possam ser alcançados. É realçado que o IDERAM é uma entidade especializada na área empresarial, tendo um conhecimento sólido da realidade da Região e facilidade em interagir com as empresas e associações empresariais. É também reconhecido que esta situação permite uma economia de recursos e uma maior eficácia na prossecução dos objectivos.

Alguns dos beneficiários do Programa referem que existem alguns processos muito burocráticos e que tal dificulta a execução/implementação dos projectos. Não obstante, sinalizam frequentemente a importância do acompanhamento dos projectos por parte dos técnicos do IDR e a celeridade que existe no pagamento dos saldos intermédios. Existem algumas referências menos positivas ao Sistema de Informação, sendo no entanto mencionado que o mesmo tem vindo a ser melhorado significativamente ao longo do tempo, fruto de uma boa interacção entre o IDR e os beneficiários.

Ao nível das condições dos beneficiários, estes consideram possuir as competências internas adequadas para o desenvolvimento dos projectos, desde a planificação (análise estratégica/diagnostico) à implementação (conhecimento da realidade). No entanto, apontam alguns entraves à implementação dos projectos, destacando-se as dificuldades financeiras em garantir a comparticipação regional (do orçamento regional) nos projectos, fruto das alterações ao acesso ao financiamento ao crédito.

4.4. Contributos observados para a concretização dos objectivos específicos dos Eixos Prioritários do Programa

A redução das debilidades e insuficiências da base económica e social regional é um dos principais objectivos do PO Intervir+. Nesse sentido, o Programa tem vindo a apoiar, desde 2008, um conjunto de projectos em diversos domínios. Considerando o período em análise no presente documento, salientam-se como principais contributos do Programa para a redução das debilidades da RAM e consequentemente para a concretização dos objectivos específicos:

- Os projectos aprovados no âmbito dos SI enquadrados nos Eixos Prioritários I e II, que têm contribuído para a alteração do padrão de especialização e para a promoção da sustentabilidade da economia regional;
- Os projectos aprovados no âmbito do SI enquadrado no Eixo Prioritário V, que têm dado um importante apoio ao tecido económico regional (sobretudo micro e pequenas empresas) para superar a actual conjuntura adversa;
- Os mecanismos de engenharia financeira, que têm dado um forte impulso aos projectos de investimento das empresas;
- Os projectos de prevenção e gestão de riscos, que irão contribuir, por exemplo, para evitar catástrofes decorrentes das intempéries como a ocorrida a 20 de Fevereiro de 2010;
- Os projectos de requalificação e modernização do parque escolar, que irão contribuir para a melhoria dos indicadores de educação da RAM e para a consolidação da cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos colectivos.

Fundamentação

A identificação dos contributos implica analisar os projectos aprovados até 31 de Dezembro de 2011 que concorrem para a consecução dos objectivos específicos dos Eixos Prioritários do Programa. Esta análise, efectuada por Eixo e objectivo, é apresentada de seguida.

Eixo Prioritário I - Inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento

Transformar o padrão de especialização e aumentar a inovação na economia da Região

“O perfil de especialização constitui um dos factores estruturais penalizadores do crescimento sustentado da economia portuguesa. Quando comparada com a média da UE, a economia portuguesa encontra-se sobreespecializada em sectores de baixo valor acrescentado e baixa intensidade de conhecimento, e subespecializada em actividades mais intensivas em conhecimento, tanto na indústria transformadora como nos serviços.”¹²

No caso concreto da economia madeirense, o cenário é idêntico. Analisando a distribuição das empresas da Região por sector de actividade, em 2009, e tendo por base a informação da DREM, organizada pela Classificação das Actividades Económicas Rev.3 (CAE), verifica-se o predomínio dos serviços com fraca intensidade do conhecimento, com destaque para o comércio por grosso e a retalho (CAE G) e para as outras actividades de serviços (CAE S), com 20,7% e 13,9%, respectivamente, do número total de empresas sediadas (ver Figura 15).

¹² Comissão Técnica de Coordenação do QREN (2011), Relatório Anual do QREN – III – 2010

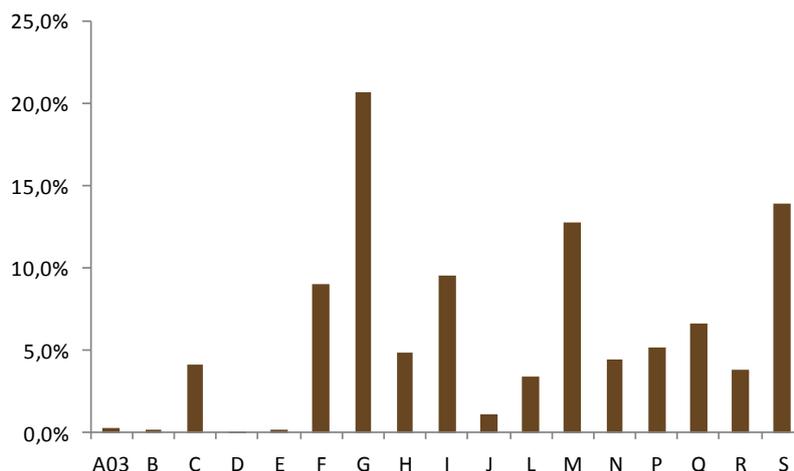


Figura 15. Distribuição do número de empresas sediadas na RAM por sector de actividade, em 2009.

Fonte: DREM (2011), Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira – 2010

Legenda: A - Pesca e aquicultura, B - Indústrias extractivas, C - Indústrias transformadoras, D - Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, F - Construção, G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, H - Transportes e armazenagem, I - Alojamento, restauração e similares, J - Actividades de informação e de comunicação, K - Actividades financeiras e de seguros, L - Actividades imobiliárias, M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio, O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória, P - Educação, Q - Actividades de saúde humana e apoio social, R - Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas, S - Outras actividades de serviços.

Foi neste contexto que o PO Intervir+ estabeleceu como prioridade de intervenção a transformação do padrão de especialização, através do apoio a actividades de inovação e de investigação e desenvolvimento tecnológico. Para o efeito, foram definidos no Programa um conjunto de instrumentos, de entre os quais se destacam os SI às empresas.

Até ao final de 2011, foram aprovados, nos diferentes SI do Eixo I¹³, 74 projectos, sendo 58 referentes ao SI EMPREENDINOV, 10 ao SI + CONHECIMENTO, 4 ao SI QUALIFICAR + e 2 ao SIRE.

Analisando a distribuição sectorial do fundo comunitário aprovado nos diferentes SI às empresas do Eixo I¹⁴, constata-se que o sector com o maior volume de incentivos é o da consultoria e programação informática, com 29,9% do volume total (ver Figura 16). Seguem-se o comércio por grosso e a retalho, com 15,9%, as actividades de investigação científica e desenvolvimento, com 15,3%, as actividades de telecomunicações, com 13,8%, e, com menor representatividade, os restantes sectores. Refira-se que os sectores da consultoria e programação informática e das actividades de investigação científica e desenvolvimento são sectores onde Portugal se encontra subespecializado face ao conjunto das economias da UE.

¹³ As intervenções do SI +CONHECIMENTO e do SI EMPREENDINOV estão confinadas ao Eixo I, enquanto as do SIRE, SI QUALIFICAR+ e SI TURISMO poderão, consoante a domínios de intervenção, ter ou não enquadramento neste Eixo.

¹⁴ Os dados apresentados referem-se a um conjunto de 38 divisões da CAE Rev. 3 definidas pelo Eurostat.

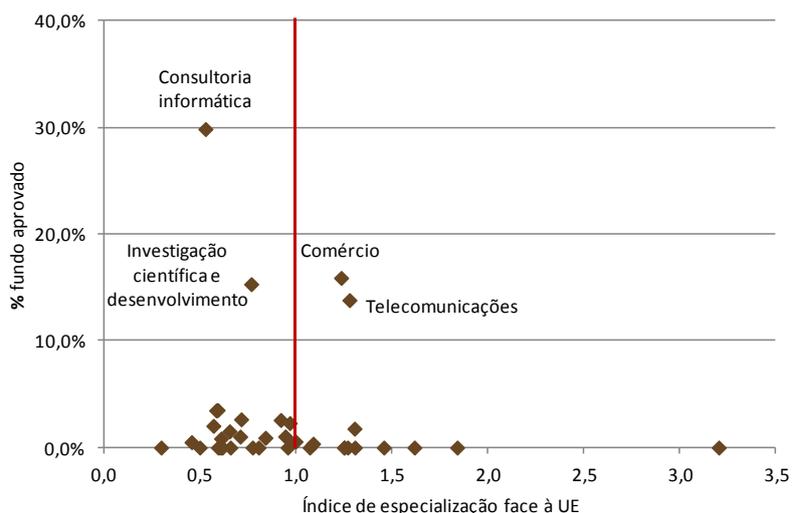


Figura 16. Distribuição sectorial do fundo aprovado nos diferentes SI às empresas do Eixo I até 31 de Dezembro de 2011 e índice de especialização¹⁵ face à UE em 2009.

Fonte: Eurostat e IDR

A análise da distribuição do fundo aprovado por sector de actividade e categoria de intensidade tecnológica¹⁶ e de conhecimento permite observar que os sectores que absorvem a maior parte do financiamento são os serviços com forte intensidade de conhecimento, com mais de 75% do financiamento total (ver Figura 17).

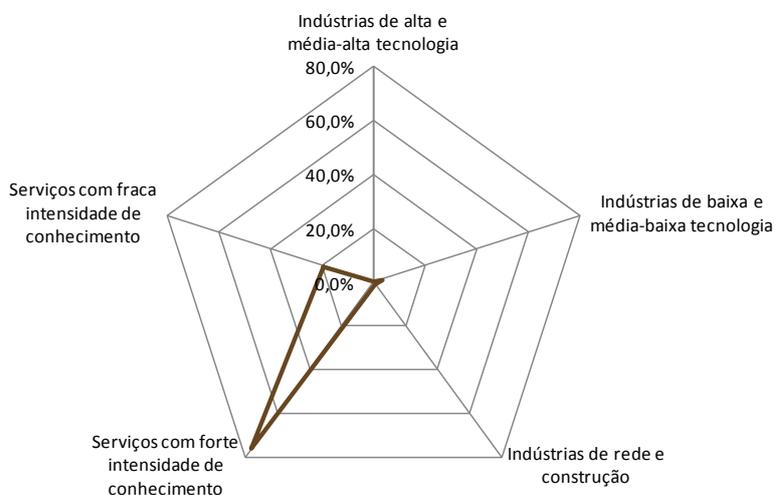


Figura 17. Distribuição do fundo aprovado por sector de actividade e categoria de intensidade tecnológica e de conhecimento.

Fonte: IDR

¹⁵ O índice de especialização de cada sector é calculado como o quociente entre o peso do sector no VAB português e o peso do sector no VAB da UE.

¹⁶ De acordo com a classificação do Eurostat apresentada no documento "High-technology' and 'knowledge based services' aggregations based on NACE Rev.2".

De referir, por último, que a análise do investimento elegível por tipo de investimento permite concluir que praticamente 100% do investimento efectuado nos SI do Eixo I se refere a investimentos em factores dinâmicos de competitividade (investimentos nas áreas da eficiência energética, das tecnologias de informação e comunicação, do marketing e da qualidade, entre outras) (ver Figura 18).

Deste modo, conclui-se que os SI do Eixo I estão a contribuir para a alteração do padrão de especialização sectorial da economia madeirense.

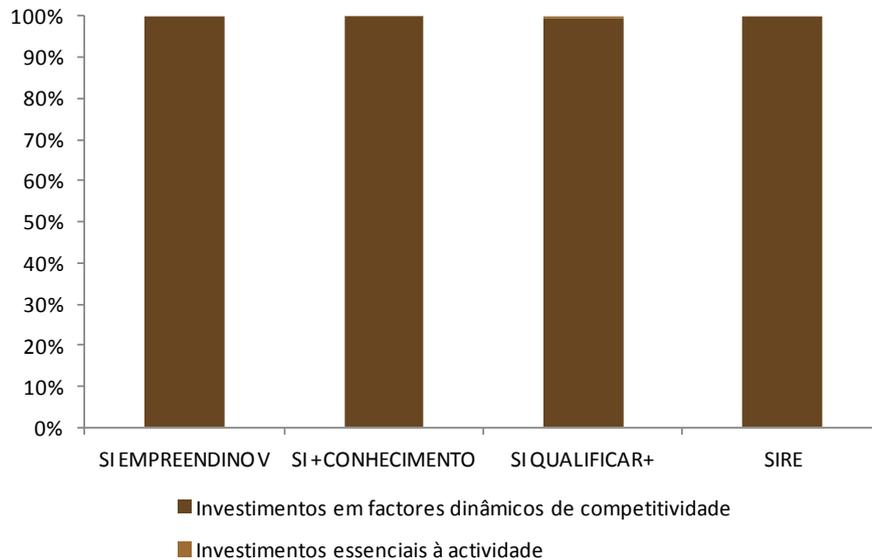


Figura 18. Distribuição do investimento elegível nos SI do Eixo I por tipo de investimento.

Fonte: IDR

Desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região

A investigação científica e o desenvolvimento tecnológico são hoje em dia reconhecidos como os principais impulsionadores da competitividade, do crescimento económico e da criação de mais e melhor emprego.

Na RAM, uma das instituições do Sistema Científico e Tecnológico Regional (SCTR) com responsabilidades na dinamização das actividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico é a Universidade da Madeira (UMa). Para o efeito, a UMa possui 10 unidades de investigação em diversas áreas temáticas, sendo que apenas 4 são reconhecidas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Entre 2005 e 2009, as unidades de investigação da UMa foram responsáveis pela publicação de 441 artigos em revistas científicas internacionais. Comparando o número de publicações com as outras universidades públicas existentes em Portugal, constata-se que a UMa é uma das instituições com menor número de publicações (ver Tabela 44).

Tabela 44. Número de publicações das Universidades Públicas Portuguesas no período 2005-2009.

Universidade	Nº. publicações
Universidade do Porto	9477
Universidade Técnica de Lisboa	9264
Universidade de Lisboa	5730
Universidade de Coimbra	5530
Universidade de Aveiro	5414
Universidade Nova de Lisboa	4251
Universidade do Minho	3957
Universidade do Algarve	1667
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1188
Universidade de Évora	975
Universidade da Beira Interior	891
Universidade dos Açores	505
ISCTE	469
Universidade da Madeira	441
Universidade Aberta	120

Fonte: SCImago Research Group (2011), Ranking Ibero-Americano SIR 2011

Relativamente ao número de projectos de investigação e desenvolvimento, a UMa apresenta igualmente algum défice. A título de exemplo, analisando o número de projectos da Universidade financiados pelo 7º Programa Quadro, constata-se que existe apenas um¹⁷.

Nesse sentido, o Programa tem apoiado um conjunto de projectos (ainda que diminuto - apenas 3) da Universidade que visam reforçar o seu potencial científico e tecnológico. Entre estes destaca-se o projecto OTIC/TecMU-PETT, que visa criar oficinas de Transferência de Tecnologia, Inovação e Conhecimento com a finalidade de identificar e promover a transferência de ideias e conselhos novos e inovadores para o tecido empresarial. Adicionalmente, o Programa tem também apoiado outras entidades do SCTR como o Laboratório Regional de Engenharia Civil e o Centro de Estudos de História do Atlântico – no total foram financiados pelo Programa 10 projectos, correspondendo a um investimento total elegível de aproximadamente 8,4 milhões de euros e a uma comparticipação comunitária de cerca de 6,7 milhões de euros.

Refira-se, no entanto, que os projectos aprovados estão claramente abaixo das expectativas e dos objectivos previstos, quer no que respeita à dimensão financeira, quer no que se refere ao número, tipologia, natureza e ambição.

Para além da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico, também as TIC têm ganho uma importância cada vez maior nos últimos anos, enquanto factor crítico para a modernização e desenvolvimento das sociedades.

Ao nível da generalização do acesso à internet e às TIC, conforme apresentado na secção 4.1 (resposta à questão de avaliação 1), a Região tem apresentado melhorias significativas nos últimos anos; no entanto, é ainda necessário um conjunto de acções por forma a que o acesso à internet, nomeadamente através de banda larga, esteja disponível em toda a Região e a toda a população.

¹⁷ De acordo com o CORDIS, a Universidade da Madeira coordena o projecto LEVADAS - Análise do desenvolvimento dos sistemas/canais de irrigação utilizados na RAM, com um orçamento global de 128.611 Euros.

Até ao final de 2011, foram aprovados no Programa 4 projectos (com um investimento elegível total de aproximadamente 6,1 milhões de euros e uma comparticipação comunitária de cerca de 4,9 milhões de euros) que contribuem para a consecução deste objectivo, entre os quais se destaca o projecto “Infra-estrutura Tecnológica da Educação – ITE”, que visa garantir o acesso de todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados da Região à internet em banda larga, bem como combater o fenómeno da infoexclusão.

Considerando o exposto anteriormente, conclui-se que os projectos aprovados de apoio ao SCTR e na área das TIC estão a contribuir de forma pouco significativa para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da sociedade do conhecimento na Região.

Melhorar a qualidade e a eficácia da Administração Pública Regional

A modernização e a racionalização da Administração Pública, a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos pela Administração Pública e a criação de uma maior proximidade e capacidade de diálogo entre a Administração Pública e o cidadão constituem, actualmente, objectivos fundamentais para o desenvolvimento de uma região.

Na RAM, existem ainda algumas debilidades na área da modernização administrativa e dos serviços prestados aos cidadãos. A título de exemplo, analisando os indicadores da sociedade de informação nas câmaras municipais, verifica-se que, em 2010, as percentagens de utilização de comércio electrónico e de processos de consulta pública disponibilizados na internet eram bastante inferiores às registadas a nível nacional (ver Tabela 45).

Tabela 45. Indicadores da sociedade de informação nas câmaras municipais da RAM, em 2010.

Unidade territorial	Ligação à internet (%)	Ligação à internet através de banda larga (%)	Presença na Internet (%)	Utilização de comércio electrónico (%)	Processos de consulta pública disponibilizados no sítio da Internet (%)
Portugal	100,0	99,3	100,0	47,9	70,6
RAM	100,0	100,0	100,0	30,0	60,0

Fonte: DREM (2011), Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira – 2010

Considerando as debilidades existentes, foi definido como objectivo pelo Programa a aposta na melhoria da qualidade e da eficácia da Administração Pública Regional. Esta aposta consubstanciou-se na criação de um domínio de intervenção, denominado “Modernização Administrativa”, que visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de projectos estruturantes orientados para a redução dos denominados custos públicos de contexto no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas.

Até ao final de 2011, foram aprovados 7 projectos neste domínio de intervenção, correspondendo a um investimento total elegível de aproximadamente 6,6 milhões de euros e a uma comparticipação comunitária de cerca de 5,2 milhões de euros. Merece particular destaque o projecto “RITS - Reforço das infraestruturas Tecnológicas do SESARAM”, que tem como principais objectivos o reforço da infra-estrutura tecnológica e de serviços que suporta o sistema de informação da saúde na RAM e a criação de plataformas de comunicação inovadoras baseadas nas TIC, que permitam reduzir custos operacionais e melhorar a qualidade do serviço prestado aos utentes.

De sinalizar que, após o desenvolvimento destes projectos, irão ser disponibilizados 111 novos serviços públicos *online*. Deste modo, infere-se que os projectos de “Modernização Administrativa” estão a contribuir positivamente para a melhoria da qualidade e da eficácia da Administração Pública Regional.

Eixo Prioritário II - Competitividade da base económica regional

Assegurar a sustentabilidade e a diversificação da economia regional

A sustentabilidade de uma economia requer hoje em dia uma elevada capacidade de inovação por parte das empresas, de modo a poderem enfrentar desafios como a pressão competitiva crescente e a rápida mudança tecnológica e cultural.

Neste sentido, o Programa tem vindo a apoiar, através dos SI às empresas do Eixo II, um conjunto de projectos de investimento empresarial integrados e inovadores. No período em análise no presente documento, foram aprovados nos diferentes SI deste Eixo 147 projectos, correspondendo a um investimento total elegível de cerca de 70,6 milhões de euros e a uma comparticipação FEDER de aproximadamente 20,3 milhões de euros. É importante referir que, dos 147 projectos aprovados, 35 se referem a projectos de empresas novas. Mais ainda, é de salientar que estes projectos irão permitir alavancar 43,5 milhões de euros de investimento privado e criar 1145 novos empregos.

Analisando a distribuição do número de projectos aprovados por SI, verifica-se um forte predomínio do SIRE, com 83 projectos, seguindo-se o SI QUALIFICAR+ e o SI TURISMO com 32 projectos cada (ver Figura 19).

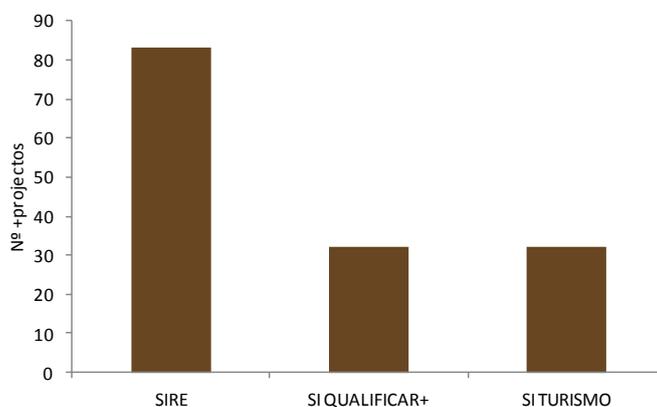


Figura 19. Distribuição do número de projectos aprovados nos diferentes SI às empresas do Eixo II até 31 de Dezembro de 2011.

Fonte: IDERAM

No entanto, a análise do montante total elegível dos projectos aprovados em cada SI permite concluir que os maiores investimentos pertencem ao SI TURISMO e ao SI QUALIFICAR+, com 48,1% e 37,5% do investimento total, respectivamente (ver Figura 20).

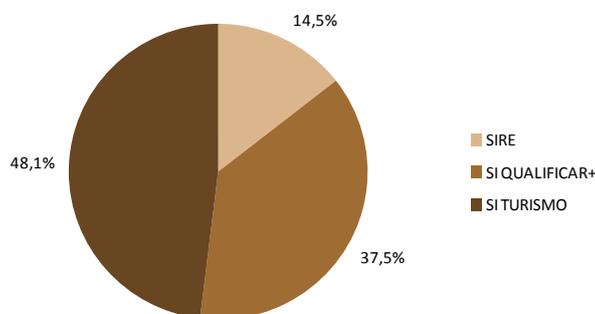


Figura 20. Distribuição do investimento total elegível dos projectos aprovados nos diferentes SI às empresas do Eixo II até 31 de Dezembro de 2011.

Fonte: IDERAM

De referir ainda que a análise do investimento elegível nos SI do Eixo II por tipo de investimento permite concluir que, no caso do SIRE e do SI QUALIFICAR+, existe uma distribuição mais ou menos equitativa entre os investimentos essenciais à actividade (nomeadamente investimentos em equipamentos e edifícios) e os investimentos em factores dinâmicos de competitividade, enquanto no SI TURISMO há claramente um maior peso dos investimentos essenciais à actividade, em grande parte resultante dos projectos de requalificação e modernização das unidades hoteleiras (ver Figura 21).

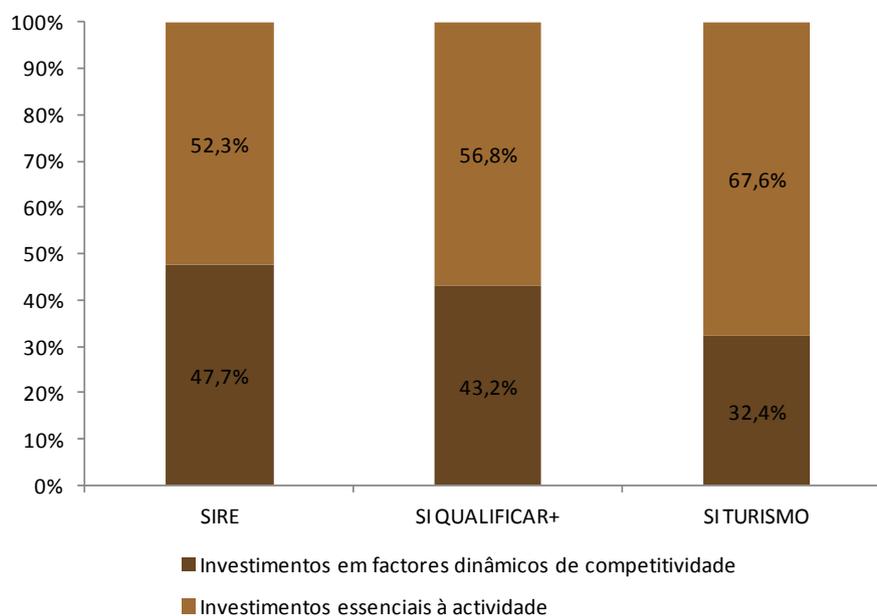


Figura 21. Distribuição do investimento elegível nos SI do Eixo II por tipo de investimento.

Fonte: IDR

Para além dos SI e de modo a reduzir o esforço financeiro exigido, em termos de contrapartidas, aos beneficiários dos projectos, o Programa apoiou a criação de 4 instrumentos de engenharia financeira promovidos pelo IDERAM, a saber: Linha de Crédito PME Madeira, Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira, Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira II e Linha de Apoio à Recuperação Empresarial da Região Autónoma da Madeira.

Até 31 de Dezembro de 2011, foram apoiadas por estes instrumentos de engenharia financeira 883 empresas.

Assim sendo, conclui-se que os SI do Eixo II e os mecanismos de engenharia financeira estão a contribuir de forma positiva para a sustentabilidade da economia da RAM.

Melhorar a envolvente da actividade empresarial

A existência de um ambiente estruturado de apoio à actividade económica é essencial para promover o desenvolvimento de uma região. Como ambiente estruturado e atractivo entende-se não apenas as infra-estruturas físicas mas também os serviços de apoio ao tecido empresarial.

Em termos de infra-estruturas, a RAM apresenta, actualmente, um conjunto alargado de espaços para a instalação de empresas. Entre os espaços existentes destacam-se o Madeira Tecnopolo, Parque de Ciência e Tecnologia da Madeira, sediado no Funchal e os 12 parques empresariais, localizados em diversos concelhos da Região (ver Tabela 46).

Tabela 46. Área total e número de lotes de terreno dos parques empresariais existentes na RAM.

Parque Empresarial	Área total (m ²)	Nº Lotes de Terreno
Calheta	87.309	57
Camacha	52.654	20
Cancela	160.000	65
Canhas	17.860	19
Estreito de Câmara de Lobos	425.306	46
Machico	75.980	39
Zona Oeste	95.000	15
Porto Moniz	18.300	15
Porto Santo	31.700	33
Ribeira Brava	65.949	44
Santana	44.635	34
São Vicente	47.505	42

Fonte: Madeira Parques Empresariais, S.A.

De modo a proporcionar condições mais atractivas para a instalação de empresas nos Parques Empresariais, foram aprovados, no âmbito do Programa, 2 projectos, correspondendo a um investimento elegível de 9,4 milhões de euros e a uma comparticipação comunitária de 7,5 milhões de euros.

Relativamente a serviços de apoio ao tecido empresarial, a única estrutura que os presta é o Madeira Tecnopolo, nomeadamente nas áreas da inovação, qualidade e internacionalização.

Refira-se que, no âmbito do Programa, foram aprovados 12 projectos (com um investimento elegível de 31,3 milhões de euros e uma comparticipação comunitária de 24,8 milhões de euros) que visam a promoção da internacionalização da Região, em particular dos seus sectores mais tradicionais como o turismo, o vinho e o bordado e artesanato.

Assim sendo, conclui-se que os projectos de reforço das infra-estruturas existentes e de apoio à internacionalização da Região estão a contribuir positivamente para a melhoria da envolvente da actividade empresarial.

Eixo Prioritário III – Desenvolvimento sustentável

Melhorar a eficiência e a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e de resíduos sólidos urbanos

A UE tem demonstrado nos últimos anos uma preocupação crescente com o ambiente, reflectida no reforço das elegibilidades e disponibilidades financeiras para esta área nos instrumentos da Política de Coesão. Os principais resultados destes investimento em Portugal “encontram-se reflectidos na expressiva elevação dos níveis de cobertura da população em abastecimento de água e em drenagem e tratamento de águas residuais, bem como na consolidação de uma política de resíduos que se consubstanciou no encerramento das lixeiras de todo o país, na implantação e generalização de sistemas de recolhas selectiva e na constituição dos sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU)”¹².

Apesar dos progressos registados, existem ainda algumas lacunas nas infra-estruturas ambientais (sector da água e dos resíduos), que necessitam de ser debeladas de modo a cumprir os objectivos comunitários definidos na Directiva Quadro da Água e na Directiva Aterros.

Concretamente na RAM, uma análise dos indicadores relativos ao abastecimento e tratamento de água permite concluir que, apesar de quase a totalidade da população estar servida por sistemas de abastecimento de água, a população servida por sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais é ainda relativamente baixa – 59% e 57%, respectivamente (ver Figura 22) – valores ainda distantes das metas estabelecidas no Plano Regional de Ambiente.¹⁸

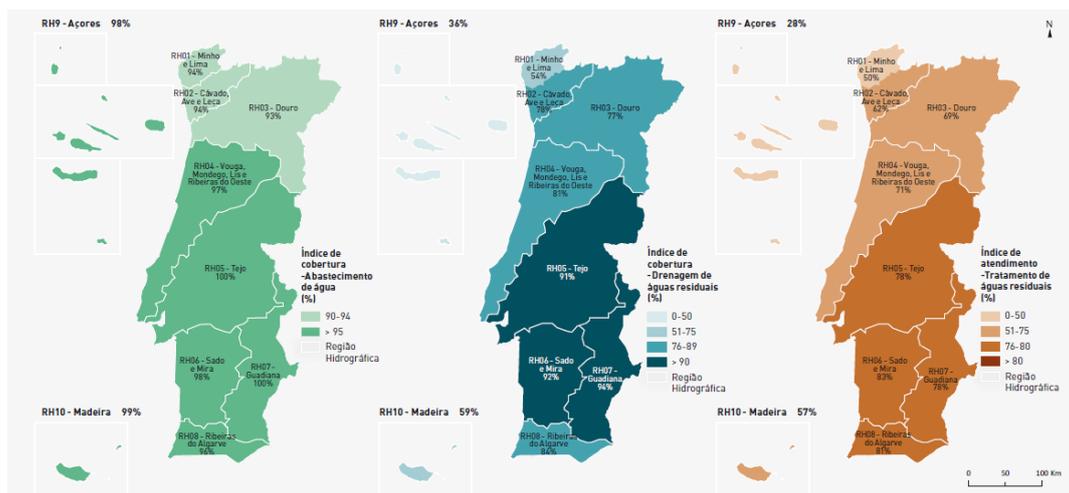


Figura 22. População servida por sistemas de abastecimento de água, sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais, em 2009.

Fonte: Comissão Técnica de Coordenação do QREN (2011), Relatório Anual do QREN – III – 2010

Relativamente à produção e reciclagem de RSU, nos últimos anos tem-se verificado um aumento da consciência ambiental da população madeirense, traduzida no crescimento da quantidade de resíduos recicláveis depositados nos ecopontos (ver Figura 23).

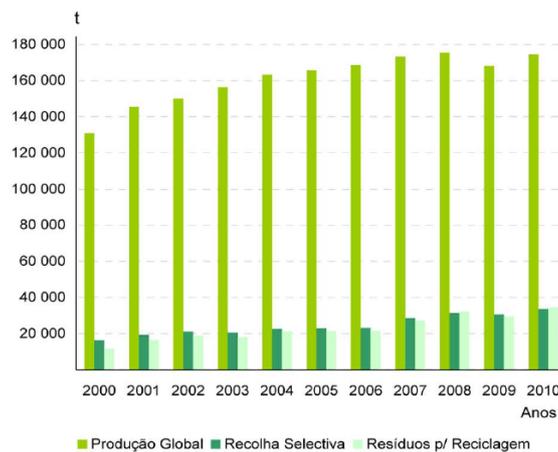


Figura 23. Evolução da produção de RSU e da recolha selectiva na Região Autónoma da Madeira entre 2000 e 2010.

Fonte: DREM (2011), Madeira em Números – 2010

¹⁸ O Plano Regional de Ambiente da Madeira define as seguintes metas: 98% de população servida com água potável e 85% da população servida com sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.

Apesar disso, continua a ser necessário um esforço por parte de toda a população, de modo a serem atingidas as metas traçadas pela UE.

Com o objectivo de minimizar os problemas supramencionados, foram criados no Programa dois domínios de intervenção: “Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa” e “Resíduos Sólidos Urbanos”.

Até ao final de 2011, foram aprovados, no domínio “Ciclo Urbano da Água”, 8 projectos, correspondendo a um investimento total elegível de 19,7 milhões de euros e a uma comparticipação comunitária de 15,8 milhões de euros. De referir que estes projectos irão permitir melhorar as condições de abastecimento e tratamento de água de 29062 pessoas.

No que concerne ao domínio “Resíduos Sólidos Urbanos”, não tinha sido aprovado nenhum projecto.¹⁹

Deste modo, conclui-se que os projectos supracitados estão a contribuir apenas para uma das áreas em foco neste objectivo específico.

Prevenir, gerir e monitorizar riscos naturais e tecnológicos

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma preocupação crescente por parte dos governos relativamente aos critérios de segurança associados aos riscos naturais e tecnológicos.

A RAM, devido a algumas características intrínsecas como a existência de contrastes morfológicos e a presença de eventos meteorológicos extremos, obriga a uma observação atenta, por parte das entidades responsáveis, dos riscos naturais e tecnológicos, susceptíveis de produzirem perdas e danos humanos, económicos e ambientais.

De modo a minimizar os riscos naturais e tecnológicos existentes e dotar as entidades responsáveis dos meios necessários à prevenção, foi criado no Programa um domínio de intervenção denominado “Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos”.

Até ao final de 2011, foram aprovados, neste domínio, 7 projectos, correspondendo a um investimento total elegível de cerca de 16,8 milhões de euros e a uma comparticipação comunitária que ascende a 13,4 milhões de euros. De enfatizar que o número de projectos aprovados supera as metas inicialmente previstas e visa dar resposta à procura decorrente da intempérie de 20 de Fevereiro de 2010. Entre os projectos aprovados destaca-se o projecto “NI FORMAR – Núcleo de Instalações da Protecção Civil e Formação da Madeira”, que visa dotar este serviço de instalações próprias e de um centro regional de formação.

Face ao exposto, infere-se que os projectos aprovados estão a contribuir fortemente para prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e tecnológicos da RAM.

Intervir no ambiente, na natureza e na biodiversidade

A avaliação do contributo do PO Intervir+ para a consecução dos objectivos específicos relacionados com a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável não pode ser concluída sem uma análise dos projectos ligados ao domínio de intervenção “Gestão Ambiental Sustentável, Conservação da Natureza e Biodiversidade”.

Até ao final de 2011, foi aprovado apenas o projecto CIVITAS Mimosa neste domínio (com um investimento total elegível de aproximadamente 2,8 milhões de euros e uma comparticipação comunitária de cerca de 2,3 milhões de euros). Este projecto tem como principal objectivo melhorar a

¹⁹ No Eixo V foi aprovado um projecto relacionado com este domínio mas prende-se apenas com o apoio ao transporte e não com a melhoria das taxas de eficiência.

mobilidade urbana na Cidade do Funchal, através da implementação de várias medidas como restrição de acessos a veículos automóveis em determinados locais, utilização de veículos e combustíveis menos poluentes e promoção de estilos de vida mais saudáveis.

Considerando a inexistência de projectos neste domínio que foquem outras matérias previstas como, por exemplo, a conservação da natureza e da biodiversidade, conclui-se que o Programa está a contribuir de forma pouco significativa para a concretização deste objectivo específico.

Eixo Prioritário IV – Coesão territorial e governação

Consolidar a cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos colectivos

O desenvolvimento da rede de infra-estruturas e equipamentos colectivos, nomeadamente nas áreas da educação, saúde, cultura e mobilidade, tem constituído uma prioridade política dos Governos em Portugal. Esta aposta decorre da necessidade de “apoiar respostas sustentáveis a novas realidades e exigências sociais, com vista a contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para a promoção da coesão social e territorial do país”.¹²

No que concerne em particular à rede de infra-estruturas e equipamentos de educação da RAM, conforme apresentado na secção 4.1 (resposta à questão 1), observou-se um aumento do número de estabelecimentos de ensino nos últimos anos.

No âmbito da saúde, apesar da existência de uma rede regional de infra-estruturas e de serviços de saúde satisfatória, registou-se uma redução do número total de centros de saúde.

Relativamente à cultura, verificou-se um aumento do número de equipamentos, em particular do número de galerias de arte e museus.

Por fim, em matéria de mobilidade, registaram-se melhorias importantes, sobretudo com a construção das vias rápidas, que permitiram diminuir, de forma significativa, o tempo de deslocação entre os vários pontos da Ilha.

Com o objectivo de consolidar a rede de infra-estruturas e equipamentos colectivos existentes, o Programa tem vindo a apoiar um conjunto de projectos nas 4 áreas supramencionadas.

Os investimentos mais relevantes registam-se na área da educação, área onde foram aprovados, até ao final de 2011, 16 projectos de requalificação do parque escolar, representando um investimento total elegível de aproximadamente 69,3 milhões de euros e uma comparticipação comunitária de cerca de 55,5 milhões de euros. De sinalizar que estes projectos de requalificação do parque escolar irão beneficiar 6151 alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino básico e secundário da RAM (cerca de 13,5% do número total de alunos que frequentavam estes níveis de ensino no ano lectivo 2009/2010).

A segunda área com os investimentos mais avultados é a área da cultura, que viu aprovados, no mesmo período, 4 projectos, com um investimento total elegível e uma comparticipação comunitária que ascende a 10,4 e 8,3 milhões de euros, respectivamente. Segue-se a área da mobilidade com 2 projectos aprovados, correspondendo a um montante total elegível de 2,2 milhões de euros e a uma comparticipação FEDER de 1,8 milhões de euros e, por último, a área da saúde, com apenas 1 projecto aprovado, orçamentado em 2,8 milhões de euros e financiado pelo Programa em 2,3 milhões de euros.

Atendendo aos elementos apresentados, conclui-se que os investimentos na área da educação, cultura, mobilidade e saúde estão a contribuir de forma positiva para consolidar a cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos colectivos.

Apoiar a reabilitação urbana e rural

A qualificação das cidades e vilas tem ganho uma importância crescente nos últimos anos, como forma de inverter a degradação dos espaços urbanos e rurais. “Esta degradação resulta, em grande medida, da desvitalização dos espaços (...) e é acompanhada por uma deterioração da qualidade ambiental e de vida dos cidadãos, consubstanciada por uma escassez de espaços verdes, pela poluição atmosférica e pelo ruído.”¹²

O PO Intervir+, dentro do Eixo IV, assumiu como aposta estratégica o financiamento de projectos no domínio da reabilitação urbana e rural. Esta aposta consubstanciou-se na aprovação, até ao final de 2011, de 5 projectos, que representam um investimento total elegível de aproximadamente 24,1 milhões de euros e uma comparticipação comunitária de cerca de 19,3 milhões de euros.

Refira-se que estes projectos de reabilitação urbana e rural irão abranger 53064 residentes na RAM (cerca de 20% da população total da RAM).

Assim sendo, infere-se que os projectos aprovados estão a contribuir positivamente para o cumprimento deste objectivo específico.

Conhecer boas práticas de desenvolvimento regional europeu

O conhecimento daquilo que melhor se faz na Europa e a partilha de experiências com outras regiões é extremamente importante para uma região como a Madeira.

Para o efeito, foi criado, no âmbito do Eixo Prioritário IV do PO Intervir+, um domínio de intervenção denominado “Cooperação interregional”. No entanto, até ao final de 2011, não foi aprovado nenhum projecto neste domínio.

Deste modo, conclui-se que o Programa não está a contribuir para a partilha de boas práticas de desenvolvimento regional europeu.

Eixo Prioritário V – Compensação dos sobrecustos da ultraperifericidade

Combater os efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais

O artigo 299º do Tratado da União Europeia reconhece como obstáculos ao desenvolvimento económico e social das regiões ultraperiféricas:

- O afastamento;
- A insularidade;
- A pequena superfície;
- O relevo e clima difíceis; e
- A dependência económica em relação a um pequeno número de produtos.

Para minimizar estes obstáculos e apoiar as empresas destas regiões, o Conselho Europeu refere, no mesmo Tratado, a importância da adopção de medidas em domínios como as políticas aduaneira e comercial, a política fiscal e os auxílios dos fundos estruturais da Comunidade.

Nesse sentido, foi criado, no âmbito do Eixo Prioritário V do Programa, um SI às empresas, denominado SI FUNCIONAMENTO, para compensação dos sobrecustos da ultraperifericidade, através de uma comparticipação nas despesas correntes. Até ao final de 2011, foram aprovados neste SI 794 projectos,

correspondendo a um investimento total elegível de aproximadamente 165,2 milhões de euros e a uma comparticipação FEDER de cerca de 11,2 milhões de euros.

Analisando a distribuição do número de projectos aprovados neste SI por sector de actividade, verifica-se o predomínio do sector do comércio, com cerca de 39,2% do número total de projectos. O segundo sector que merece destaque é o sector do turismo, com 20,9% do total. Segue-se o sector dos serviços, com 20,3% e com valores abaixo dos 10% os restantes sectores (ver Figura 24).

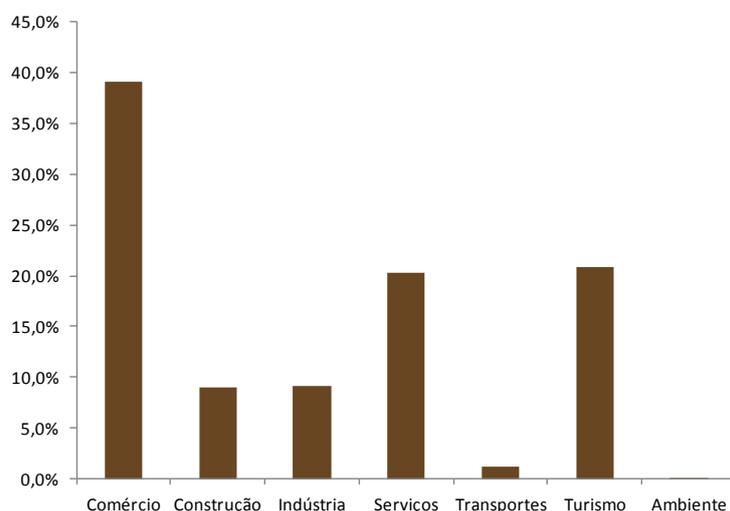


Figura 24. Distribuição do número de projectos aprovados no SI FUNCIONAMENTO por sector de actividade até 31 de Dezembro de 2011.

Fonte: IDERAM

Relativamente ao número de projectos aprovados por dimensão da empresa, a análise da Figura 25 permite concluir que a grande maioria (cerca de 91,1%) pertence às micro e pequenas empresas.

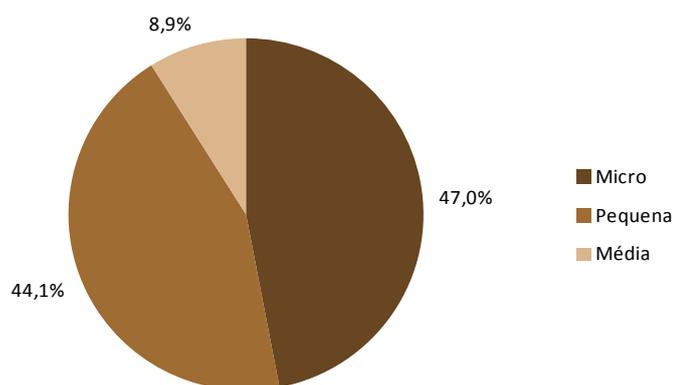


Figura 25. Distribuição do número de projectos aprovados no SI FUNCIONAMENTO por dimensão da empresa até 31 de Dezembro de 2011.

Fonte: IDERAM

Em termos da distribuição do número de projectos aprovados neste SI por Concelho, constata-se que a maior parte (mais de 65%) se situa no Funchal (ver Figura 26).

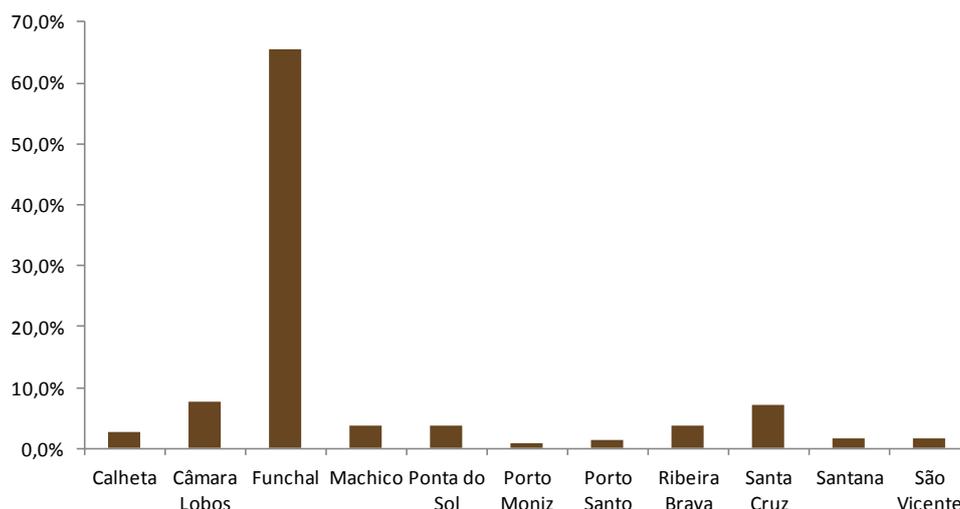


Figura 26. Distribuição do número de projectos aprovados no SI FUNCIONAMENTO por Concelho até 31 de Dezembro de 2011.

Fonte: IDERAM

Considerando o elevado número de projectos aprovados, conclui-se que o SI do Eixo Prioritário V está a contribuir de forma significativa para combater os efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais, sobretudo aqueles mais necessitados como as micro e pequenas empresas.

De referir ainda que no domínio de intervenção “Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviços de Interesse Económico Geral” foi aprovado um projecto, no contexto do serviço público de gestão e tratamento de resíduos, que permitiu reduzir os sobrecustos directos e transversais de operação e manutenção do sistema regional de triagem, transferência, tratamento e valorização de Resíduos Sólidos Urbanos, consubstanciados nas indemnizações compensatórias atribuídas pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais à Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, SA. Este projecto contribuiu igualmente para reduzir os efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais.

Reduzir os custos adicionais que pesam sobre os investimentos públicos de interesse colectivo em razão da ultraperiféricidade

O apoio à redução dos custos adicionais que pesam sobre os investimentos públicos de interesse colectivo em razão da ultraperiféricidade é também de sobremaneira importante.

Nesse sentido, foi criado, no âmbito do Eixo Prioritário V do Programa, um domínio de intervenção denominado “Infra-estruturas e Equipamentos Públicos”. Até ao final de 2011, foi aprovado apenas o projecto “Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava” neste domínio, representando um investimento total elegível de cerca de 32,2 milhões de euros e uma comparticipação comunitária de 16,1 milhões de euros. Este projecto, como o próprio nome indica, visa melhorar o acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava, de modo a promover a fixação de empresas.

Considerando o reduzido número de projectos aprovados e a inexistência de projectos neste domínio que foquem outras matérias previstas como, por exemplo, a instalação de infra-estruturas de telecomunicações, conclui-se que o Programa está a contribuir de forma pouco significativa para a concretização deste objectivo específico.

4.5. Trajectórias de concretização dos impactos ao nível dos principais objectivos gerais (ou estratégicos) do Programa

A análise das trajectórias de concretização do PO Intervir+ pode ser efectuada atendendo a duas dimensões. Por um lado, importa considerar a implementação e execução de projectos, que se traduz em realizações e resultados (contratualizados e executados), mensuráveis e verificáveis, e associados a diferentes áreas de intervenção, o que permite traçar trajectórias entre realizações concretas e resultados específicos. Por outro lado, importa também analisar a execução financeira do Programa, considerando as taxas de compromisso e de execução alcançadas, procurando perceber a afectação de recursos financeiros aos diferentes objectivos e como isso poderá condicionar ou não as mesmas trajectórias.

As trajectórias do PO Intervir+, quanto às realizações e aos resultados entretanto alcançados, demonstram que o Programa tem procurado incentivar e apoiar um conjunto de projectos em áreas fundamentais e em alinhamento com as prioridades estratégicas, articulando, sempre que adequado, a intervenção pública com a intervenção privada. Este alinhamento com as prioridades estratégicas definidas permite ao Programa ir ao encontro dos objectivos gerais a que se propôs. De facto, denota-se ao longo das trajectórias de execução que a selecção de projectos tem sido efectuada, dentro de cada eixo, em sintonia com as áreas prioritárias do Programa, nomeadamente:

- Inovação;
- Empreendedorismo;
- Sociedade de Informação;
- Modernização do Modelo Económico de Especialização Regional;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Consolidação dos Subsistemas Regionais e Redução dos Desequilíbrios Territoriais;
- Superação dos Constrangimentos da Insularidade.

A preocupação em responder às áreas estratégicas prioritárias em alinhamento com os objectivos gerais resulta, até ao momento, num conjunto de realizações e de resultados que, quer ao nível da contratualização, quer ao nível da execução, permite verificar esse alinhamento com os objectivos gerais, fazendo crer que os investimentos apoiados pelo Programa irão dar resposta positiva às necessidades que esses objectivos pretendem combater.

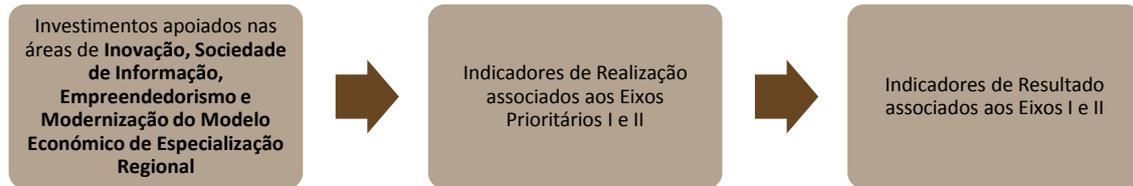
Não se denotam grandes diferenças entre as trajectórias assentes nas realizações e nos resultados, verificando-se um cuidado do Programa em apoiar investimentos diversificados. Neste enquadramento é importante salientar a existência de um número relevante de investimentos apoiados cujos impactos extravasam claramente as áreas prioritárias de intervenção, apresentando efeitos colaterais positivos em outras áreas, o que demonstra a preocupação em apoiar iniciativas de cariz aglutinador e capazes de gerar impactos sólidos e frutuosos. Destacam-se, por exemplo, os investimentos efectuados em acções colectivas em diferentes áreas temáticas envolvendo inúmeros agentes regionais, os apoios à envolvente empresarial através de um conjunto de SI diversificado e, finalmente, os apoios a intervenções “cirúrgicas” em áreas muito específicas e importantes para a coesão regional, como a área das energias renováveis, das infra-estruturas e equipamentos colectivos ou da modernização administrativa.

Analisando a execução financeira, observa-se uma inclinação do Programa (relativamente aos níveis actuais das taxas de compromisso) para privilegiar as intervenções associadas ao objectivo geral 1 (Eixos Prioritários I e II), destacando-se de forma mais premente os incentivos às empresas e ao sistema

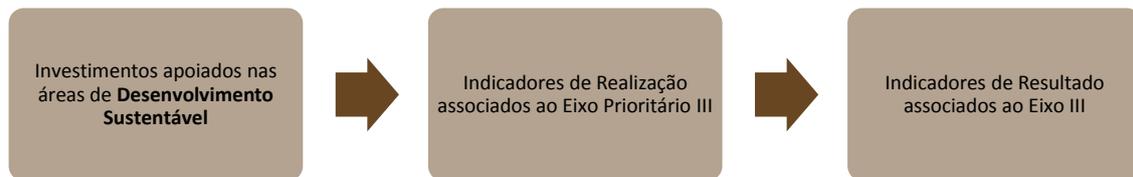
científico e tecnológico e sociedade de conhecimento. No entanto, considerando as actuais taxas de execução, o Programa revela uma forte inclinação para reforçar as intervenções associadas ao objectivo geral 3 (Eixos Prioritários IV e V), salientando-se neste caso os investimentos em infra-estruturas e equipamentos colectivos e em projectos de reabilitação urbana e rural.

Importa sintetizar como foi interpretada a informação referente aos projectos para se estabelecerem as trajectórias de realizações e de resultados em torno dos 3 objectivos gerais:

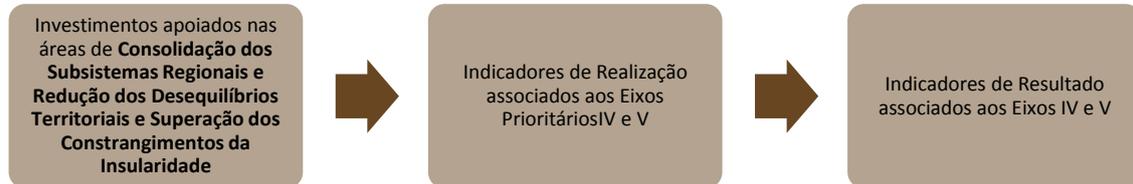
- Objectivo geral 1 - Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego, desenvolvendo as capacidades regionais de inovação e o espírito empresarial e promovendo uma sociedade do conhecimento



- Objectivo geral 2 - Promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos



- Objectivo geral 3 - Aumentar a coesão territorial, propiciando condições de equidade económica, social e territorial e promover a afirmação sustentada da identidade regional



Fundamentação

O primeiro objectivo geral inclui duas prioridades de intervenção, correspondentes aos Eixos Prioritários I e II, centradas no desenvolvimento e consolidação das capacidades regionais de inovação e na melhoria da competitividade do tecido económico regional, através da modernização do modelo económico de especialização regional.

O segundo objectivo geral inclui uma prioridade de intervenção, correspondente ao Eixo Prioritário III, focalizada no desenvolvimento sustentável.

Finalmente, o terceiro objectivo geral do Programa, correspondente aos Eixos Prioritários IV e V, apresenta contornos mais amplos, abrangendo questões-chave como a coesão territorial e a compensação dos sobrecustos da ultraperifericidade.

Na Figura 27 apresenta-se o alinhamento entre os objectivos gerais do PO Intervir+ e os Eixos Prioritários que estão a ser prosseguidos através de acções específicas (prioridades específicas).

Objectivos Gerais	Eixos Prioritários	Prioridades Estratégicas
<p>Objectivo Geral 1 Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego, desenvolvendo as capacidades regionais de inovação e o espírito empresarial e promovendo uma sociedade do conhecimento</p>	<p>I. Inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento.</p>	<p>I.1. Incentivos Directos e Indirectos às Empresas I.2. Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade de Conhecimento I.3. Modernização Administrativa</p>
<p>Objectivo Geral 2 Promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos</p>	<p>II. Competitividade da base económica regional.</p>	<p>II.1. Projectos de Investimento Empresarial Integrados e Inovadores II.2. Envolve Empresarial</p>
<p>Objectivo Geral 3 Aumentar a coesão territorial, propiciando condições de equidade económica, social e territorial e promover a afirmação sustentada da identidade regional</p>	<p>III. Desenvolvimento sustentável</p>	<p>III.1. Estruturas de Gestão Ambiental de Primeira Geração III.2. Riscos Naturais e Tecnológicos III.3. Gestão Ambiental Sustentável, Conservação da Natureza e Biodiversidade</p>
	<p>V. Coesão territorial e governação</p>	<p>IV.1. Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos IV.2. Reabilitação Urbana e Rural IV.3. Cooperação Interregional</p>
	<p>V. Compensação dos sobrecustos da ultraperifericidade</p>	<p>V.1. Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas V.2. Infra-estruturas e Equipamentos Públicos</p>

Figura 27. Alinhamento da estrutura programática do PO Intervir+.

Neste enquadramento, caracterizam-se, em primeiro lugar, as trajectórias da concretização do PO Intervir+, analisando as realizações e resultados alcançados fruto dos investimentos apoiados nas diferentes áreas temáticas. Posteriormente, apresentam-se as trajectórias de compromisso e de execução associadas à execução financeira, que permitem observar a alocação de recursos dessa natureza para a concretização das diferentes prioridades.

Objectivo Geral 1: Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego, desenvolvendo as capacidades regionais de inovação e o espírito empresarial e promovendo uma sociedade do conhecimento

Estratégia Regional de Inovação

O PO Intervir+ facilitou um conjunto de investimentos nas áreas da inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento, cujas realizações e resultados contribuem para o desenvolvimento da Estratégia Regional de Inovação na Região, concorrendo de forma positiva para o processo de transformação económico que se tem vindo a implementar.

De facto, foram incentivados e apoiados vários investimentos em inovação e produção de conhecimento como fonte de riqueza, através da criação de SI ao investimento das empresas, de apoios a intervenções em infra-estruturas tecnológicas e da promoção e apoio a um conjunto de acções inovadoras de cariz público. As realizações alcançadas e os resultados obtidos através desta conjugação de esforços públicos e privados contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento de uma cultura de inovação na Região e para o lançamento de projectos e acções inovadoras.

De forma complementar, destacam-se ainda os investimentos efectuados ao nível da promoção de acções sectoriais inovadoras e de projectos-piloto, que vieram cimentar o esforço regional de

desenvolvimento, assente num processo de transformação progressivo do padrão de especialização, no aumento da competitividade de base económica regional e no crescimento do emprego qualificado.

Neste contexto, assume também particular relevo a área da investigação científica e tecnológica, que em articulação com a área da inovação, contribui de forma relevante para o objectivo de estruturar um sistema integrado de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação capaz de atrair investigadores e professores de mérito internacional. Conscientes desta ligação, as entidades gestoras do Programa promoveram um conjunto de medidas que facilitaram acções e projectos de I&DT entre os principais agentes económico-sociais da Região, públicos e privados, em torno da UMA.

Estes esforços complementam as intervenções ao nível da inovação, alavancando a Estratégia Regional de Inovação, conforme se pode induzir pelas realizações e resultados alcançados até ao momento. Destacam-se, por exemplo, o número de projectos de Inovação/I&DT (71 contratados e 32 executados), o número de empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no âmbito dos SI (129 contratados e 26 executados) e o investimento privado induzido (8,19 milhares de euros contratados e 1,11 milhares de euros executados) (ver Tabela 47).

Assume ainda relevo a área dos instrumentos e mecanismos de financiamento orientados para as micro empresas (de vários sectores e em diferentes áreas de investimento), alvo de investimentos procurando criar um enquadramento favorável às actividades produtivas e potenciar as actividades tradicionais e emergentes.

Tabela 47. Realizações e resultados associados à inovação.

Realizações	Realizações		Resultados	Resultados	
	Contratado	Executado		Contratado	Executado
Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas	3	0	Investimento alavancado em Inovação/I&DT (em milhões de euros)	9	0,24
Projectos de Inovação/I&DT	71	32	Actividades resultantes de projectos de Inovação/I&DT	13	0
Empresas participantes em projectos de Inovação/I&DT	60	19	Investimento privado induzido (em milhares de euros)	8,19	1,11
Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	129	26	Empregos brutos criados (ETI)	1.145	88
Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira	883	536	Investimento privado induzido (em milhões de euros)	43,52	2,53
Instrumentos de engenharia financeira	4	0			

Fonte: IDR

Sociedade de Informação

O desenvolvimento da sociedade de informação, através de projectos associados às TIC, merece destaque no âmbito das intervenções apoiadas pelo PO Intervir+. Destacam-se, por exemplo, investimentos efectuados ao nível da modernização administrativa, da disponibilização de serviços *online* e do desenvolvimento de conteúdos de acesso público, promovendo a digitalização de serviços e o desenvolvimento dos índices de literacia informática.

As realizações e resultados entretanto alcançados (bem como aqueles que se espera venham a ser alcançados) permitem assumir que o Programa contribui de forma positiva para o desenvolvimento e melhoria das competências regionais ao nível das TIC, promovendo, por um lado, o crescimento de redes digitais e, por outro, uma maior aproximação de cidadãos e empresas aos serviços da Administração Pública.

Neste enquadramento, assume relevância o apoio a projectos de disponibilização de serviços e de conteúdos através da internet, mais especificamente os serviços públicos *online*, cujo número de contratualizações ultrapassa, a 31 de Dezembro de 2011, a centena (ver Tabela 48). Nesta área temática, o Programa tem revelado uma enorme capacidade de alavancar a sociedade de informação de forma equilibrada, ora privilegiando iniciativas que visam a modernização administrativa, ora apoiando projectos de melhoria e consolidação de redes.

Tabela 48. Realizações e resultados associados à sociedade de informação.

Realizações	Realizações		Resultados	Resultados	
	Contratado	Executado		Contratado	Executado
Projectos na área da sociedade de informação	10	10	Serviços públicos <i>online</i>	111	0
Projectos na área da modernização administrativa	7	7			

Fonte: IDR

Empreendedorismo

Contribuindo de forma decisiva para a inovação e para o reforço da competitividade da base económica regional, bem como para o crescimento económico e do emprego e para o desenvolvimento do espírito empresarial, a promoção do empreendedorismo e de iniciativas empreendedoras desempenha um papel preponderante na diversificação da economia regional, através do desenvolvimento de ideias e projectos inovadores. Conscientes desta relevância e articulação, as entidades gestoras do PO Intervir+ disponibilizaram um conjunto de apoios relevantes para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora na RAM.

Sinaliza-se, por um lado, a promoção de acções inovadoras em torno do empreendedorismo, procurando criar e disseminar uma cultura e atitude empreendedora entre vários agentes regionais e entre vários níveis e escalões etários da população e, por outro lado, a criação de um SI específico para o empreendedorismo empresarial, favorecendo o desenvolvimento de novas empresas, com destaque para os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia. Esta última preocupação vem também reforçar os esforços regionais e do Programa em promover a inovação e a I&DT.

As realizações alcançadas até ao momento permitem concluir que esta área, apesar do “contra-ciclo” macroeconómico, está a obter um nível satisfatório de procura e aceitação pelos beneficiários do Programa, destacando-se, por exemplo, o número de projectos apoiados na área do empreendedorismo (ver Tabela 49). Estes dados representam um sinal de mudança na Região que tem de ser valorizado e disseminado, podendo ser factor inspirador para a modificação do padrão económico regional.

Tabela 49. Realizações associadas ao empreendedorismo.

Realizações	Contratado	Executado
Projectos apoiados na área do empreendedorismo	48	21

Fonte: IDR

Modernização do Modelo Económico de Especialização Regional

Numa lógica de desenvolvimento dos níveis de competitividade da RAM, identificou-se como relevante o desenvolvimento de uma estratégia de modernização do modelo de desenvolvimento e diversificação da economia regional. Esta estratégia é assumida como crucial pelo PO Intervir+, que promoveu um conjunto de iniciativas de apoio a projectos empresariais integrados e inovadores, bem como de acções colectivas que valorizam a exploração de recursos endógenos e se mostram capazes de criar riqueza ao longo da cadeia de valor. Estes apoios traduzem um esforço de promover:

- Uma lógica de “clusterização” dos sectores de actividade estratégicos na Região, nomeadamente o turismo (sector/produto dominante) e a energia;
- A qualificação do sector empresarial para a competitividade, apostando em áreas chave como a qualidade, as TIC e a internacionalização;
- O desenvolvimento das condições da envolvente empresarial, nomeadamente ao nível do apoio a produtos tradicionais.

As realizações e resultados já alcançados alicerçam-se na promoção de diferentes SI ao investimento das empresas e no apoio a um conjunto de acções colectivas, lideradas por entidades públicas em áreas chave, procurando favorecer o desenvolvimento sustentado de uma estratégia regional concertada quanto ao modelo económico de especialização regional. Neste contexto, importa realçar o esforço do Programa em conjugar a iniciativa privada com a iniciativa pública nos vários vectores de actuação, tendo sido criados diversos sistemas de incentivos temáticos de apoio ao investimento empresarial (na área do turismo, do desenvolvimento das qualificações empresariais, da revitalização empresarial, etc.), bem como implementadas várias acções colectivas em torno de áreas-chave como o turismo ou a envolvente empresarial.

Merecem destaque as seguintes realizações e respectivos resultados:

- I. O PO Intervir+ potenciou um conjunto de intervenções específicas para o desenvolvimento do sector do turismo, enquanto sector estratégico por excelência, procurando diversificar e melhorar a qualidade da oferta turística na Região, promover o desenvolvimento da identidade cultural e do património regional, bem como o desenvolvimento de novos produtos ou destinos, reduzindo a excessiva concentração no Funchal. Concretamente, foram realizados investimentos na promoção de acções colectivas (como as Festas da Flor ou do Vinho), na internacionalização de produtos regionais (como o Vinho Madeira ou os Bordados) e na reestruturação de infra-estruturas, que vêm promover a “clusterização” do sector e a criação de maiores sinergias entre os sectores público e privado;
- II. No sector da energia, o PO Intervir+ apoiou intervenções que procuram alavancar e promover a utilização ainda mais racional da energia e a valorização dos recursos endógenos. Por outro lado, o Programa tem ainda em carteira projectos relevantes na área da energia, mais concretamente ao nível da produção de energia a partir de fontes renováveis, pretendendo-se vir a alcançar realizações e resultados que permitam melhorar os níveis regionais de produção de energia a partir de fontes renováveis;
- III. Complementarmente, os investimentos efectuados ao nível da melhoria da envolvente empresarial assumem um carácter estruturante, não apenas para o objectivo de modernização do modelo económico de especialização regional, mas também para o sucesso de outras prioridades, como o desenvolvimento do sistema regional de inovação ou do empreendedorismo empresarial, contribuindo dessa forma para o aumento da competitividade e da coesão, bem como para o crescimento sustentável. As intervenções apoiadas pelo Programa procuram fundamentalmente desenvolver instrumentos facilitadores para o sector empresarial,

nomeadamente ao nível da promoção de clusters e do desenvolvimento de esquemas de cooperação empresarial, e do fomento da internacionalização em sectores chave.

As realizações e os resultados contratados permitem induzir que o Programa está a contribuir de forma positiva para a modernização do modelo económico de especialização regional, destacando-se claramente o número de acções colectivas e o número de entidades envolvidas nas acções colectivas (ver Tabela 50).

Tabela 50. Realizações e resultados associados à modernização do modelo económico de especialização regional.

Realizações	Contratado	Executado	Resultados	Contratado	Executado
Número de projectos no âmbito das energias renováveis (produção de energia eléctrica)	0	0	Acréscimo da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis	0	0
Número de acções colectivas	42	0	Entidades envolvidas nas acções colectivas	201	0

Fonte: IDR

Objectivo Geral 2: Promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos

Desenvolvimento Sustentável

A estrutura do PO Intervir+ contempla um eixo destinado à promoção de investimentos num dos domínios relacionados com o desenvolvimento sustentável – o ambiente. Neste enquadramento, foram apoiadas várias intervenções ao nível das estruturas de gestão ambiental de primeira geração, nomeadamente associadas ao ciclo urbano da água e à prevenção, gestão e monitorização de riscos, bem como ao nível dos sistemas de gestão ambiental de segunda geração.

As realizações e resultados alcançados nesta fase, fruto de investimentos efectuados na área do desenvolvimento sustentável, têm contribuído para a sustentação e desenvolvimento de investimentos efectuados anteriormente, ao nível das estruturas de gestão ambiental de primeira geração, especialmente quanto à gestão de resíduos, melhoria/requalificação do ciclo da água (ordenamento e monitorização) e mesmo quanto aos sistemas de captação de águas. Merece ainda destaque um conjunto de investimentos efectuados ao nível da gestão e prevenção de riscos, salientando-se as melhorias implementadas, por exemplo, quanto aos equipamentos de gestão e monitorização de riscos, com impacto na capacidade regional de resposta em situações de necessidade, na mitigação de algumas situações específicas de risco resultantes da geografia regional, bem como na implementação de um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável (ver Tabela 51).

Importa ainda realçar a preocupação com o apoio a sistemas de gestão ambiental de segunda geração, mais especificamente através de investimentos em projectos de mobilidade sustentada, encorajando a utilização de transportes urbanos “limpos”.

Tabela 51. Realizações e resultados associados ao desenvolvimento sustentável.

Realizações	Contratado	Executado	Resultados	Contratado	Executado
Número de projectos de infra-estruturas ambientais	6	6	População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas	29.062	0
Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais	3	3	Sistemas de gestão e melhoria dos descritores ambientais resultantes de projectos apoiados	3	0
Projectos de prevenção e gestão de riscos	8	8	Sistemas/instrumentos de prevenção e gestão de riscos resultantes de projectos apoiados	10	0

Fonte: IDR

Objectivo Geral 3: Aumentar a coesão territorial, propiciando condições de equidade económica, social e territorial e promover a afirmação sustentada da identidade regional

Consolidação dos Subsistemas Regionais e Redução dos Desequilíbrios Territoriais

A consolidação dos subsistemas regionais e a redução dos desequilíbrios territoriais assume uma importância fundamental no contexto regional, procurando-se promover a melhoria da coesão social e da governação. Reconhecendo esta importância, o PO Intervir+ definiu a inclusão de um eixo que enquadra diversos domínios de intervenção com vista à consolidação dos subsistemas regionais, nomeadamente a:

- Construção/renovação de infra-estruturas e serviços de transportes e comunicações;
- Disponibilização de equipamentos colectivos de âmbito social, nomeadamente em áreas como a cultura/turismo/lazer, educação, reabilitação urbana e rural e saúde;
- Desconcentração de serviços públicos regionais de apoio às populações e agentes económicos.

As realizações e resultados obtidos até ao momento alicerçam-se na promoção de intervenções públicas, diferenciadas e cirúrgicas, de acordo com as necessidades específicas da RAM e tendo em vista a necessidade de reduzir os desequilíbrios territoriais e promover uma maior simetria, mais especificamente desenvolvendo outros sistemas urbanos para além do Funchal. Destacam-se, neste contexto, as seguintes realizações e respectivos resultados:

- Ao nível da reabilitação urbana e rural, o Programa promoveu várias iniciativas procurando a valorização de espaços de fruição pública, a requalificação do património existente e de áreas degradadas, incluindo núcleos habitacionais e a melhoria das acessibilidades (ver Tabela 52);
- No domínio das infra-estruturas e serviços de transportes e comunicações, salientam-se investimentos associados à melhoria das acessibilidades internas e externas, sobretudo ao nível do acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros e do reforço da mobilidade regional, através da melhoria de estradas municipais;
- Na área das infra-estruturas e equipamentos de interesse colectivo, destaca-se o apoio a um conjunto muito variado de intervenções que permitiram a disponibilização à comunidade de variados equipamentos em áreas-chave como cultura/turismo/lazer, educação e saúde. Merecem maior destaque, a este nível, os investimentos associados à renovação/requalificação do parque escolar, bem como os esforços efectuados ao nível da dotação dos edifícios de equipamentos adequados à sua vocação, o que permitirá alavancar positivamente as taxas de sucesso escolar, bem como os indicadores associados à modernização escolar. Ainda neste enquadramento, são de salientar os investimentos na área da cultura/turismo/lazer, em

alinhamento com outras áreas do Programa, que contribuem de forma relevante para o desenvolvimento da identidade cultural regional e do turismo.

Desta forma, o Programa procurou, através do apoio a um conjunto vasto de iniciativas públicas, dar resposta a necessidades variadas, contribuindo para a consolidação dos subsistemas regionais e para a redução dos desequilíbrios territoriais.

Tabela 52. Realizações e resultados associados à consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais.

Realizações	Contratado		Resultados	Executado	
	Contratado	Executado		Contratado	Executado
Projectos na área dos transportes	2	2	Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros	100	0
Projectos na área da cultura e do lazer	4	4	Investimento alavancado na área da cultura e do lazer	2,21	0,21
Estabelecimentos de ensino construídos e/ou ampliados/requalificados	18	17	Alunos/formandos abrangidos pelos estabelecimentos de ensino apoiados	6.151	0
Rede viária intervencionada	0,98	0,98	Redução do tempo de viagem	0	0
Projectos de reabilitação urbana e rural	5	5	População abrangida por projectos de reabilitação urbana e rural	53.064	0

Fonte: IDR

Superação dos Constrangimentos da Insularidade

O facto de a RAM ser uma região insular acarreta um conjunto de constrangimentos que se traduzem em custos adicionais relacionados com as desvantagens específicas da Região e reconhecidos pela CE²⁰ como passíveis de serem compensados.

Reconhecendo estes constrangimentos, o PO Intervir+ prevê um eixo específico para compensação dos sobrecustos da ultraperifricidade que se traduz em instrumentos inovadores de apoio às empresas e a investimentos públicos específicos. Destaque para o SI criado para apoiar as empresas da Região, compensando um conjunto de despesas de funcionamento das empresas, nomeadamente custos salariais e custos de transporte de matérias-primas ou produtos intermédios do local de produção até ao local de transformação final na RAM, e de bens produzidos na RAM para o território continental.

Ainda neste contexto merecem destaque dois domínios de intervenção que pretendem superar dois constrangimentos específicos da RAM: uma associada ao transporte de resíduos para o Continente e ao tratamento e acondicionamento dos mesmos e outra ligada a despesas de investimento com redes viárias secundárias.

Analisando as realizações e os resultados alcançados, induz-se que o Programa está a contribuir de forma positiva para a superação dos constrangimentos da insularidade, destacando-se claramente o número de empresas apoiadas no SI (ver Tabela 53).

²⁰ Artigo 299º do Tratado; artigo 37º, n.º4, alínea b) do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de Julho de 2006; artigo 11º, n.º1 do Regulamento (CE) n.º 1080/2006 de 5 de Julho de 2006

Tabela 53. Realizações e resultados associados à superação dos constrangimentos da insularidade.

Realizações	Realizações		Resultados	Resultados	
	Contratado	Executado		Contratado	Executado
Empresas apoiadas	575	333	Grau de representatividade das micro e pequenas empresas	91	97
Rede viária intervencionada	2,52	2,52	Redução do tempo de viagem, decorrente de projectos apoiados	80	0
Projectos destinados à prestação de serviços públicos	1	1	Redução dos sobrecustos de gestão de resíduos decorrentes de projectos apoiados	35	16,1

Fonte: IDR

Trajectórias Financeiras Verificadas

Analisando as trajectórias financeiras verificadas até ao final de 2011, com base nas taxas de compromisso e de execução alcançadas nos diferentes Eixos Prioritários, observa-se que o PO Intervir+ se desvia da trajectória equilibrada²¹ para se posicionar mais próximo da concretização do objectivo geral 1 (Figura 28). Isto significa que os domínios de intervenção associadas aos Eixos Prioritários I e II são as que têm reunido um maior compromisso por parte do Programa, mas também uma maior procura por parte dos beneficiários, destacando-se de forma mais notória os domínios de intervenção incentivos às empresas, acções inovadoras, economia digital e sociedade do conhecimento e as acções colectivas. Neste enquadramento, resulta que a trajectória de compromisso do Programa tem privilegiado as áreas da inovação, sociedade de informação, empreendedorismo e modernização do modelo económico de especialização regional, procurando dar resposta ao objectivo geral 1 (Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego, desenvolvendo as capacidades regionais de inovação e o espírito empresarial e promovendo uma sociedade do conhecimento).

Ainda assim, a trajectória de compromisso indica que as restantes áreas prioritárias e, consequentemente, os restantes objectivos gerais, são alvo de níveis de compromisso elevados, o que significa que os compromissos assumidos actualmente irão responder também às necessidades do objectivo geral 2 (Promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos) e do objectivo geral 3 (Aumentar a coesão territorial, propiciando condições de equidade económica, social e territorial e promover a afirmação sustentada da identidade regional).

No entanto, a execução (já analisada nas secções 4.2 e 4.3) apresenta uma trajectória mais próxima do objectivo geral 3, isto é, verifica-se uma maior execução ao nível das intervenções apoiadas pelas prioridades definidas nos Eixos Prioritários IV e V do Programa. Destacam-se, neste contexto, as execuções financeiras já alcançadas ao nível de áreas fundamentais para a consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais (com relevo para os investimentos apoiados na área da educação e da reabilitação urbana e rural) e para a superação dos constrangimentos da insularidade.

²¹ Por trajectória equilibrada entende-se uma trajectória em que as taxas de compromisso e execução financeiras são semelhantes em todos os eixos do Programa.

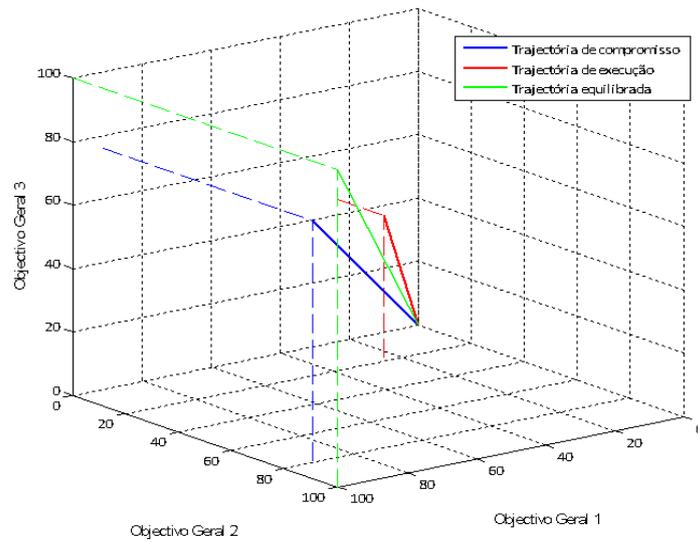


Figura 28. Trajetórias verificadas nos objectivos gerais do PO Intervir+.

Fonte: IDR

4.6. Impacto global da execução do Programa na concretização das prioridades do PDES 2007-2013

O PO Intervir+ constitui (conjuntamente com o Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM) um instrumento fundamental de apoio à concretização da estratégia definida no PDES para o período 2007-2013. Esta estratégia assenta em cinco prioridades estratégicas e quatro prioridades temáticas, a saber:

- Prioridades estratégicas:
 1. Inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento;
 2. Desenvolvimento sustentável – Dimensão Ambiental;
 3. Potencial humano e coesão social;
 4. Cultura e património;
 5. Coesão territorial e desenvolvimento equilibrado.
- Prioridades temáticas
 1. Turismo;
 2. Agricultura e desenvolvimento rural, pesca, indústria, comércio e serviços;
 3. Infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos;
 4. Governação regional e sub-regional.

Considerando os níveis de realização e resultados atingidos até final de 2011, conclui-se que o PO Intervir+ teve um impacto globalmente positivo na concretização das prioridades estratégicas do PDES 2007-2013. Merece particular destaque a primeira prioridade estratégica do PDES 2007-2013 (“Inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento”), onde apesar de as taxas de execução dos Eixos Prioritários do Programa associadas a esta prioridade serem reduzidas, a elevada procura por parte dos potenciais beneficiários permite antever a consecução desta prioridade.

De sinalizar também a segunda prioridade do PDES 2007-2013 (“Desenvolvimento Sustentável”), que, face ao desempenho apresentado, se afigura como aquela cujos esforços do Programa mais dificilmente irão permitir atingir os objectivos pretendidos.

Fundamentação

A identificação do impacto global da execução do Programa na concretização das prioridades do PDES 2007-2013 implica analisar as taxas de compromisso e de execução dos Eixos Prioritários do Programa associados a cada uma das prioridades.

Para efectuar esta análise importa, em primeiro lugar, estabelecer uma relação entre as prioridades do PDES 2007-2013 e os Eixos Prioritários do PO Intervir+.

O PDES 2007-2013 surgiu como resposta do Governo Regional da Madeira à necessidade de se iniciar uma nova etapa no modelo de desenvolvimento da Região, “caminhando de um ciclo baseado na quantidade e qualidade dos factores de produção para um novo ciclo orientado para os factores complexos de competitividade”²². Deste modo, foi definida uma estratégia assente em cinco prioridades estratégicas e quatro prioridades temáticas, descritas anteriormente.

A tabela seguinte apresenta, para cada uma das prioridades, os principais objectivos a atingir.

²² IESE (2007), Avaliação Ex-Ante do PO Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial

Tabela 54. Principais objectivos das prioridades estratégicas e temáticas do PDES 2007-2013.

Prioridades Estratégicas (PE)/ Temáticas (PT) do PDES 2007-2013	Objectivos
(PE) Inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> Estruturação de um Sistema de Inovação Regional, orientado para sectores estratégicos, suportado em instrumentos e mecanismos financeiros e que inclua a modernização da administração pública Afirmação da sociedade da informação Reforço da estratégia de articulação e de concertação dos actores regionais de I&DT, sobretudo através do incentivo ao envolvimento do sector privado Reforço da capacidade competitiva da Região, promovendo a consolidação dos sectores mais relevantes da economia e estimulando a diversificação do tecido produtivo, valorizando e modernizando a estrutura económica da Região, promovendo a internacionalização e a qualidade como factores diferenciadores e incentivando o empreendedorismo Atracção de investimento directo estrangeiro Valorização do papel da U. Madeira
(PE) Desenvolvimento sustentável [Ambiental]	<ul style="list-style-type: none"> Conclusão do trabalho ao nível das estruturas de gestão ambiental Promoção da gestão ambiental da biodiversidade e conservação da natureza
(PE) Potencial humano e coesão social	<ul style="list-style-type: none"> Conclusão das necessidades básicas da rede escolar Melhoria da cobertura, acessibilidade e qualidade dos serviços de saúde Reabilitação do parque habitacional público e promoção da integração social, urbanística e paisagística
(PE) Cultura e património	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e dinamização da oferta cultural através, por exemplo, da ampliação da oferta museológica da RAM
(PE) Coesão territorial e desenvolvimento equilibrado	<ul style="list-style-type: none"> Organização e gestão do território regional tendo em vista o desenvolvimento equilibrado de 4 subsistemas funcionais (capital regional, costa norte, oeste e Ilha de Porto Santo) Protecção do equilíbrio do espaço regional através da prevenção de situações de risco
(PT) Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Diversificação da oferta turística Desconcentração da oferta
(PT) Agricultura e desenvolvimento rural, pesca, indústria, comércio e serviços	<ul style="list-style-type: none"> Valorização da agricultura, nas suas diversas vertentes, e do espaço rural Gestão sustentável dos recursos Promoção das actividades tradicionais e fomento de actividades emergentes
(PT) Infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria das infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos, através da promoção da acessibilidade às principais zonas de actividade económica e da mobilidade intra-regional Minimização das desvantagens da insularidade e ultraperiféricidade, através da aposta nas acessibilidades externas Prosecução do desenvolvimento sustentável, nomeadamente no domínio do saneamento básico
(PT) Governação regional e sub-regional	<ul style="list-style-type: none"> Modernização do sistema administrativo e regional Qualificação do capital humano

Fonte: Direcção Regional de Planeamento e Finanças (2006), Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2007-2013

O PO Intervir+ assume um papel fundamental na consecução destas prioridades e objectivos, apesar de a redução dos financiamentos disponibilizados pela UE, devido aos progressos verificados na Região, obrigar a uma maior concentração dos investimentos nos novos factores de competitividade, determinantes para a manutenção do crescimento económico e do emprego.

Esta necessidade está bem patente no primeiro eixo prioritário do PO Intervir+ (“Inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento”), que tem como principais objectivos a estruturação do Sistema de Inovação Regional, a promoção de actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, o fomento das tecnologias de informação e comunicação e a modernização da Administração Pública.

O segundo eixo prioritário do PO Intervir+ (“Competitividade da base económica regional”) visa a melhoria da capacidade competitiva da Região, através da promoção dos sectores estratégicos como,

por exemplo, o turismo e da diversificação da economia regional com o apoio a projectos que valorizem os recursos endógenos existentes.

Considerando os objectivos dos Eixos Prioritários I e II do PO Intervir+ e as prioridades do PDES 2007-2013 apresentadas na Tabela 54, conclui-se que os dois primeiros Eixos Prioritários (“Inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento” e “Competitividade da base económica regional”) estão fortemente relacionados com a primeira prioridade estratégica (“Inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento”) e com a primeira, segunda e quarta prioridades temáticas (“Turismo”, “Agricultura e desenvolvimento rural, pesca, indústria, comércio e serviços” e “Governança Regional e sub-regional”) do PDES 2007-2013.

O terceiro eixo prioritário do PO Intervir+ (“Desenvolvimento sustentável”) tem como principal objectivo a melhoria de um dos domínios relacionados com o desenvolvimento sustentável, mais propriamente o ambiente, através da promoção de uma política ambiental de referência, assente na preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, na qualidade da água e do ar, e no respeito e conservação do património natural.

Tendo em conta este objectivo e as prioridades do PDES 2007-2013 apresentadas na Tabela 54, conclui-se que o terceiro eixo prioritário do PO Intervir+ (“Desenvolvimento sustentável”) está intrinsecamente relacionado com a segunda prioridade estratégica do PDES 2007-2013 (“Desenvolvimento sustentável – Dimensão Ambiental”).

O quarto eixo prioritário do PO Intervir+ (“Coesão territorial e governança”) visa a diminuição das assimetrias regionais, através de um reequilíbrio das infra-estruturas e equipamentos colectivos existentes, designadamente nas áreas da educação, saúde e cultura.

Do mesmo modo, conclui-se que este eixo prioritário do PO Intervir+ (“Coesão territorial e governança”) está intimamente relacionado com a terceira, quarta e quinta prioridades estratégicas (“Potencial humano e coesão social”, “Cultura e património” e “Coesão territorial e desenvolvimento equilibrado”) e com a terceira prioridade temática (“Infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos”) do PDES.

O quinto eixo prioritário do PO Intervir+ (“Compensação dos custos de ultraperifericidade”) tem como principal objectivo compensar os custos adicionais relacionados com o facto de a Madeira ser uma Região Ultraperiférica.

Em síntese, o PO Intervir + abarca as principais prioridades do PDES 2007-2013, enfatizando os novos factores de competitividade como a inovação e a investigação e o desenvolvimento tecnológico (ver figura seguinte).

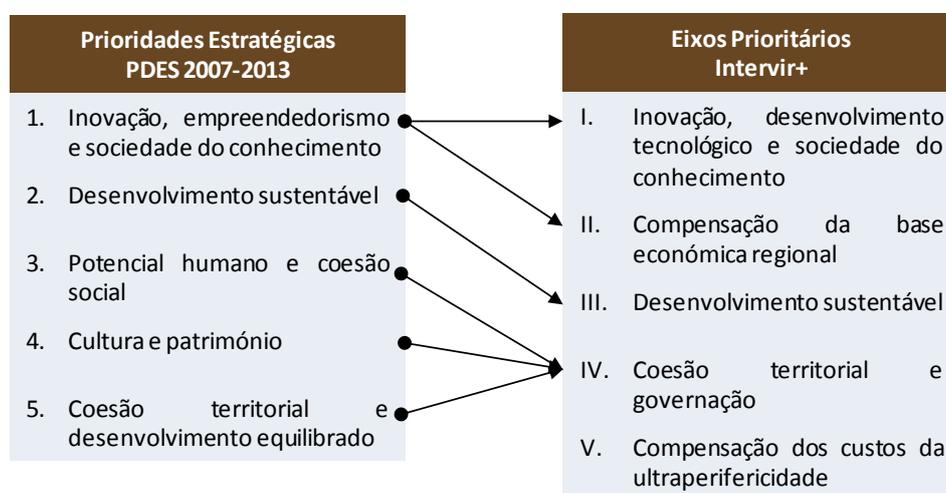


Figura 29. Relação entre as prioridades estratégicas do PDES 2007-2013 e os Eixos Prioritários do PO Intervir+.

Considerando a relação existente e os níveis de realização e resultados atingidos, induz-se que o PO Intervir+ teve um impacto globalmente positivo na concretização das prioridades estratégicas do PDES 2007-2013.

Concretamente na primeira prioridade do PDES 2007-2013 (“Inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento”), conforme referido na secção 4.4, o Programa alavancou, através da intervenção dos Eixos Prioritários I e II, um conjunto de investimentos nas áreas da inovação e do desenvolvimento tecnológico em sectores como o turismo, a indústria e os serviços.

De forma complementar, o Programa promoveu um conjunto de projectos em torno do empreendedorismo, procurando fomentar uma cultura empreendedora no seio da população da Região.

Merece também destaque a intervenção do Programa, ao abrigo ainda dos Eixos Prioritários I e II, no desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento, que irá permitir, entre outros resultados, aumentar o número de serviços públicos *online*.

Neste enquadramento, não obstante as taxas de execução dos Eixos Prioritários I e II serem reduzidas (11,8% e 34,6%, respectivamente), a elevada procura por parte dos potenciais beneficiários (reflectida em taxas de compromisso destes Eixos de 101,5% e 80,7%, respectivamente) permite concluir que os projectos contratados irão viabilizar a prossecução da primeira prioridade estratégica (“Inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento”) e da primeira, segunda e quarta prioridades temáticas (“Turismo”, “Agricultura e desenvolvimento rural, pesca, indústria, comércio e serviços” e “Governança regional e sub-regional”) do PDES 2007-2013.

No que concerne à segunda prioridade do PDES 2007-2013 (“Desenvolvimento sustentável”), o Programa impulsionou, com intervenções do Eixo Prioritário III, a conclusão das estruturas de gestão ambiental de primeira geração, designadamente no que se refere aos resíduos, ao saneamento básico e ao abastecimento de água.

Para além disso, decorrente da catástrofe de 20 Fevereiro de 2010, o Programa promoveu, também no âmbito do Eixo Prioritário III, um conjunto de projectos de melhoria dos sistemas de prevenção e gestão de riscos.

No entanto, analisando o desempenho global do Programa nos diferentes Eixos Prioritários, constata-se que o Eixo Prioritário III é um dos que apresenta piores resultados, conforma se constata pela leitura das taxas de compromisso e execução (78,8% e 17,4%, respectivamente). De sinalizar que o estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa, realizado em 2010, já assinalava, “no que respeita aos projectos de investimento enquadrados no referido Eixo Prioritário III, que os níveis de desempenho constatados estão claramente abaixo das expectativas e dos objectivos, quer no que respeita à dimensão financeira, quer no que se refere ao número, natureza, ambição e, sobretudo, grau de concretização dos projectos aprovados.”²³

Deste modo, entre os diferentes Eixos, o Eixo Prioritário III afigura-se como aquele cujos esforços até ao final do Programa mais dificilmente irão viabilizar a prossecução da correspondente prioridade estratégica do PDES 2007-2013 (“Desenvolvimento sustentável”).

No que diz respeito à terceira prioridade do PDES 2007-2013 (“Potencial humano e coesão social”), o Programa promoveu um conjunto de projectos, através dos domínios de intervenção “Educação” e “Saúde e Desenvolvimento Social” do Eixo IV, que visam requalificar o parque escolar da Região e melhorar a acessibilidade dos cidadãos aos cuidados de saúde. Considerando as taxas de compromisso e execução associadas ao conjunto dos domínios supramencionados (101,5% e 60,2%, respectivamente), bem como a dimensão e objectivos dos projectos contratados, infere-se que estes irão contribuir de

²³ Augusto Mateus e Associados (2010), “Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+”.

forma significativa para a consecução da terceira prioridade estratégica (“Potencial humano e coesão social”) e da terceira prioridade temática (“Infra-estruturas públicas e equipamentos colectivos”) do PDES, nomeadamente nas áreas da educação e da saúde.²⁴

Relativamente à quarta prioridade do PDES 2007-2013 (“Cultura e património”), o Programa apoiou, através do domínio de intervenção “Culturais, de potencial turístico e de lazer” do Eixo IV, um conjunto de investimentos na área da cultura/turismo/lazer, em estreito alinhamento com os outros Eixos Prioritários do Programa, que contribuem para a preservação da identidade cultural regional e para o desenvolvimento do turismo. Não obstante as taxas de compromisso e execução deste domínio serem ainda relativamente baixas (84,7% e 39,6%), a dimensão dos projectos contratados (2ª área com maior investimentos em termos de infra-estruturas a seguir à área da educação) permite concluir que estes irão apoiar a concretização da quarta prioridade estratégica.

Por último, em relação à quinta prioridade do PDES 2007-2013 (“Coesão territorial e desenvolvimento equilibrado”), o Programa impulsionou, através dos domínios de intervenção “Reabilitação urbana e rural” e “mobilidade” do Eixo IV, algumas iniciativas ao nível da reabilitação urbana e rural, e dos transportes.

Apesar de as taxas de compromisso e execução associadas ao conjunto destes domínios serem ainda relativamente baixas (84,0% e 35,4%), prevê-se que os projectos contratados possam contribuir para a consecução da quinta prioridade estratégica.

Impacto global do Programa no PDES - Percepção dos Intervenientes

Os intervenientes auscultados através das entrevistas reconhecem que o PO Intervir+ está em alinhamento com as prioridades estratégicas do PDES 2007-2013 e que tem contribuído para o desenvolvimento dos vários domínios. Destacam, por exemplo, a inovação, o empreendedorismo e a sociedade do conhecimento e reconhecem que nem todos os impactos serão imediatos.

A área do desenvolvimento sustentável é também indicada como sendo sido privilegiada pelo Programa, em alinhamento com o PDES 2007-2013, sobretudo a questão das energias renováveis. Entre os entrevistados existe a ideia de que o PO Intervir+ privilegiou o investimento público de uma forma significativa e que tem apoiado muitas iniciativas de turismo. Adicionalmente, são reconhecidos os contributos importantes para a qualificação das pessoas, especialmente fruto da intervenção no parque escolar da Região.

Ao nível dos projectos, os beneficiários do PO Intervir+ salientam que estes podem estar a contribuir para as prioridades estratégicas do PDES 2007-2013, nomeadamente ao nível da inovação, empreendedorismo e sociedade de conhecimento, da cultura e do património (ainda que muitas vezes por via indirecta) e do turismo, enquanto sector chave da economia regional.

²⁴ Esta prioridade estratégica inclui outras áreas como o emprego, o trabalho e a juventude que são contempladas no Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM - Programa Rumos.

4.7. Impactos antecipáveis no âmbito da concretização das prioridades das diversas tipologias de intervenção

Os impactos esperados devido à concretização das intervenções apoiadas pelo PO Intervir+ terão expressão ao nível de um conjunto de indicadores regionais variados, associados aos objectivos gerais definidos.

De facto, é possível sinalizar um conjunto de realizações e resultados do Programa, em diversas áreas de expressão associadas aos diferentes Eixos Prioritários e prioridades estratégicas programadas, que permitem antever uma evolução positiva dos indicadores de impacto. No entanto, é fundamental entender que, por si só, as realizações e os resultados do Programa não são capazes de gerar variações positivas nesses indicadores e, muitas vezes, por mais interessantes que as realizações e os resultados sejam, o contexto impõe uma dinâmica de variação inversa.

Centrados nas áreas prioritárias do Programa, os impactos antecipáveis fruto da concretização das diferentes tipologias previstas encontram-se alinhados com os objectivos gerais definidos, conforme se pode verificar nas figuras seguintes:

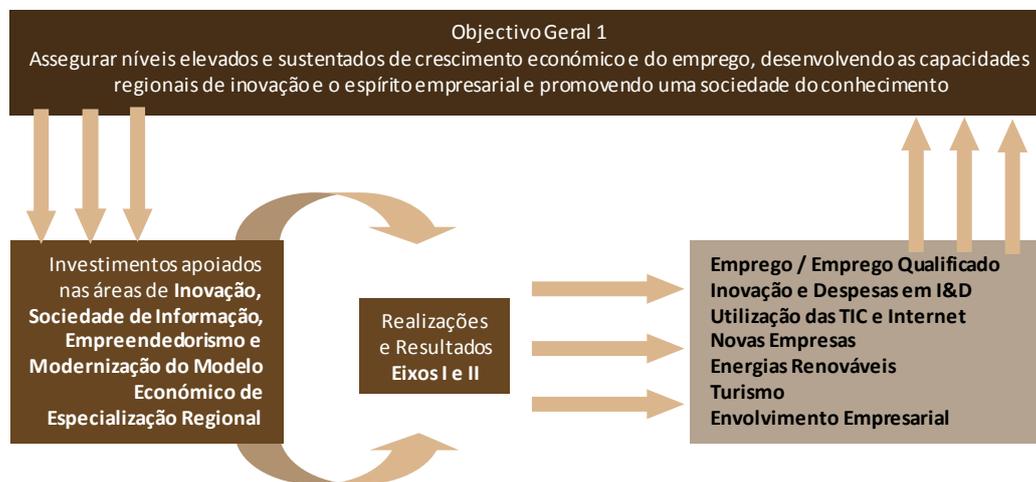
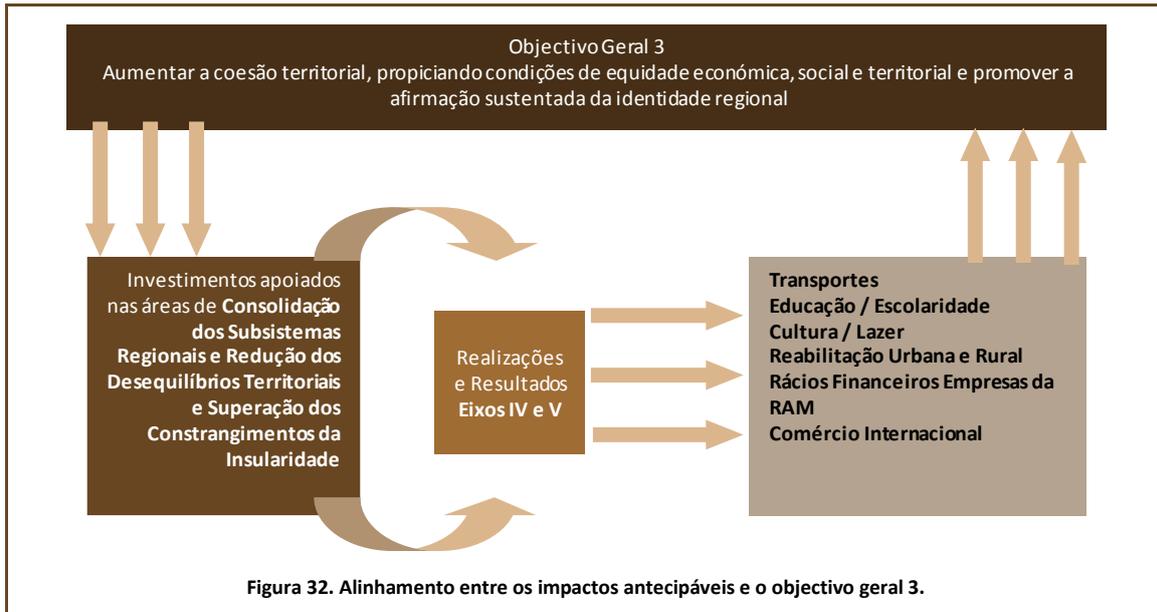


Figura 30. Alinhamento entre os impactos antecipáveis e o objectivo geral 1.



Figura 31. Alinhamento entre os impactos antecipáveis e o objectivo geral 2.

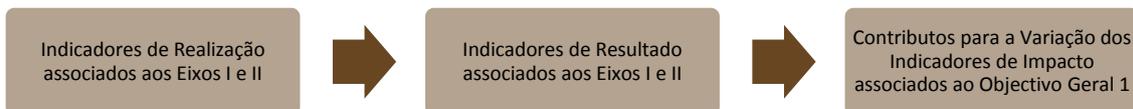


Fundamentação

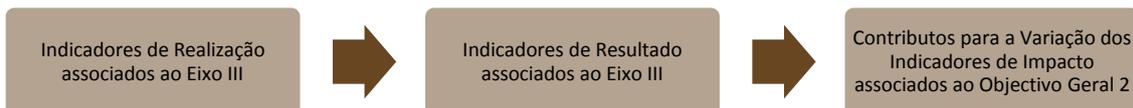
Em sintonia com a resposta à questão de avaliação 5, apresentada na secção 4.5, pretende-se analisar neste momento de que forma os impactos antecipáveis estão alinhados com os objectivos gerais. Na questão de avaliação 5, analisaram-se as trajetórias de concretização do Programa, através das realizações e resultados alcançados e do seu alinhamento com aqueles objectivos. Nesta questão pretende-se perceber se os impactos previsíveis, fruto dessas mesmas realizações e resultados, também apresentam o mesmo alinhamento.

Para tal, seguiu-se o mesmo raciocínio, traçando encadeamentos entre resultados e realizações dos vários Eixos Prioritários e identificando contributos para a variação de um conjunto de indicadores de impacto associados aos 3 objectivos gerais:

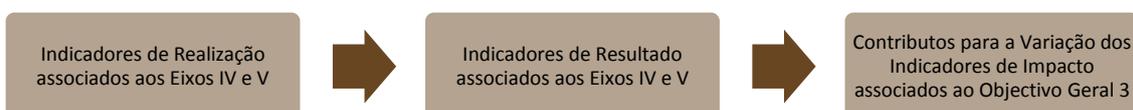
- Objectivo Geral 1 - Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego, desenvolvendo as capacidades regionais de inovação e o espírito empresarial e promovendo uma sociedade do conhecimento



- Objectivo Geral 2 - Promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos



- Objectivo Geral 3 - Aumentar a coesão territorial, propiciando condições de equidade económica, social e territorial e promover a afirmação sustentada da identidade regional



Tal como anteriormente, apresentam-se os resultados recolhidos em cada uma das áreas prioritárias do PO Intervir+, nomeadamente, inovação, empreendedorismo, sociedade de informação, modernização do modelo económico de especialização regional, desenvolvimento sustentável, consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais, e superação dos constrangimentos da insularidade.

Objectivo Geral 1: Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego, desenvolvendo as capacidades regionais de inovação e o espírito empresarial e promovendo uma sociedade do conhecimento

Estratégia Regional de Inovação

Tendo apoiado um conjunto relevante de projectos, empresariais e de cariz público, nas áreas da inovação e da ciência e tecnologia, o Programa tem vindo a alcançar um conjunto de realizações e de resultados que se afiguram como pertinentes para o desenvolvimento da Estratégia Regional de Inovação. Destacam-se, entre outras realizações e resultados, o número de projectos de Inovação/I&DT e de empresas neles participantes, o número de infra-estruturas tecnológicas intervencionadas, o número de actividades resultantes de projectos nesta área e o investimento alavancado em Inovação/I&DT.

Estas realizações e resultados alavancam um conjunto de impactos antecipáveis ao nível de alguns indicadores regionais, destacando-se contributos positivos para a variação da percentagem de empresas com actividades de inovação na RAM, do número total de pessoal em I&D (ETI) ou da percentagem de despesas em I&D no PIB (global, das empresas e do Estado). Na Tabela 55 apresentam-se indicadores de impacto para os quais a concretização dos investimentos e apoios na área da inovação poderão contribuir.

Tabela 55. Indicadores de impacto na área da inovação onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.

Impactos	Variação
Quadros superiores e especialistas no total de empregados (%)	+0,4
Total pessoal em I&D (ETI)	+114,80
Empresas com actividades de inovação (%)	+28,70
Despesas em I&D no PIB (%)	+0,12
Despesa em I&D – empresas (Milhares de Euros)	-720,30
Despesas em I&D - Estado (Milhares de Euros)	+2794,2

Fonte: DREM (2008), Anuário Estatístico da RAM 2007; DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009; e DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010

Legenda: Variação significa a variação entre o valor disponível como referencial de partida e o último valor disponível para o respectivo indicador.

Considerando os dados disponíveis, verifica-se que os principais indicadores de impacto na área da inovação apresentam variações favoráveis, excepto o indicador “Despesa em I&D – empresas”. No entanto, estes resultados não reflectem a actual situação macroeconómica de retracção uma vez que são dados anteriores ao período 2010-2011.

Sociedade de Informação

Na área da sociedade de informação, o Programa tem privilegiado investimentos muito direccionados para o desenvolvimento e melhoria das competências regionais ao nível das TIC, promovendo, por um lado, o crescimento de redes digitais e, por outro, uma maior aproximação de cidadãos e empresas aos serviços da Administração Pública. De facto, os projectos apoiados nesta área têm impulsionado um conjunto de realizações e de resultados muito positivos e perfeitamente dentro das metas expectáveis, destacando-se o elevado (face a essas mesmas expectativas) número de serviços *online* que estão a ser disponibilizados.

Estes apoios vêm ao encontro das políticas regionais nesta área, que pretendem fundamentalmente promover a modernização administrativa, através da digitalização de serviços, a melhoria e consolidação das redes e a capacitação de indivíduos para a utilização das TIC. Desta forma, são expectáveis impactos ao nível das taxas de utilização de internet na Região (em casa, no local de trabalho e na escola/universidade), bem como na percentagem de processos de consulta pública disponibilizados em sítios da Internet e na utilização de comércio electrónico pelos municípios. Na Tabela 56 apresentam-se os indicadores de impacto para os quais a concretização dos investimentos e apoios na área da sociedade de informação poderão contribuir.

Tabela 56. Indicadores de impacto na área da sociedade de informação onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.

Impactos	Variação
Utilização de Internet – Indivíduos (em casa, no local de trabalho, na escola/universidade) (%)	+10,20
Utilização de comércio electrónico pelas Câmaras Municipais (%)	n.d.
Processos de consulta pública disponibilizados no sítio da Internet (%)	n.d.

Fonte: DREM (2008), Anuário Estatístico da RAM 2007; DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009; e DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010

Legenda: Variação significa a variação entre o valor disponível como referencial de partida e o último valor disponível para o respectivo indicador; n.d. - não disponível uma vez que o indicador não era medido à data em que se iniciou a execução do PO Intervir+.

Analisando os dados disponíveis actualmente, observa-se que apenas se pode medir a variação de um dos indicadores de impacto (taxa de utilização de Internet), uma vez que os restantes não eram medidos à data em que se iniciou a execução do PO Intervir+.

Empreendedorismo

A área do empreendedorismo tem merecido, por parte do Programa, uma atenção favorável em sintonia com a relevância que ela assume pois contribui, por um lado, para o desenvolvimento da cultura empresarial e, por outro, para o crescimento económico e do emprego. Ao longo da execução do Programa, tem sido apoiado um conjunto de investimentos relevantes a nível de acções colectivas e ao nível das empresas conducentes ao desenvolvimento de uma cultura empreendedora na Região.

Os investimentos efectuados nesta área apresentam realizações positivas, reflectindo o nível de procura por parte dos beneficiários, nomeadamente empresas, destacando-se o número de projectos apoiados (ver secção 4.5). Ao nível dos impactos, é expectável que estas realizações possam contribuir para a alavancagem de indicadores como a taxa de natalidade de empresas da Região ou a taxa de sobrevivência (a dois anos) (ver Tabela 57).

Tabela 57. Indicadores de impacto na área do empreendedorismo onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.

Impactos	Variação
Taxa de natalidade - empresas (%)	-2,24
Taxa de sobrevivência (a 2 anos – empresas) (%)	-0,75

Fonte: DREM (2008), Anuário Estatístico da RAM 2007; DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009; e DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010

Legenda: Variação significa a variação entre o valor disponível como referencial de partida e o último valor disponível para o respectivo indicador.

Actualmente, constata-se que os indicadores de impacto associados ao empreendedorismo apresentam variações negativas, com destaque para a quebra do número de novas empresas na Região. O Programa, fruto dos investimentos que tem apoiado, pretende contribuir para a melhoria deste e de outros indicadores, o que se espera venha a acontecer brevemente. Importa considerar que a crise macroeconómica actual poderá estar a causar constrangimentos nestes indicadores, não permitindo analisar cabalmente os contributos do Programa para a sua variação.

Modernização do Modelo Económico de Especialização Regional

O PO Intervir+ programou um conjunto de investimentos e de apoios direccionados à modernização do modelo económico regional, dando corpo à estratégia da Região que pretende promover a “clusterização” de sectores chave, nomeadamente o turismo e a energia, a qualificação do tecido empresarial nos domínios da qualidade, TIC e internacionalização e o desenvolvimento das condições da envolvente empresarial. De entre os investimentos apoiados destacam-se, por exemplo, os projectos empresariais e as acções colectivas em áreas chave para o desenvolvimento da RAM, nomeadamente o turismo e a energia. As realizações e resultados alcançados nestes domínios apontam para contributos ao nível de um conjunto de indicadores regionais relevantes, associados à produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, produção vinícola e comercialização do Vinho da Madeira, número de entradas de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, entre outros (ver Tabela 58).

Tabela 58. Indicadores de impacto na área da modernização do modelo económico de especialização regional onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.

Impactos	Variação
Produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis (Eólica, Geotérmica, Hídrica e Fotovoltaica) (kWh)	+99.596.787
Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	-6.964
Comercialização do Vinho da Madeira (lts)	-499.526,98
Número de entradas de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros	-126.620
Número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros	-996.490
Taxa líquida total de ocupação de camas (%)	-12,20

Fonte: DREM (2008), Anuário Estatístico da RAM 2007; DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009; DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010; IVBAM e MPE - Madeira Parques Empresariais

Legenda: Variação significa a variação entre o valor disponível como referencial de partida e o último valor disponível para o respectivo indicador.

As realizações e os resultados já alcançados nesta área não estão, no entanto, em sintonia com todos os indicadores de impacto regionais, fruto do contexto socioeconómico actual. Ainda assim, os níveis alcançados quanto às realizações e aos resultados permitem deduzir que o Programa irá contribuir

positivamente para a variação desses indicadores, destacando-se, por exemplo, a produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis.

Importa ainda destacar que os investimentos que têm vindo a ser efectuados têm também impactos noutras áreas. Por um lado, os investimentos no sector do turismo apresentam uma forte ligação com a cultura e património regional, promovendo o fortalecimento da identidade regional. Por outro lado, a melhoria das infra-estruturas de acolhimento de empresas tem também impacto ao nível da regeneração urbana ou da melhoria dos descritores ambientais.

Objectivo Geral 2: Promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos

Desenvolvimento Sustentável

Apesar das alterações resultantes do exercício de reprogramação (reafecção de verba do Eixo Prioritário III para os Eixos Prioritários I e II), o Programa tem apoiado um conjunto relevante de projectos na área do desenvolvimento sustentável, respondendo também às necessidades verificadas e à procura efectiva, mais especificamente quanto às estruturas de gestão ambiental de primeira geração e aos sistemas de gestão e prevenção de riscos.

Os investimentos efectuados pelo Programa apresentam, até ao momento, indicadores muito positivos, quer ao nível das realizações, quer ao nível dos resultados. Ainda assim, espera-se que estes investimentos venham a proporcionar contributos positivos para a variação de vários indicadores regionais ao nível do desenvolvimento sustentável, destacando-se a percentagem de população servida por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, o índice de Qualidade de Vida na Região Autónoma da Madeira e o índice Regional de Competitividade. Na Tabela 59 apresentam-se indicadores de impacto para os quais a concretização dos investimentos e apoios na área do desenvolvimento sustentável poderão contribuir.

Tabela 59. Indicadores de Impacto na área do desenvolvimento sustentável onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.

Impactos	Varição
População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	+2,00
População servida por sistemas de tratamento de águas residuais (%)	+2,00
Índice de Qualidade de Vida na Região Autónoma da Madeira	+95
Índice Regional de Competitividade	-3,47
Índice Regional de Coesão	+0,34
Índice Regional de Qualidade Ambiental	+3,58
Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (Resultado conjugado das três vertentes do desenvolvimento)	+0,04

Fonte: DREM (2008), Anuário Estatístico da RAM 2007; DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009; DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010; Instituto da Água (2009), Relatório do Estado do Abastecimento de Água e da Drenagem e Tratamento de Águas Residuais; Portal da Qualidade; e INE, Base de dados

Legenda: Variação significa a variação entre o valor disponível como referencial de partida e o último valor disponível para o respectivo indicador.

O impacto dos investimentos efectuados nesta área do desenvolvimento sustentável extravasa as suas realizações e resultados, gerando efeitos positivos a outros níveis, nomeadamente na modernização das actividades empresariais, na alavancagem do turismo, na preservação dos recursos naturais e recursos

endógenos, no aumento da coesão social, na melhoria das condições básicas de vida das populações, etc. Trata-se de um conjunto elevado de impactos difícil de medir. Ainda assim, e considerando-se os dados disponíveis, observam-se variações positivas em quase todos os indicadores de impacto para os quais o Programa está a contribuir nesta área, destacando-se a variação na taxa de população servida por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais ou no índice de Qualidade de Vida na Região Autónoma da Madeira.

Objectivo Geral 3: Aumentar a coesão territorial, propiciando condições de equidade económica, social e territorial e promover a afirmação sustentada da identidade regional

Consolidação dos Subsistemas Regionais e Redução dos Desequilíbrios Territoriais

O apoio do Programa a intervenções na área da consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais assume particular relevância para a melhoria da coesão social e da governação. Destacam-se, neste contexto, os investimentos apoiados ao nível da disponibilização de equipamentos colectivos de âmbito social em diversas áreas, da construção/renovação de infra-estruturas e serviços de transportes e comunicações e da desconcentração de serviços públicos regionais de apoio.

Estes investimentos proporcionaram, até ao momento, um conjunto de realizações e de resultados relevantes nas áreas da educação, transportes e cultura e lazer, cujos impactos expectáveis se direccionam a diversos indicadores regionais, destacando-se: as taxas de sucesso escolar e os indicadores de utilização das TIC nas escolas (relativamente à educação); o movimento de passageiros embarcados e desembarcados em portos e aeroportos e a variação da população residente no concelho de Câmara de Lobos (quanto aos transportes); e o número de visitantes nos museus e de espectadores em espectáculos ao vivo (para a cultura e lazer) (ver Tabela 60).

Tabela 60. Indicadores de impacto na área da consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.

Impactos	Variação
Movimento de passageiros embarcados e desembarcados nos portos	-55.934
Movimento de passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito directo nos aeroportos	-226.680
Total de visitantes nos Museus (inclui museus, jardins zoológicos, jardins botânicos e aquários)	+123.293
Número de espectadores em espectáculos ao vivo	-67.234
Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	-2,60
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%)	4,90
Número médio de alunos por computador (Ensino básico e secundário)	n.d.
Número médio de alunos por computador com Internet (Ensino básico e secundário)	n.d.
População residente no concelho de Câmara de Lobos	+450

Fonte: DREM (2008), Anuário Estatístico da RAM 2007; DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009 e DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010

Legenda: Variação significa a variação entre o valor disponível como referencial de partida e o último valor disponível para o respectivo indicador; n.d. - não disponível uma vez que o indicador não era medido à data em que se iniciou a execução do PO Intervir+.

As realizações e os resultados alcançados pelas intervenções apoiadas não estão em estreito alinhamento com todos os indicadores regionais, designadamente ao nível do turismo, fruto do contexto socioeconómico actual. No entanto, e em sentido inverso, destacam-se os fortes contributos

para os principais indicadores regionais de educação, nomeadamente a taxa de transição/conclusão no ensino secundário. Também neste contexto, deve ser considerado que as iniciativas apoiadas geram impactos em outras áreas que não apenas as sinalizadas, destacando-se, por exemplo, os contributos da área da cultura e lazer para o turismo.

Superação dos Constrangimentos da Insularidade

A insularidade e os constrangimentos que daí advêm traduzem-se num conjunto de penalizações que afectam o desenvolvimento da economia regional, adicionando sobrecustos às actividades regulares, quer das empresas, quer do Estado. Consciente do impacto negativo destas condições, o PO Intervir+ tem vindo a proporcionar um conjunto de iniciativas à medida da situação de insularidade específica da RAM, destacando-se a criação de um sistema de incentivos direccionado às empresas da Região e o apoio específico a iniciativas de cariz público.

Como resultado destas intervenções, assiste-se a uma enorme procura por parte dos beneficiários, o que se tem traduzido num conjunto de realizações e de resultados extremamente positivos, mais especificamente ao nível do sector empresarial. Espera-se que a expressão destas realizações e resultados já alcançados venha a gerar impactos positivos na variação de um leque de indicadores regionais relevantes para esta área, nomeadamente, quanto à capacidade importadora e exportadora das empresas da Região, ao grau de autonomia financeira e de endividamento, às taxas de investimento, etc. (ver Tabela 61).

Tabela 61. Indicadores de Impacto na área da superação dos constrangimentos da insularidade onde se antecipam contributos das realizações e resultados do PO Intervir+.

Impactos	Varição
Comércio Internacional declarado de mercadorias e operadores (comunitário e intracomunitário) – saídas (Milhares de Euros)	+13.120,0
Comércio Internacional declarado de mercadorias e operadores (comunitário e intracomunitário) – entradas (Milhares de Euros)	+35.331,0
Taxa de investimento (empresas) (%)	+37,24
Grau de Autonomia financeira (empresas) (Nº)	+0,24
Grau de Endividamento (empresas) (Nº)	-0,27
Taxa de valor acrescentado bruto (empresas) (%)	-13,55

Fonte: DREM (2008), Anuário Estatístico da RAM 2007; DREM (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008; DREM (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009; DREM (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010 e Madeira Parques Empresariais

Legenda: Varição significa a variação entre o valor disponível como referencial de partida e o último valor disponível para o respectivo indicador.

Olhando para os dados disponíveis apresentados, denota-se uma melhoria no grau de endividamento e de autonomia das empresas, apesar do decréscimo da taxa de valor acrescentado bruto. O impacto que se espera que o Programa venha a ter nesta área, ao nível das empresas, apresenta duas condicionantes: i) o SI às empresas criado ao abrigo do Eixo Prioritário V apenas foi aprovado pela CE em finais de 2009; ii) a actual situação macroeconómica tem dificultado o acesso das empresas regionais a fontes externas de financiamento.

4.8. Contributos para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade do QREN e impacto global do Programa nesta Agenda

A Agenda Temática Factores de Competitividade compreende sete tipologias que correspondem às prioridades estratégicas: acções colectivas de desenvolvimento empresarial; estímulos à produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico; estímulos ao desenvolvimento da sociedade de informação; incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do modelo de especialização; instrumentos de engenharia financeira; redes de infra-estruturas de apoio à competitividade; e redução dos custos públicos de contexto.

No período em análise neste Relatório, verifica-se que as intervenções do PO Intervir+ têm contribuído de forma positiva para a concretização das prioridades estratégicas supramencionadas, nomeadamente para a renovação do modelo empresarial, através dos apoios concedidos no âmbito dos SI e para a alavancagem dos projectos de investimento das empresas, através dos financiamentos concedidos pelos mecanismos de engenharia financeira.

Em termos globais, o desempenho do PO Intervir+ tem impactos relevantes na Agenda em análise, mais especificamente ao nível do número de empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira e do número de novas empresas apoiadas/incentivadas (impactos que ascendem a 12% no caso do número total de empresas beneficiárias dos mecanismos de engenharia financeira e a 9% no caso do número total de novas empresas apoiadas no âmbito dos SI do QREN). Merece também destaque o esforço regional ao nível do incentivo ao desenvolvimento de sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia, já que das novas empresas apoiadas pelo Programa, 39,7% operam nesses sectores.

Fundamentação

A identificação dos contributos para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade do QREN e do impacto global do Programa nesta Agenda implica, por um lado, analisar os investimentos aprovados e executados em cada uma das tipologias da Agenda Temática em questão e, por outro, comparar os valores dos Indicadores Comuns Nacionais anuais e trimestrais do Programa relacionados especificamente com a Agenda com os valores destes indicadores observados no conjunto dos PO do QREN.

Para efectuar esta análise e comparação, é apresentada, em primeiro lugar, a relação entre as tipologias da Agenda Temática Factores de Competitividade e os domínios de intervenção do Programa. Esta relação (ver Tabela 62) tem por base o Sistema de Monitorização do QREN.

Tabela 62. Relação entre as tipologias da Agenda Temática Factores de Competitividade e os domínios de intervenção do PO Intervir+.

Tipologia da Agenda Temática Factores de Competitividade	Domínio de intervenção do PO Intervir+
Acções colectivas de desenvolvimento empresarial	2.2.1 - Acções Colectivas
Estímulos à produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico	1.2.1 - Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico
Estímulos ao desenvolvimento da sociedade de informação	1.2.2 - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
Incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do modelo de especialização	1.1.2 - Acções Inovadoras 1.1.1 - Incentivos às Empresas, designadamente PME 2.1.1 - Incentivos às Empresas, designadamente PME
Instrumentos de engenharia financeira	2.1.2 - Engenharia Financeira
Redes de infra-estruturas de apoio à competitividade	2.2.2 - Acolhimento Empresarial
Redução dos custos públicos de contexto	1.3.1 - Modernização Administrativa

Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

No período em análise no presente documento, constata-se que a maioria dos projectos e fundo aprovados se refere a incentivos à inovação. Com efeito, analisando a distribuição do fundo aprovado por tipologia da Agenda Factores de Competitividade, verifica-se o predomínio da tipologia “Incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do modelo de especialização”, que representa cerca de 45,1% do fundo total aprovado (ver Figura 33).

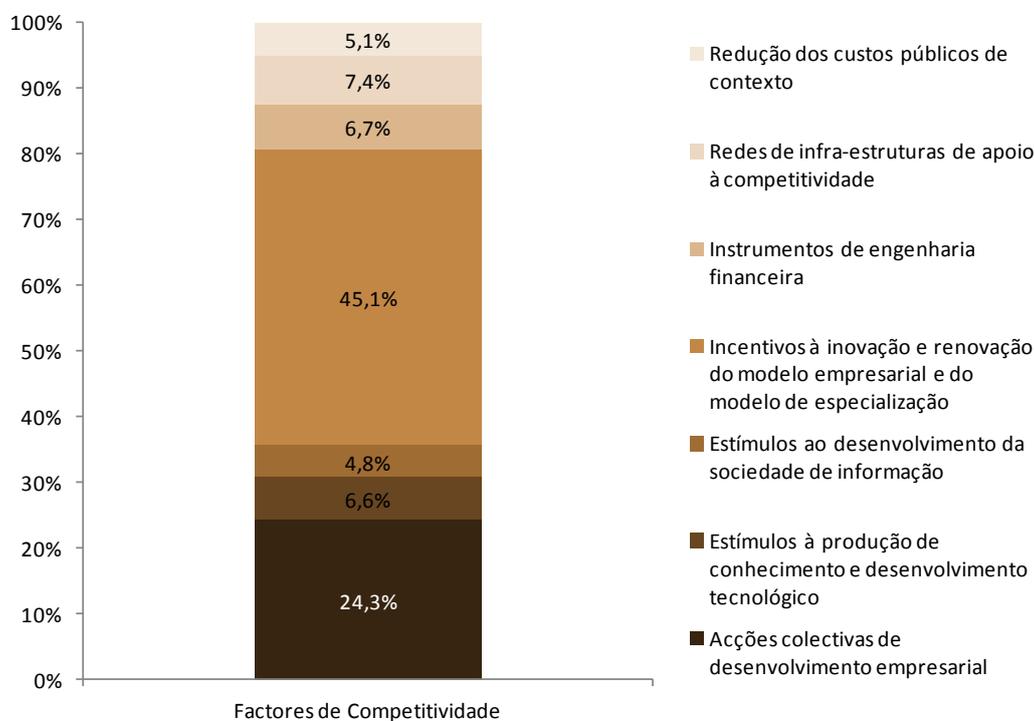


Figura 33. Fundo aprovado por tipologias da Agenda Temática Factores de Competitividade até 31 de Dezembro de 2011.

Fonte: IDR e IDERAM

No entanto, analisando os níveis de execução, observa-se que os melhores resultados se referem a “Acções colectivas de desenvolvimento empresarial”, com 55,1% do fundo total executado. Estes dados são justificados pelo facto de a tipologia “Incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do modelo de especialização” apresentar uma taxa de realização extremamente baixa – cerca de 14,9% (ver Tabela 63).

Tabela 63. Aprovação e execução por tipologias da Agenda Temática Factores de Competitividade até 31 de Dezembro de 2011.

Tipologia da Agenda Temática Factores de Competitividade	Aprovado				Executado			
	Nº Projectos Aprovados	Investimento/Custo total elegível (Euros)	Despesa pública (Euros)	Fundo (Euros)	Investimento/Custo total elegível (Euros)	Despesa pública (Euros)	Fundo (Euros)	Taxa de realização (%)
Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	12	31.294.437	31.294.437	24.811.258	23.609.525	23.609.525	18.774.373	75,7
Estímulos à produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico	10	8.395.909	8.395.909	6.713.727	1.149.349	1.149.349	918.372	13,7
Estímulos ao desenvolvimento da sociedade de informação	4	6.136.670	6.136.670	4.909.336	1.399.877	1.399.877	1.119.901	22,8
Incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do modelo de especialização	226	137.296.308	58.709.315	46.134.952	18.256.456	8.610.319	6.888.256	14,9
Instrumentos de engenharia financeira	4	8.561.836	8.561.836	6.849.469	1.993.085	1.993.085	1.594.468	23,3
Redes de infra-estruturas de apoio à competitividade	2	9.435.026	9.435.026	7.548.021	4.680.553	4.680.553	3.744.442	49,6
Redução dos custos públicos de contexto	7	6.586.206	6.586.206	5.224.782	1.332.515	1.332.515	1.048.568	20,1
Total	265	207.706.392	129.119.399	102.191.545	52.421.360	42.775.223	34.088.380	

Fonte: IDR e IDERAM

No âmbito desta Agenda, e no que se refere aos auxílios directos às empresas, até 31 de Dezembro de 2011, foram apoiadas 189 empresas nos diferentes SI, correspondendo a um investimento total que ascende a 171,0 milhões de euros. Refira-se que, das 189 empresas apoiadas, 67 (cerca de 35,4%) pertencem a sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia. De sinalizar ainda que, das 189 empresas apoiadas, 73 são novas empresas, sendo que, destas, 29 (aproximadamente 39,7%) actuam em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

Relativamente aos mecanismos de engenharia financeira, tal como referido anteriormente, têm assumido um papel bastante importante na redução do esforço financeiro exigido às empresas nos projectos contratados. No período em análise neste documento, foram criados 4 mecanismos de engenharia financeira (4 linhas de crédito), que permitiram apoiar 883 empresas.

No que concerne aos apoios à investigação e desenvolvimento tecnológico, os projectos aprovados até ao final de 2011 correspondem a um investimento total de cerca de 59,9 milhões de euros e a um investimento elegível de aproximadamente 49,8 milhões de euros.

No que diz respeito às acções colectivas, foram contratadas até Dezembro de 2011 42 acções²⁵, representando um investimento total de cerca de 36,3 milhões de euros.

²⁵ Nota: Este valor é diferente do apresentado na Tabela 63 porque um projecto aprovado pode corresponder a mais do que uma acção colectiva.

Em relação às infra-estruturas de apoio à competitividade, foram ampliados/modernizados os espaços de alguns dos parques empresariais existentes, numa área total que ascende a 196.034 m².

Estes indicadores, bem como outros habitualmente considerados na Agenda Factores de Competitividade do QREN e designados por Comuns Nacionais trimestrais ou anuais, são apresentados na tabela seguinte.

Tabela 64. Realização física do Programa Intervir+ considerando os Indicadores Comuns Nacionais (trimestrais e anuais) da Agenda Temática Factores de Competitividade.

Ref ^a Indicador	Indicador	Unidade	Valor contratado	Valor executado
ICN-Tri-001	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Nº	189	45
ICN - Anual-002	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	Nº	67	20
ICN-Tri-002	Investimento total nos projectos de apoio a empresas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Euros	170.992.704	6.926.213
	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Euros	82.069.294	6.560.299
ICN-Tri-003	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Nº	73	25
ICN-Tri-004	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	Nº	29	12
ICN - Anual-003	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	Euros	0	0
	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	Euros	0	0
ICN - Anual-004	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável	Nº	0	0
ICN - Anual-005	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto	Euros	0	0
	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto	Euros	0	0
ICN - Anual-006	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	Euros	0	0
	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	Euros	0	0
ICN - Anual-007	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto	Euros	0	0
	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto	Euros	0	0
ICN - Anual-008	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	Euros	0	0
	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	Euros	0	0
ICN - Anual-009	Garantias prestadas às PME	Nº	927	0
ICN-Tri-005	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira	Nº	883	0
ICN - Anual-010	Investimento realizado em capital de risco	Euros	0	0
ICN-Tri-006	Investimento Total em I&DT	Euros	59.876.386	0
	Investimento Elegível em I&DT	Euros	49.774.168	0
ICN - Anual-012	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Euros	3.915.433	0
	Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Euros	3.847.297	0
ICN-Tri-007	Acções Colectivas	Nº	42	0
ICN - Anual-014	Investimento total nas Acções Colectivas	Euros	36.280.495	0
	Investimento elegível nas Acções Colectivas	Euros	30.707.190	0

Refª Indicador	Indicador	Unidade	Valor contratado	Valor executado
ICN - Anual-015	Área infra-estruturada nos Parques de C&T	m ²	0	0
	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas	m ²	0	0
	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial	m ²	196.034	0
ICN - Anual-016	Projectos-pilotos de eficiência energética	Nº	n.a.	n.a.
ICN - Anual-017	Consumo energético antes da implementação do projecto	MWh	n.a.	n.a.
	Consumo energético após a implementação do projecto	MWh	n.a.	n.a.
ICN-Tri-008	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	Nº	1	0

Fonte: IDR e IDERAM

Legenda: n.a. – não aplicável

Comparando o valor dos Indicadores Comuns Nacionais trimestrais do PO Intervir+ com os do QREN, constata-se que o maior impacto do Programa se situa na área dos mecanismos de engenharia financeira, com o apoio a mais de 12% do número total de empresas beneficiárias destes mecanismos no âmbito do QREN. De destacar ainda a área do empreendedorismo, com o financiamento a cerca de 9%, quer do número total de novas empresas apoiadas no âmbito dos SI, quer do número total de empresas apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia (ver Tabela 65).

Tabela 65. Realização física do Programa Intervir+ e do QREN considerando os Indicadores Comuns Nacionais trimestrais da Agenda Temática Factores de Competitividade (valores contratados).

Refª Indicador	Indicador	Unidade	PO Intervir+	QREN
ICN-Tri-001	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Nº	189	4.826
ICN-Tri-002	Investimento total nos projectos de apoio a empresas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Mil Euros	170.993	7.550.961
	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Mil Euros	82.069	6.219.397
ICN-Tri-003	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Nº	73	776
ICN-Tri-004	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	Nº	29	335
ICN-Tri-005	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira	Nº	883	7.177
ICN-Tri-006	Investimento Total em I&DT	Mil Euros	59.876	1.636.573
ICN-Tri-007	Ações Colectivas	Nº	42	1.111
ICN-Tri-008	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	Nº	1	1.627

Fonte: IDR, IDERAM e Comissão Técnica de Coordenação do QREN (2012), Boletim Informativo 14

Contributos para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade - Percepção dos Intervenientes

Os intervenientes auscultados através das entrevistas identificam contributos do PO Intervir+ para diferentes prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade. Desde logo são apontados os projectos que integram o Eixo Prioritário I e que promovem a produção de conhecimento, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a renovação do modelo empresarial de especialização. Entre as opiniões recolhidas, são ainda referenciados os contributos para a sociedade de informação e para a redução dos custos públicos de contexto.

4.9. Contributos para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Valorização do Território do QREN e impacto global do Programa nesta Agenda

A Agenda Temática Valorização do Território compreende seis tipologias que correspondem às prioridades estratégicas: conectividade internacional, acessibilidade e mobilidade; política de cidades; prevenção, gestão e monitorização de riscos; protecção e valorização do ambiente; redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial; e sobrecustos da ultraperifericidade. No período em análise no presente documento, verifica-se que as intervenções do PO Intervir+ têm contribuído de forma positiva para a concretização das prioridades estratégicas supramencionadas, nomeadamente para o reforço da coesão social e territorial através do apoio à construção/modernização de equipamentos colectivos em áreas diversificadas e para o aumento da segurança dos habitantes da RAM através do financiamento a projectos de prevenção e gestão de riscos.

Em termos de impacto do Programa na Agenda, é mais reduzido do que o observado na Agenda Temática Factores de Competitividade, oscilando entre 0,1% e 2,9% para as realizações globais da Agenda Temática Valorização do Território. De sinalizar, no entanto, os apoios à construção/modernização de equipamentos na área do desporto e ao desenvolvimento da rede de colectores de drenagem de águas residuais, que irão permitir melhorar as condições de vida da população da Região.

Fundamentação

À semelhança da secção anterior, a identificação dos contributos para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Valorização do Território do QREN e do impacto global do Programa nesta Agenda implica, por um lado, analisar os investimentos aprovados e executados em cada uma das tipologias da Agenda Temática em questão e, por outro, comparar os valores dos Indicadores Comuns Nacionais anuais e trimestrais do Programa relacionados especificamente com a Agenda com os valores destes indicadores observados no conjunto dos PO do QREN.

Para efectuar esta análise e comparação, é apresentada, em primeiro lugar, a relação entre as tipologias da Agenda Temática Valorização do Território e os domínios de intervenção do Programa. Esta relação (ver Tabela 66) tem por base o Sistema de Monitorização do QREN.

Tabela 66. Relação entre as tipologias da Agenda Temática Valorização do Território e os domínios de intervenção do PO Intervir+.

Tipologia da Agenda Temática Valorização do Território	Domínio de intervenção do PO Intervir+
Conectividade internacional, acessibilidade e mobilidade	4.1.1 - Mobilidade
Política de cidades	4.2.1 - Reabilitação Urbana e Rural
Prevenção, gestão e monitorização de riscos	3.2.1 - Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos
Protecção e valorização do ambiente	3.1.1 - Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa 3.3.1 - Sistemas de gestão ambiental de segunda geração, Rede Natura e Biodiversidade
Redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial	4.1.2 - Culturais, de Potencial Turístico e de Lazer 4.1.4 - Saúde e Desenvolvimento Social
Sobrecustos da ultraperifericidade	5.1.1 - Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade 5.1.2 - Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviços de Interesse Económico Geral 5.2.1 - Infra-estruturas e Equipamentos Públicos para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade

Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

No período em análise no presente documento, a tipologia da Agenda Temática que mais se destaca é a “sobrecustos da ultraperifericidade”, com cerca de 37,5% do fundo total aprovado. A segunda tipologia que mais se evidencia é a “política de cidades”, com aproximadamente 19,1% do total. Seguem-se a “prevenção e valorização do ambiente” com 17,9%, a “prevenção, gestão e monitorização de riscos” com 13,3%, a “redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial” com 10,5% e, por último, a “conectividade internacional, acessibilidade e mobilidade” com apenas 1,8% (ver Figura 34).

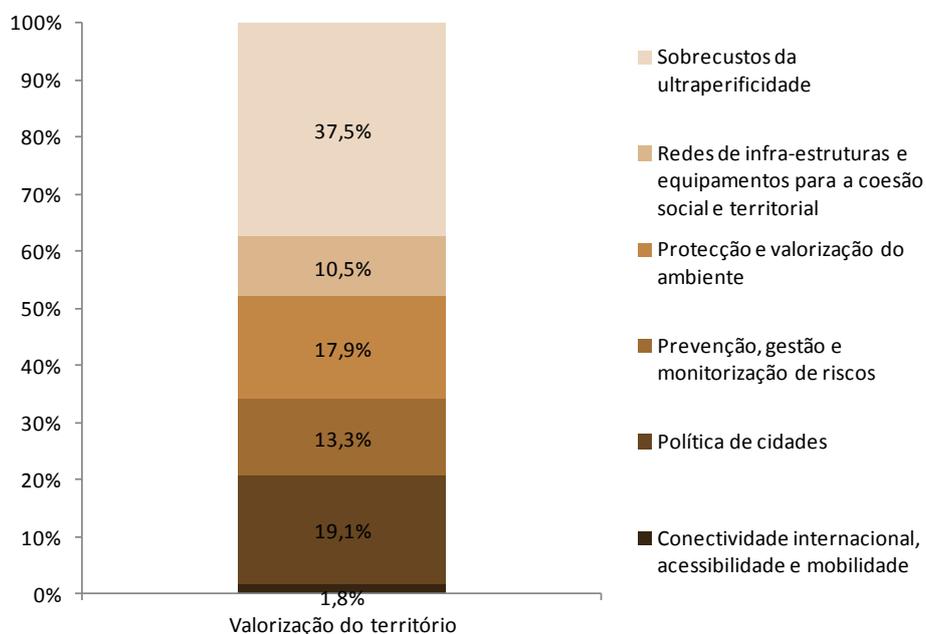


Figura 34. Fundo aprovado por tipologias da Agenda Temática Valorização do Território até 31 de Dezembro de 2011.

Fonte: IDR e IDERAM

Em termos de execução, sinaliza-se novamente o predomínio da tipologia “sobrecustos da ultraperifericidade”, com cerca de 56,4% do fundo total executado nas diversas tipologias. Este resultado é fruto de uma taxa de realização que ascende a 67,5%. De destacar ainda a tipologia “conectividade internacional, acessibilidade e mobilidade”, que apesar de representar apenas 3,3% do fundo total executado, apresenta uma taxa de realização de 83,4% (ver Tabela 67).

Tabela 67. Aprovação e execução por tipologias da Agenda Temática Valorização do Território até 31 de Dezembro de 2011.

Tipologia da Agenda Temática Valorização do Território	Aprovado				Executado			
	Nº Projectos Aprovados	Investimento/Custo total elegível (Euros)	Despesa pública (Euros)	Fundo (Euros)	Investimento/Custo total elegível (Euros)	Despesa pública (Euros)	Fundo (Euros)	Taxa de realização (%)
Conectividade internacional, acessibilidade e mobilidade	2	2.384.106	2.245.387	1.796.309	1.937.090	1.873.540	1.498.832	83,4
Política de cidades	5	24.098.087	24.098.087	19.278.469	9.234.173	9.234.173	7.387.338	38,3
Prevenção, gestão e monitorização de riscos	7	16.811.087	16.811.087	13.448.870	5.261.139	5.261.139	4.208.911	31,3
Protecção e valorização do ambiente	9	22.603.374	22.603.374	18.082.699	3.427.849	3.427.849	2.742.279	15,2
Redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial	5	13.252.914	13.252.914	10.602.332	4.859.828	4.859.828	3.887.863	36,7
Sobrecustos da ultraperifricidade	796	220.753.500	75.716.779	37.858.388	102.716.438	51.092.747	25.546.375	67,5
Total	824	299.903.069	154.727.628	101.067.068	127.436.517	75.749.277	45.271.598	

Fonte: IDR e IDERAM

No âmbito desta Agenda, e no que se refere a intervenções de acessibilidade e mobilidade, até final de 2011, foi contratada a construção de vias num total de 3,5 km.

Relativamente a intervenções de protecção e valorização do ambiente, foram contratados 9 projectos nas áreas da água e saneamento, que irão permitir requalificar/criar 27,57 km de rede de abastecimento de água nos sistemas em baixa e alta e 25,14 km de colectores de drenagem de águas residuais.

No que diz respeito à prevenção e gestão de riscos, foram apoiados 7 projectos, que irão permitir contribuir para a prevenção futura de situações de catástrofe como a ocorrida na sequência da intempérie de 20 de Fevereiro de 2010.

Em relação a intervenções no âmbito da política de cidades, foram aprovados 5 projectos, que irão permitir requalificar uma área de 145.650 m² e abranger 53.064 pessoas.

No que concerne às infra-estruturas colectivas, foi contratada a construção/requalificação de 13 equipamentos, dos quais 10 na área do desporto²⁶, 2 na área da cultura e 1 na área da saúde. Refira-se que estes equipamentos irão abranger uma população de 137.289 habitantes (sendo 50.992 referentes aos equipamentos desportivos, 64.550 aos culturais e 21.747 ao de saúde).

Estes indicadores, bem como outros habitualmente considerados na Agenda Valorização do Território do QREN e designados por Comuns Nacionais trimestrais ou anuais, são apresentados na tabela seguinte.

²⁶ Nota: estes equipamentos correspondem a infra-estruturas desportivas de apoio ao ensino básico e secundário intervencionadas na sequência do programa de requalificação do parque escolar da RAM.

Tabela 68. Realização física do Programa Intervir+ considerando os Indicadores Comuns Nacionais (trimestrais e anuais) da Agenda Temática Valorização do Território.

Ref ^a Indicador	Indicador	Unidade	Valor contratado	Valor executado
ICN-Tri-009	km de rede viária construída/beneficiada/rectificada	km	3,5	0
ICN-Tri-010	km de ferrovia construída/beneficiada	km	n.a.	n.a.
ICN-Tri-011	km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	km	27,57	0
ICN-Tri-012	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	km	25,14	0
ICN - Anual-018	ETARs construídas	Nº	0	0
ICN - Anual-019	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano	ton/ano	0	0
ICN - Anual-020	Acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Nº	0	0
ICN - Anual-021	População abrangida por acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Nº	0	0
ICN - Anual-022	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados	Nº	n.a.	n.a.
ICN - Anual-023	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	ha	n.a.	n.a.
ICN-Tri-013	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral	Nº	0	0
	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	Nº	7	0
	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental	Nº	0	0
ICN - Anual-024	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	Nº	0	0
ICN - Anual-025	Protocolos de parceria para a regeneração urbana	Nº	n.e.	n.e.
ICN - Anual-026	Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana	Nº	n.e.	n.e.
ICN - Anual-027	População abrangida por operações de regeneração urbana	Nº	53.064	0
ICN - Anual-028	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	m ²	145.650	0
ICN - Anual-029	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	Nº	n.e.	n.e.
ICN - Anual-030	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	Nº	n.e.	n.e.
ICN - Anual-031	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	Nº	n.e.	n.e.
ICN-Tri-014	Equipamentos sociais	Nº	0	0
	Equipamentos desportivos	Nº	10	0
	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	Nº	2	1
	Unidades de saúde	Nº	1	0
ICN - Anual-032	População abrangida por equipamentos sociais	Nº	0	0
	População abrangida por equipamentos desportivos	Nº	50.992	0

Refª Indicador	Indicador	Unidade	Valor contratado	Valor executado
	População abrangida por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	Nº	64.550	0
	População abrangida por unidades de saúde	Nº	21.747	0

Fonte: IDR e IDERAM

Legenda: n.a. – não aplicável, n.e. – não exequível

Comparando o valor dos Indicadores Comuns Nacionais trimestrais do PO Intervir+ com os do QREN, constata-se que o Programa tem um impacto reduzido, oscilando entre 0,1% e 2,9% para as realizações globais da Agenda Temática Valorização do Território. Neste contexto, merecem maior destaque os apoios à construção/modernização de equipamentos na área do desporto, bem como os projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos.

Tabela 69. Realização física do Programa Intervir+ e do QREN considerando os Indicadores Comuns Nacionais trimestrais da Agenda Temática Valorização do Território (valores contratados).

Refª Indicador	Indicador	Unidade	PO Intervir+	QREN
ICN-Tri-009	km de rede viária construída/beneficiada/rectificada	km	4	3.133
ICN-Tri-010	km de ferrovia construída/beneficiada	km	n.a.	104
ICN-Tri-011	km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	km	28	2.430
ICN-Tri-012	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	km	25	4.246
ICN-Tri-013	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	Nº	7	476
ICN-Tri-014	Equipamentos sociais	Nº	0	344
	Equipamentos desportivos	Nº	10	346
	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	Nº	2	166
	Unidades de saúde	Nº	1	119

Fonte: IDR, IDERAM e Comissão Técnica de Coordenação do QREN (2012), Boletim Informativo 14

Legenda: n.a. – não aplicável

Contributos para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Valorização do Território - Percepção dos Intervenientes

Genericamente, os intervenientes auscultados através das entrevistas mencionam como mais relevantes os contributos ligados à modernização do parque escolar e às redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste Capítulo apresentam-se as principais conclusões do Relatório Final da Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira, sintetizando as respostas às questões de avaliação. Com base no leque de conclusões do estudo de avaliação, foi elaborado um conjunto de recomendações tendo em vista, por um lado, o actual PO Intervir+ e, por outro lado, o Futuro Programa Operacional Regional

5.1. Conclusões

As conclusões que a seguir se apresentam reflectem as respostas às questões de avaliação e encontram-se estruturadas em quatro grandes áreas: contexto, execução, impactos e contributos para as Agendas Temáticas.

Contexto

1. O contexto actual é afectado negativamente pela crise macroeconómica, agravado pela insularidade, pela excessiva dependência do exterior relativamente aos combustíveis, pela redução do número de operadores em alguns sectores económicos, pela quebra de vários dos indicadores económicos relevantes do turismo e pelo aumento da taxa de desemprego na Região.

A localização insular, associada à exiguidade do mercado regional e à forte dependência do Continente apresentam-se como factores fortemente penalizadores para um desenvolvimento equilibrado, coeso e sustentável da Região. Apesar de estes factores não se reflectirem nos dados estatísticos mais recentes, a atenuação dos níveis de insularidade face ao exterior e o alargamento da dimensão económica do mercado regional constituem prioridades fundamentais.

Como exemplo destaca-se a situação ao nível da energia. Apesar da evolução positiva registada ao nível da utilização de combustíveis fósseis para produção de energia eléctrica, o peso das energias renováveis no total da electricidade produzida é ainda muito inferior ao registado em Portugal continental.

O sector do turismo, com grande relevância na economia regional, tem registado quebras significativas, verificando-se reduções do número de hóspedes e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, da taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros e, conseqüentemente, redução dos proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros, acompanhada da redução do pessoal ao serviço.

O enfraquecimento deste sector, bem como de outros sectores de actividade, traduziu-se num aumento da taxa de desemprego na Região, que atinge actualmente valores superiores à média nacional. Neste domínio, refira-se a redução, entre 2008 e 2009, do pessoal ao serviço nos sectores secundário e terciário (cerca de 7,3% e 2,8%, respectivamente). Destaque-se também a diminuição significativa do volume de negócios dos sectores secundário e terciário no mesmo período, que rondou os 9,8% e 7,8%, respectivamente.

2. As alterações socioeconómicas resultantes da grave crise financeira e do clima de restrição orçamental colocam desafios acrescidos à execução do PO Intervir+, exigindo um acompanhamento e monitorização da execução dos projectos ainda mais próximo. De facto, é importante procurar diminuir os riscos que advêm das dificuldades das empresas em aceder ao crédito, bem como dos executores públicos em disporem da contrapartida regional.

A percepção resultante das opiniões recolhidas junto de vários actores-chave, nomeadamente responsáveis de entidades da Estrutura de Gestão, dirigentes de entidades reconhecidas como *stakeholders* regionais e quadros/colaboradores de entidades/empresas públicas beneficiárias, apontam os problemas decorrentes de crescentes restrições orçamentais como principal factor limitador da actuação de entidades públicas e privadas.

De facto e no que se refere a entidades públicas, a crise tem vindo a limitar, por exemplo, as intervenções ao nível das infra-estruturas e equipamentos, mas também aquelas direccionadas ao desenvolvimento sustentável, fruto das restrições orçamentais. Por outro lado, as dificuldades do sector privado são visíveis em alguns indicadores referentes ao tecido empresarial na Região, que denotam algumas fragilidades, como diminuição das taxas de natalidade, aumento dos custos com o pessoal no VAB e diminuição do volume de negócios na generalidade dos sectores de actividade. A dificuldade de acesso ao crédito por parte das empresas é também reconhecida com um entrave importante (senão o mais importante) na capacidade de dinamização de projectos ao abrigo dos Sistemas de Incentivos.

Neste contexto, de forma a assegurar a execução e o máximo impacto do PO Intervir+, é importante desenvolver estratégias que permitam minimizar os riscos de baixa procura do Programa e de taxas de execução de projectos aprovados inferiores às previstas.

3. Verificam-se, ainda assim, algumas evoluções positivas ao nível do contexto regional, reflectidas em indicadores associados às áreas da educação, da saúde, da sociedade de informação e da inovação.

No que respeita a indicadores na área da educação, tem-se registado um aumento generalizado do número de estabelecimentos de ensino e de pessoal docente na Região, a que se associam melhorias nas taxas de pré-escolarização e de escolarização no ensino secundário.

Na área da saúde, os principais indicadores, relacionados com as infra-estruturas e pessoal especializado ao serviço, denotam também uma evolução positiva em anos recentes.

No domínio da inovação, os principais indicadores revelam que, comparativamente aos valores nacionais, a Região reuniu uma taxa superior de empresas com actividades de inovação, mas taxas inferiores de intensidade de inovação e de volume de negócios resultantes da venda de produtos novos. Associado a este facto está a diminuição das despesas em I&D do sector Empresas, apesar da recuperação que o sector Estado tem vindo a demonstrar.

4. A monitorização do PO Intervir+ permitiu identificar um conjunto de alterações necessárias face à evolução do contexto macroeconómico, que se traduziu num exercício de reprogramação aprovado pela CE. Consequentemente, foram alteradas metas de alguns indicadores, reflectindo as dificuldades do contexto e a real procura dos beneficiários.

Apesar de apresentar um perfil de desempenho positivo, os níveis de eficiência e de eficácia do PO Intervir+ têm variado ao longo do tempo. Fruto dessa percepção, a AG promoveu a realização de um exercício de reprogramação para a inclusão de alguns ajustes ao Programa.

O exercício de reprogramação do PO Intervir resulta do reconhecimento de que a situação macroeconómica desfavorável veio perturbar a implementação dos diversos Eixos Prioritários do Programa e, consequentemente, o seu desempenho. De forma sintética, a reprogramação implicou um ajuste ao plano de financiamento do Programa com os seguintes objectivos:

- reforçar a dotação do Eixo I e do Eixo II para compensar a dinâmica verificada, em detrimento da diminuição da dotação do Eixo Prioritário III por dificuldades de execução;

- aumentar as taxas de co-financiamento dos Eixos Prioritários I, II, III e IV para intensificar a utilização das oportunidades de financiamento.

Este exercício de reprogramação pretendeu ainda promover uma melhor adequação dos indicadores de realização e de resultado dos vários Eixos Prioritários, em conformidade com os desvios identificados e relacionados com o efectivamente realizado ou com o que se perspectivava realizar de acordo com a real procura dos beneficiários. Desta forma, o PO Intervir+ procurou reajustar a sua trajectória de desempenho, adequando-se às necessidades regionais reais e às alterações resultantes da envolvente macroeconómica negativa.

Execução

5. O perfil de desempenho do PO Intervir+ afigura-se, face à execução a 31 de Dezembro de 2011, como positivo e tende a demonstrar que as metas definidas para 2015, quanto aos indicadores de realização e de resultado, serão alcançáveis, pelo que se entende que o Programa responde aos seus propósitos operacionais e específicos.

Face aos dados disponibilizados a 31 de Dezembro de 2011, relativos aos níveis de contratualização e de execução dos vários indicadores de realização e de resultado em cada um dos Eixos Prioritários do Programa, pode-se concluir que se verifica, neste momento, um grau de cumprimento desses indicadores que demonstra a capacidade do PO Intervir+ em vir a alcançar as metas previstas para 2015, considerando o horizonte temporal existente até ao final do Programa e as principais condições associadas à execução não venham a sofrer grandes alterações.

6. O cumprimento dos indicadores de realização e de resultado, especialmente se se atender aos níveis de contratualização já alcançados, apresenta níveis de eficácia e de eficiência positivos. Apesar de se observarem níveis de execução moderados em alguns Eixos Prioritários (mesmo considerando o facto de a metodologia de apuramento e acompanhamento de alguns dos indicadores apenas permitir a sua contabilização após o encerramento formal do projecto), estes não parecem comprometer as metas previstas.

Dos 41 indicadores de realização e de resultado previstos mais de 72% apresentam níveis de contratualização, face às metas finais a atingir em 2015, superiores a 80%, e desses, 20 indicadores já atingiam mesmo 100% ou mais. Estes níveis de contratualização beneficiam ainda do facto de a taxa de compromisso financeira do PO Intervir+ se posicionar, a 31 de Dezembro de 2011 nos 82,3% permitindo, dessa forma, antever que as metas estabelecidas poderão ser alcançadas.

Atendendo no entanto aos níveis de execução dos indicadores de realização e de resultado, verifica-se que apenas 19,5% apresentam níveis de execução (face às metas finais a atingir em 2015) superiores a 75%. Apesar de daqui se poder depreender alguma apreensão ou incerteza, os níveis de contratualização descritos fazem esperar que o PO Intervir+ venha a atingir as metas previstas, mantendo-se os actuais níveis de eficácia e de eficiência.

7. Os Eixos Prioritários I, II e IV apresentam uma dinâmica mais elevada ao nível das contratualizações face aos restantes dois Eixos. Considerando que a Região viu a sua conjuntura alterada, num sentido inverso ao esperado e desejado, além de ter sido fortemente abalada em 2010 por uma catástrofe natural, o PO Intervir+ tem-se adaptado às dificuldades e alterações de contexto que o nortearam, respondendo positivamente às necessidades.

A taxa de compromisso global do PO Intervir+, a 31 de Dezembro de 2011, é de 82,3%, salientando-se o Eixo Prioritário I, com uma taxa de compromisso superior a 100%, e os Eixos Prioritários II e IV que se encontram já acima de 80%. Estes Eixos Prioritários têm uma elevada procura por parte dos beneficiários do Programa, destacando-se a procura pelos seguintes domínios de intervenção:

- 1.1.1 Incentivos às Empresas, designadamente PME;
- 1.1.2 Acções Inovadoras;
- 1.2.2 Economia Digital e Sociedade do Conhecimento;
- 2.1.1 Incentivos às Empresas, designadamente PME;
- 2.1.2 Engenharia Financeira;
- 2.2.1 Acções Colectivas;
- 2.2.2 Acolhimento Empresarial;
- 4.1.3 Educação;
- 4.1.4 Saúde e Desenvolvimento Social;
- 4.2.1 Reabilitação Urbana e Rural.

Ao invés, o Eixo Prioritário V apresenta uma menor taxa de compromisso, abaixo de 60%; no entanto, atendendo a que o domínio de intervenção 5.1.1 Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiféricidades apenas se iniciou em 2010 e as candidaturas são faseadas no tempo, parece-nos que essa taxa não é comprometedora da execução que se pretende atingir no final do Programa.

Este retrato é realizado após a reprogramação, que visou ajustar as dotações orçamentais programadas e disponíveis às necessidades reais dos beneficiários, tendo sido retiradas verbas do Eixo Prioritário III que apresentava, àquela data, um desempenho abaixo das expectativas, reforçando as dotações do Eixos I e II, com o objectivo de financiar projectos no domínio da energia valorizando o aproveitamento de recursos endógenos (hídricos e eólicos).

8. A execução financeira, por sua vez, apresenta níveis moderados, sendo a taxa de execução do Programa, a 31 de Dezembro de 2011, de 34,9%, apesar da taxa de compromisso se elevar acima dos 80%. Os Eixos Prioritários I e III são os que apresentam menores taxas de execução financeira, situando-se ambos abaixo dos 20%. Ao contrário, o Eixo Prioritário IV apresenta uma taxa de execução financeira superior a 50%.

A recente reprogramação do PO Intervir+ penaliza a evolução das taxas de execução dos Eixos Prioritários que absorveram verbas, ou seja os Eixos Prioritários I e II. Dentro destes, os domínios de intervenção que apresentam menores taxas de execução são, para além dos associados aos incentivos às empresas (1.1.1 Incentivos às Empresas, designadamente PME no Eixo I e 2.1.1 Incentivos às Empresas, designadamente PME no Eixo II):

- 1.1.2 Acções Inovadoras;

- 1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico;
- 2.2.3 Energia.

No caso dos domínios de intervenção 1.1.2 e 2.2.3, as taxas de execução observadas parecem estar condicionadas pela reprogramação e muito recente aprovação de novos projectos. Já nas restantes verifica-se alguma dificuldade dos beneficiários em executarem os projectos, em especial dadas as restrições ao acesso ao financiamento.

O Eixo Prioritário III apresenta a taxa de execução mais baixa no Programa, mesmo depois da reprogramação efectuada, situando-se em 17,4%. Contribuem para esta situação, os constrangimentos financeiros na execução dos projectos, a natureza plurianual dos mesmos (especialmente no domínio de intervenção 3.1.1 Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa) e os procedimentos de contratação pública que vários processos associados aos projectos implicam.

9. A Estrutura de Gestão do PO Intervir+, incluindo a existência de um Organismo Intermédio, tem-se revelado como facilitadora para o actual desempenho do Programa, nomeadamente ao nível da eficácia e da eficiência, destacando-se o apoio técnico aos beneficiários nas diversas fases do processo (divulgação, preparação de candidaturas, implementação e avaliação dos projectos), bem como a existência de um sistema de informação *online*.

Através de um contrato de delegação de competências, o IDERAM foi instituído como Organismo Intermédio, com poderes para a prática de actos associados à vertente específica dos incentivos às empresas, no âmbito dos Eixos Prioritários I, II e V.

Esta descentralização da gestão vem na linha de iguais medidas adoptadas em Quadros Comunitários de Apoio anteriores, dando-se dessa forma continuidade a uma boa prática, com resultados positivos, fruto também do relacionamento institucional IDR/IDERAM. Por outro lado, esta descentralização surge alinhada com a necessidade de promover e implementar iniciativas públicas com o maior grau de eficácia possível, fomentando a economia de recursos e a simplificação de processos e de procedimentos, de forma a garantir uma prossecução óptima dos objectivos do Programa.

Saliente-se ainda a percepção positiva dos beneficiários do PO Intervir+ quanto ao apoio técnico prestado pela AG e OI desde o desenvolvimento da candidatura até à execução dos projectos, tendo sido enfatizado a prontidão nas respostas e o conhecimento técnico.

10. Analisando as trajectórias do PO Intervir+, verifica-se que existe a preocupação em incentivar e apoiar um conjunto de projectos em alinhamento com os objectivos gerais e as prioridades estratégicas, articulando, sempre que adequado, a intervenção pública com a intervenção privada. De facto, denota-se, ao longo das trajectórias de execução, que a selecção de projectos tem sido efectuada, dentro de cada Eixo, em sintonia com as áreas prioritárias do Programa, nomeadamente ao nível da:

- Inovação, empreendedorismo, sociedade de informação, modernização do modelo económico de especialização regional;
- Consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais;
- Superação dos constrangimentos da insularidade.

Atendendo aos níveis de contratualização e de execução entretanto alcançados quanto às realizações e aos resultados, verifica-se a preocupação do PO Intervir+ em responder aos objectivos gerais incentivando o desenvolvimento de projectos em sintonia com as áreas estratégicas prioritárias,

fazendo crer que os investimentos apoiados irão dar resposta positiva às necessidades que esses objectivos pretendem combater.

Em maior detalhe, e contribuindo para a inovação, empreendedorismo, sociedade de informação, modernização do modelo económico de especialização regional, destacam-se as realizações e resultados ao nível dos investimentos em I&D, dos serviços públicos *online*, dos apoios a novas empresas/*start-up*, das acções colectivas e das empresas nelas envolvidas. Ao nível da consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais, assumem particular relevo os apoios associados à ampliação/requalificação do parque escolar e à reabilitação urbana, bem como o número de pessoas beneficiárias dessas mesmas intervenções. Finalmente e quanto à superação dos constrangimentos da insularidade, destaca-se claramente o número de empresas beneficiárias dos incentivos às empresas para compensação dos custos da ultraperifericidade.

No entanto, não se denotam grandes diferenças entre as trajectórias assentes nas realizações e nos resultados, verificando-se um cuidado em apoiar investimentos diversificados, permitindo chegar a todos os objectivos gerais. Neste enquadramento é importante salientar a existência de um número relevante de investimentos apoiados cujos impactos extravasam claramente as áreas prioritárias de intervenção, apresentando efeitos colaterais positivos em outras áreas, o que demonstra a preocupação em apoiar iniciativas de cariz aglutinador e capazes de gerar impactos sólidos e frutuozos. Destacam-se, por exemplo, os investimentos efectuados em acções colectivas em diferentes áreas temáticas envolvendo inúmeros agentes regionais, os apoios à envolvente empresarial através de um conjunto de SI diversificado e, finalmente, os apoios a intervenções “cirúrgicas” em áreas muito específicas e importantes para a coesão regional, como a área das energias renováveis, das infra-estruturas e equipamentos colectivos ou da modernização administrativa.

11. Analisando as taxas de compromisso do PO Intervir+, observa-se uma tendência do Programa (relativamente aos níveis actuais das taxas de compromisso) para privilegiar as intervenções associadas ao objectivo geral 1 (Eixos Prioritários I e II), destacando-se de forma mais premente os incentivos às empresas e ao sistema científico e tecnológico e sociedade de conhecimento. No entanto, considerando as actuais taxas de execução, o Programa revela uma propensão para reforçar a trajectória associada ao objectivo geral 3 (Eixos Prioritários IV e V), salientando-se neste caso os investimentos em infra-estruturas e equipamentos colectivos e em projectos de reabilitação urbana e rural.

Considerando as trajectórias financeiras verificadas até ao final de 2011, observa-se que o PO Intervir+ se posiciona mais próximo da concretização do objectivo geral 1 (Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego, desenvolvendo as capacidades regionais de inovação e o espírito empresarial e promovendo uma sociedade do conhecimento). Isto significa que os domínios de intervenção associados aos Eixos Prioritários I e II são as que têm reunido um maior compromisso por parte do Programa, mas também uma maior procura por parte dos beneficiários, destacando-se de forma mais notória os domínios de intervenção incentivos às empresas, acções inovadoras, economia digital e sociedade do conhecimento e acções colectivas. Assim, a trajectória de compromisso do Programa tem privilegiado as áreas da inovação, sociedade de informação, empreendedorismo e modernização do modelo económico de especialização regional, procurando dar resposta ao objectivo geral 1.

No entanto, as taxas de execução do PO Intervir+ demonstram uma trajectória mais próxima do objectivo geral 3 (Aumentar a coesão territorial, propiciando condições de equidade económica, social e territorial e promover a afirmação sustentada da identidade regional), isto é, verifica-se uma maior execução ao nível das intervenções apoiadas pelas prioridades definidas nos Eixos Prioritários IV e V. Destacam-se, neste contexto, as execuções financeiras já alcançadas ao nível de áreas fundamentais

para a consolidação dos subsistemas regionais e redução dos desequilíbrios territoriais (com relevo para os investimentos apoiados na área da educação e da reabilitação urbana e rural) e para a superação dos constrangimentos da insularidade.

12. Analisando as condições de acesso aos vários Sistemas de Incentivos, identificam-se alguns factores (nomeadamente o valor de despesa elegível mínima) que podem estar a limitar o potencial que se pretende que estes incentivos tenham para o desenvolvimento do tecido empresarial da Região.

Os diversos sistemas de incentivos apresentam características específicas face aos objectivos que pretendem promover, bem como face às suas áreas de intervenção, destacando-se por exemplo o valor de despesa elegível mínima (associada às condições de elegibilidade do projecto de investimento) ou as majorações às taxas base de incentivo.

Considerando que o tecido empresarial da Região é constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas, que existe uma elevada concentração das empresas no concelho do Funchal, que se verifica uma baixa adesão aos incentivos que privilegiam a I&DT e Inovação, que se tem verificado um aumento da taxa de desemprego, etc., será importante efectuar uma reflexão sobre as condições de acessibilidade e funcionamento dos vários SI.

13. De forma relacionada com os apoios directos às empresas, o PO Intervir+ prevê um conjunto específico de incentivos que visam desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região. No entanto, denotam-se baixos níveis de procura por parte dos beneficiários públicos e privados, sendo o número de projectos actual deficitário face às expectativas e objectivos da Região nestas áreas.

A área da investigação científica e tecnológica assume uma capital importância para a prossecução dos objectivos do PO Intervir+. Em articulação com os investimentos efectuados na área da inovação, os apoios nesta área contribuem para o objectivo de estruturar um sistema integrado de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação regional capaz de atrair investigadores e professores de mérito internacional.

Contudo, e apesar de prever o apoio a um conjunto de investimentos na área da ciência e da tecnologia (Eixo Prioritário 1) promovendo, por um lado, um domínio de intervenção específico (1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico) e, por outro, um SI às empresas que pretende fomentar a investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (+CONHECIMENTO - 1.1.1 Incentivos às Empresas, designadamente PME), denota-se que as realizações e resultados observáveis até este momento ficam aquém das expectativas. De facto, e analisando o domínio de intervenção 1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico, a taxa de compromisso é de apenas 61,6% e a taxa de execução atinge apenas 8,4%. Estes números, que dizem respeito a 10 projectos apoiados com investimento elegível de cerca de 8,3 Milhões de Euros, reflectem alguma dificuldade dos beneficiários em desenvolver projectos nestas áreas.

Igualmente, no sector das empresas, apenas 10 projectos haviam sido aprovados ao abrigo do SI + CONHECIMENTO (investimento elegível de cerca de 7,1 Milhões de Euros), o que demonstra uma baixa dinâmica da parte dos beneficiários empresariais em investirem nesta área.

14. Ao nível das intervenções que promovam a conservação do ambiente, da natureza e da biodiversidade, ou que fomentem a partilha de boas práticas de desenvolvimento regional europeu, não existem projectos aprovados.

Analisando a programação e aprovações do PO Intervir+ verifica-se que existem dois domínios de intervenção específicos, um no Eixo Prioritário III (3.1.2 Resíduos Sólidos Urbanos) e outro no Eixo Prioritário IV (4.3.1 Cooperação Interregional) que não têm qualquer projecto aprovado até ao momento.

A ausência de dinamismo nestes dois domínios demonstra baixa procura/interesse por parte dos beneficiários do PO Intervir+ por estas áreas. Se por um lado, ao nível dos resíduos sólidos urbanos, existe um projecto de dimensão razoável a ser apoiado através do Eixo Prioritário V Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade (Projecto “Sistema Regional de Triagem, Transferência, Tratamento e Valorização de RSU”, promovido pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais), ao nível da cooperação interregional o programa não está a conseguir gerar atracção em torno da possibilidade de se criarem interacções com outras regiões europeias, designadamente as ultraperiféricas.

Impactos

15. Considerando os impactos antecipáveis das realizações e resultados, em consequência dos investimentos que têm vindo a ser efectuados, denota-se um alinhamento com os objectivos gerais do Programa.

As concretizações do PO Intervir+ irão produzir um conjunto de efeitos e impactos com expressão ao nível de vários indicadores regionais associados aos objectivos gerais do Programa. Actualmente são observáveis alguns contributos positivos das concretizações já alcançadas em diversas áreas, destacando-se, por exemplo, os contributos para as áreas da Inovação, Sociedade de Informação, Energias Renováveis e Desenvolvimento Sustentável. No entanto, existem áreas em que os contributos são ainda ténues ou prejudicados (em contra-ciclo) pela evolução desfavorável da conjuntura, destacando-se, como exemplo, a área do empreendedorismo.

16. Relacionando as realizações e resultados do PO Intervir+ com as prioridades estratégicas do PDES 2007-2012, verifica-se que o Programa está a ter um contributo positivo e relevante para a prossecução dos objectivos estabelecidos no PDES 2007-2013, salientando-se em particular os contributos para a prioridade “Inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento”.

A prioridade “Inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento”, apesar de apresentar baixas taxas de execução nos domínios de intervenção do PO Intervir+ que lhe estão associados, apresentam uma elevada procura por parte dos beneficiários do Programa o que deixa antever a sua concretização.

Ao invés, a segunda prioridade do PDES 2007-2013 (“Desenvolvimento Sustentável”) apresenta mais constrangimentos em vir a ser alcançada, especialmente considerando as taxas de compromisso e de execução associadas aos domínios de intervenção do Eixo Prioritário III do PO Intervir+.

Contributos para as Agendas Temáticas

17. As intervenções do PO Intervir+ têm contribuído de forma positiva para a concretização das prioridades estratégicas da Agenda Temática Factores de Competitividade, nomeadamente para a renovação do modelo empresarial, através dos apoios concedidos no âmbito dos SI, e para a alavancagem dos projectos de investimento das empresas, através dos financiamentos concedidos pelos mecanismos de engenharia financeira.

A Agenda Temática Factores de Competitividade compreende sete tipologias que correspondem às prioridades estratégicas: acções colectivas de desenvolvimento empresarial; estímulos à produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico; estímulos ao desenvolvimento da sociedade de informação; incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do modelo de especialização; instrumentos de engenharia financeira; redes de infra-estruturas de apoio à competitividade; e redução dos custos públicos de contexto.

A maioria dos projectos e fundo aprovados no âmbito do PO Intervir+ refere-se a incentivos à inovação. Com efeito, analisando a distribuição do fundo aprovado por tipologia da Agenda Factores de Competitividade, verifica-se o predomínio da tipologia “Incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do modelo de especialização”, que representa cerca de 45,1% do fundo total aprovado. Analisando os níveis de execução, observa-se que os melhores resultados se referem a “Acções colectivas de desenvolvimento empresarial”, com 55,1% do fundo total executado.

Também os mecanismos de engenharia financeira têm assumido um papel bastante importante na redução do esforço financeiro exigido às empresas nos projectos contratados. No período em análise neste documento, foram criados 4 mecanismos de engenharia financeira (4 linhas de crédito), que permitiram apoiar 883 empresas.

18. Em termos globais, o desempenho do PO Intervir+ tem impactos relevantes na Agenda Temática Factores de Competitividade, salientando-se o número de empresas beneficiárias dos mecanismos de engenharia financeira e o número de novas empresas apoiadas no âmbito dos SI, bem como os incentivos ao desenvolvimento de sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

Como anteriormente referido, o PO Intervir + tem impactos relevantes nas prioridades temáticas da Agenda Temática Factores de Competitividade.

Analisando os indicadores comuns nacionais, destaca-se o número de empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira (883 empresas), que representa mais de 12% do número total de empresas beneficiárias destes mecanismos no QREN.

Considerando ainda os indicadores comuns nacionais, verifica-se que das 189 empresas apoiadas na RAM, 67 (cerca de 35,4%) pertencem a sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia. De sinalizar que, das 189 empresas apoiadas, 73 são novas empresas, sendo que, destas, 29 (aproximadamente 39,7%) actuam em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia. Estes valores são muito significativos, representando cerca de 9% do total nacional de novas empresas apoiadas e também aproximadamente 9% do número total de empresas apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

19. As intervenções do PO Intervir+ têm contribuído de forma positiva para a concretização das prioridades estratégicas da Agenda Temática Valorização do Território, nomeadamente para o reforço da coesão social e territorial, através do apoio à construção/modernização de equipamentos colectivos em áreas diversificadas, bem como para o aumento da segurança dos habitantes da RAM, através do financiamento a projectos de prevenção e gestão de riscos.

A Agenda Temática Valorização do Território compreende seis tipologias que correspondem às prioridades estratégicas: conectividade internacional, acessibilidade e mobilidade; política de cidades; prevenção, gestão e monitorização de riscos; protecção e valorização do ambiente; redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial; e sobrecustos da ultraperificidade.

No período em análise no presente documento, a tipologia da Agenda Temática que mais se destaca é a “sobrecustos da ultraperifericidade”, com cerca de 37,5% do fundo total aprovado. A segunda tipologia que mais se evidencia é a “política de cidades”, com aproximadamente 19,1% do total. Seguem-se a “prevenção e valorização do ambiente” com 17,9%, a “prevenção, gestão e monitorização de riscos” com 13,3%, a “redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial” com 10,5% e, por último, a “conectividade internacional, acessibilidade e mobilidade” com apenas 1,8%.

Em termos de execução, sinaliza-se novamente o predomínio da tipologia “sobrecustos da ultraperifericidade”, com cerca de 56,4% do fundo total executado nas diversas tipologias.

20. Em termos de impacto do Programa nesta Agenda, é mais reduzido do que o observado na Agenda Temática Factores de Competitividade, realçando-se, no entanto os apoios à construção/modernização de equipamentos na área do desporto, aos projectos de prevenção e gestão de riscos naturais e aos equipamentos culturais.

Analisando os indicadores comuns nacionais, verifica-se que o número de intervenções contratadas na Região representa, na maioria das tipologias de intervenção, menos de 1% do total nacional. A excepção verifica-se nos equipamentos desportivos, com maior representatividade (a RAM conta com 10 das 346 intervenções contratadas a nível nacional, o que representa 2,9% do total), seguidos dos projectos de prevenção e gestão de riscos naturais (7 das 476 intervenções contratadas a nível nacional, o que representa 1,5% do total) e dos equipamentos culturais (2 das 166 intervenções contratadas a nível nacional, o que representa 1,2% do total).

5.2. Recomendações

Na sequência das conclusões apresentadas, apontam-se um conjunto de recomendações centradas no actual PO Intervir+ e no Futuro Programa Operacional Regional.

Recomendações para o PO Intervir+

- I. Sobre a melhoria de desempenho do PO Intervir+
 1. Analisar os projectos aprovados que apresentam actualmente baixas taxas de execução face ao prazo dos mesmos e ao tempo já decorrido, de modo a tomar uma decisão sobre a sua viabilidade, mantendo-os em carteira ou desafectando recursos financeiros dos mesmos, cancelando-os. No caso de desafectação de recursos financeiros, os mesmos deverão ser afectos a domínios de intervenção de maior procura, tendo em atenção a regra do earmarking;
 2. Efectuar um acompanhamento e monitorização técnica mais finos sobre o desenvolvimento de projectos classificados como “Grandes Projectos”, dado, por um lado o seu peso na execução financeira do Programa e, por outro, a relevância que têm para a Região;
 3. Aproveitar a oportunidade recentemente surgida com a Regulamento (CE) nº 1311/2011 de 13 de Dezembro, que prevê a possibilidade de os Estados Membros em dificuldades económicas poderem aumentar as taxas máximas de co-financiamento comunitário aplicáveis aos pagamentos intermédios e aos pagamentos do saldo final;
 4. Sensibilizar as entidades do SCTR para os incentivos existentes no âmbito do domínio de intervenção 1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico, que devem ser aproveitados no sentido de desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região. Neste

âmbito, podem ser apoiadas, entre outras, iniciativas que promovam a atracção de investigadores/professores/cientistas de mérito internacional nas áreas prioritárias de investigação, o estímulo à permanência na Região de investigadores seniores, a atracção de estudantes de fora da Região, através do desenvolvimento de actividades de I&D, a participação em programas/projectos comunitários e nacionais, bem como o aprofundamento da cooperação em redes de Investigação, Desenvolvimento e Demonstração, e a transferência de tecnologia e de conhecimento. Se necessário, deverá ser procurado o envolvimento de entidades externas à Região, que possam dar o seu contributo para o desenvolvimento da ciência e tecnologia na Região;

5. Desenvolver, dentro do domínio de intervenção 4.3.1 Cooperação Interregional, iniciativas que promovam projectos de natureza pública para a identificação e análise de boas práticas com outras regiões ultraperiféricas, ao nível da prevenção de riscos ou energias renováveis, áreas em desenvolvimento na Região e importantes para a sustentabilidade da mesma;
- II. Sobre os instrumentos
6. Avaliar a possibilidade de rever as condições de elegibilidade dos projectos em alguns dos SI por forma a gerar mais atractividade de micro e pequenas empresas aos SI +CONHECIMENTO, SI TURISMO e SI QUALIFICAR+;
 7. Reformular o tipo e natureza dos projectos de investimento elegíveis no âmbito do SI QUALIFICAR+, acrescentando uma nova tipologia que promova iniciativas empresariais de deslocalização/transferência dos centros urbanos para os parques empresariais intervencionados;
 8. Avaliar a possibilidade de criar medidas que suportem a manutenção do emprego, especialmente nos SI +CONHECIMENTO, SI TURISMO e SI QUALIFICAR+, reduzindo a majoração da taxa base de incentivo prevista para “projectos localizados fora do Funchal” de 5% para 2,5% e criando uma nova majoração intitulada “Manutenção dos postos de trabalho até final do projecto” com 2,5% de majoração sobre a taxa base de incentivo;
 9. Reformular os regulamentos de apoio à I&D e à inovação da Região, nomeadamente o SI +CONHECIMENTO, procurando reforçar o interesse das empresas e das Entidades do SCTR nesta área, privilegiando o desenvolvimento de projectos em co-promoção, a aquisição, por parte das empresas, de serviços de I&DT junto de entidades do SCTR e a criação de núcleos de I&DT. Acessoriamente, deverá ser equacionada a possibilidade de incluir novas tipologias de projecto que permitam a realização de novos projectos de I&DT em parceria com outras entidades nacionais e internacionais, através do apoio à elaboração de candidaturas a programas internacionais;
 10. Analisar a viabilidade de serem identificadas novas soluções que permitam melhorar as condições de financiamento das empresas da Região para a realização de investimentos/projectos;
- III. Sobre os indicadores
11. Realizar a monitorização e apuramento dos indicadores de impacto agora definidos no exercício de avaliação intercalar em sede de encerramento do Programa;
 12. Alterar a metodologia de cálculo dos indicadores de realização e de resultado que se referem a projectos com mais do que uma intervenção física.

Recomendações para o Futuro Programa Operacional Regional

Considerando as opções futuras, colocadas pelo novo quadro comunitário de apoio, a RAM deverá promover o alinhamento dos novos Programas com a estratégia Europa 2020, nomeadamente ao nível de crescimento inteligente (relacionado com o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade

digital), crescimento sustentável (relacionado com a eficiência em termos de utilização de recursos) e crescimento inclusivo (relacionado com o aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, a aquisição de qualificações, ou a luta contra a pobreza).

Neste sentido, e de acordo com a Comunicação da Comissão Europeia “Contributo da Política Regional para um crescimento inteligente na estratégia «Europa 2020»”, a promoção do desenvolvimento e da competitividade das regiões implicará a definição de estratégias inteligentes para identificar as actividades que apresentam maior valor acrescentado para a Região. É assim recomendado que as autoridades nacionais e regionais possam desenvolver estratégias de especialização inteligente (Smart Specialization Strategies – S³) que maximizem o impacto da política regional (em conjugação com as outras políticas, nacionais e da União).

Naturalmente, uma mudança aprofundada da política regional apenas será possível no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual. Todavia, nos últimos anos do actual período de programação, os Estados-Membros e as regiões poderão já começar a reorientar as suas práticas.

Deste modo, a RAM deverá desde já desenvolver actividades tendentes à concretização de uma estratégia de especialização inteligente, tendo em vista assegurar uma utilização mais eficaz dos fundos públicos e estimular o investimento privado.

Estas estratégias pressupõem que as regiões devem concentrar os seus recursos num número reduzido de prioridades e evitar a dispersão dos investimentos em diferentes áreas e sectores de actividade. Deverão por isso ser exploradas as áreas mais promissoras em termos de vantagem comparativa, por exemplo em pólos de actividade, nos sectores existentes e nas actividades intersectoriais, nos mercados de maior valor acrescentado ou em áreas específicas de investigação. Esta focalização poderá implicar uma revisão crítica das prioridades estratégicas e das prioridades temáticas previstas no PDES 2007-2013 da Região.

Note-se que importa que esta revisão se assuma como um processo mobilizador e participado pelos agentes regionais. É importante que as estratégias de especialização inteligente não sejam impostas superiormente, mas resultem de um trabalho conjunto entre as empresas, os centros de investigação e as universidades, tendo em vista a identificação das áreas de especialização mais promissoras em cada Região, bem como as deficiências que impedem a inovação.

No sentido de beneficiar de acompanhamento próximo na definição e implementação da estratégia e de poder beneficiar da partilha de experiências com outras regiões, incluindo regiões ultra-periféricas, a RAM poderá promover a sua participação na “Plataforma S3” criada para o efeito a nível europeu.

As questões da investigação, desenvolvimento e inovação são centrais na estratégia Europa 2020, devendo ser reforçado o apoio a acções nestas áreas. Enquanto os programas de apoio à I&D, como o actual 7.º Programa Quadro de Investigação e o Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (CIP) e o futuro Horizonte 2020, devem continuar a focalizar os seus apoios na excelência, na aprendizagem mútua e na cooperação entre investigadores e empresas de toda a UE, os apoios da política regional devem continuar a ser orientados para a necessidade de garantir a integração e a aplicação prática da inovação em todas as regiões, de modo a alargar os seus benefícios a toda a UE e a maximizar o potencial da União baseado no conhecimento. Assim, o próximo programa operacional regional deverá prever instrumentos que promovam a I&D e a inovação na Região, que privilegiem a criação de laços de cooperação entre as empresas e as entidades do SCTR e que fomentem a cooperação inter-regional. Tendo em atenção as fragilidades do SCTR, o próximo quadro deverá privilegiar ainda mecanismos de envolvimento de agentes externos, que possibilitem o reforço das competências da Região em I&D.

A estratégia Europa 2020 dá também grande destaque à importância da transformação das ideias inovadoras em novos produtos e serviços, conjugada com o empreendedorismo. Neste sentido, será

relevante que o próximo programa operacional regional preveja um conjunto de mecanismos de apoio à actividade empreendedora, dando continuidade aos mecanismos implementados pela primeira vez no presente programa, que tiveram uma elevada procura por parte dos beneficiários. Sendo estes mecanismos inovadores na Região, recomenda-se ainda que seja realizada a monitorização do ecossistema do empreendedorismo, nos seus diferentes domínios, nomeadamente, capital humano, empresas e mercados, políticas e programas, apoio financeiro, cultura empreendedora e infra-estruturas e serviços de apoio²⁷.

Por último, no que se refere ao sistema de monitorização do próximo programa operacional regional, recomenda-se a definição de todos os indicadores (realização, resultado e impacto) no momento inicial de elaboração do programa, bem como o alinhamento dos mesmos com os objectivos (operacionais, específicos e gerais). Associada a esta acção, deverá ainda ser definida uma metodologia fina de monitorização destes indicadores.

²⁷ Para a monitorização do ecossistema de empreendedorismo, recomenda-se a utilização de um referencial internacional, como o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). O GEM é o maior estudo sobre empreendedorismo realizado a nível mundial. Foi realizado pela primeira vez em 1999, fruto de uma iniciativa conjunta do *Babson College* (Estados Unidos da América) e da *London Business School* (Reino Unido). Em 2010, foi realizado em 59 países e algumas regiões, incluindo a Região Autónoma dos Açores. A realização deste estudo permitirá o estabelecimento da linha de base do ecossistema de empreendedorismo na RAM, a análise da evolução do mesmo (se realizado a intervalos periódicos) e a comparação com os ecossistemas de empreendedorismo de outras regiões e países.

5.3. Quadro-síntese

O quadro-síntese apresenta apenas as conclusões associadas às recomendações efectuadas para o PO Intervir+, incluindo os destinatários das recomendações bem como as acções a desenvolver.

Tabela 70. Quadro-síntese das principais conclusões e recomendações

Conclusões associadas às recomendações	Recomendações	Destinatários	Acções a desenvolver
<p>8. A execução financeira, por sua vez, apresenta níveis moderados, sendo a taxa de execução do Programa, a 31 de Dezembro de 2011, de 34,9%, apesar da taxa de compromisso se elevar acima dos 80%. Os Eixos Prioritários I e III são os que apresentam menores taxas de execução financeira, situando-se ambos abaixo dos 20%. Ao contrário, o Eixo Prioritário IV apresenta uma taxa de execução financeira superior a 50%.</p>	<p>1. Analisar os projectos aprovados que apresentam actualmente baixas taxas de execução face ao prazo dos mesmos e ao tempo já decorrido, de modo a tomar uma decisão sobre a sua viabilidade, mantendo-os em carteira ou desafectando recursos financeiros dos mesmos, cancelando-os.</p>	<p>IDR IDERAM</p>	<p>A AG e o OI devem efectuar uma análise fina dos projectos aprovados há mais de 12 meses, especialmente nos domínios de intervenção que apresentam uma taxa de execução mais baixa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1.1.1 Incentivos às Empresas, designadamente PME; • 1.1.2 Acções Inovadoras; • 1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico; • 2.1.1 Incentivos às Empresas, designadamente PME; • 3.1.1 Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa). <p>Após esta análise sugere-se, sempre que possível, a realização de reuniões com os beneficiários ou grupos de beneficiários na tentativa de obter uma real percepção sobre a viabilidade dos projectos em causa, maximizando as taxas de execução do PO Intervir+.</p> <p>Na sequência das acções descritas e existindo disponibilidade de recursos financeiros, estes devem ser afectos a domínios de intervenção de maior procura, destacando-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1.2.2 Economia Digital e Sociedade do Conhecimento; • 2.1. Engenharia Financeira; • 4.1.3 Educação.

Conclusões associadas às recomendações	Recomendações	Destinatários	Acções a desenvolver
	<p>2. Efectuar um acompanhamento e monitorização técnica mais finos sobre o desenvolvimento de projectos classificados como “Grandes Projectos”, dado, por um lado, o seu peso na execução financeira do Programa e, por outro, a relevância que têm para a Região.</p>	<p>IDR IDERAM</p>	<p>A AG e o OI devem rever a metodologia de acompanhamento à execução dos projectos, privilegiando, nestes casos específicos, um conjunto de medidas que permitam efectuar uma monitorização da execução física e financeira mais sistemática, permitindo-lhes a todo o tempo terem uma real percepção da implementação dos projectos em causa.</p> <p>De entre as possíveis medidas a implementar, sugerem-se as seguintes: visitas de acompanhamento ao local de realização dos projectos, com a realização de reuniões; reportes mensais; entre outras que se julguem adequadas face à natureza do projecto e da entidade beneficiária.</p> <p>Estas acções poderão ser replicadas para os projectos que apresentam um grau de risco mais elevado, nomeadamente os projectos de cariz mais inovador.</p>
<p>1. O contexto actual é afectado negativamente pela crise macroeconómica, agravado pela insularidade, pela excessiva dependência do exterior relativamente aos combustíveis, pela redução do número de operadores em alguns sectores económicos, pela quebra de vários dos indicadores económicos relevantes do turismo e pelo aumento da taxa de desemprego na Região.</p> <p>2. As alterações socioeconómicas resultantes da grave crise financeira e do clima de restrição orçamental colocam desafios acrescidos à execução do PO Intervir+, exigindo um acompanhamento e monitorização da execução dos projectos ainda mais próximo. De facto, é importante procurar diminuir os riscos que advêm das dificuldades das empresas em aceder ao crédito, bem como dos executores públicos em disporem da contrapartida regional.</p> <p>3. Verificam-se, ainda assim, algumas evoluções positivas ao nível do contexto regional, reflectidas em indicadores associados às áreas da educação, da saúde, da sociedade de informação e da inovação.</p>	<p>3. Aproveitar a oportunidade recentemente surgida com o Regulamento (CE) nº 1311/2011 de 13 de Dezembro, que prevê a possibilidade de os Estados Membros em dificuldades económicas poderem aumentar as taxas máximas de co-financiamento comunitário aplicáveis aos pagamentos intermédios e aos pagamentos do saldo final.</p>	<p>IDR IDERAM</p>	<p>A AG e o OI poderão, em conjunto, estudar formas de explorar, em benefício da execução do PO Intervir+, as oportunidades que resultam do Regulamento (CE) nº 1311/2011 de 13 de Dezembro.</p>

Conclusões associadas às recomendações	Recomendações	Destinatários	Ações a desenvolver
13. De forma relacionada com os apoios directos às empresas, o PO Intervir+ prevê um conjunto específico de incentivos que visam desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região. No entanto, denotam-se baixos níveis de procura por parte dos beneficiários públicos e privados, sendo o número de projectos actual deficitário face às expectativas e objectivos da Região nestas áreas.	4. Sensibilizar as entidades do SCTR para os incentivos existentes no âmbito do domínio de intervenção 1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico, que devem ser aproveitados no sentido de desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região. Neste âmbito, podem ser apoiadas, entre outras, iniciativas que promovam a atracção de investigadores/professores/cientistas de mérito internacional nas áreas prioritárias de investigação, o estímulo à permanência na Região de investigadores seniores, a atracção de estudantes de fora da Região, através do desenvolvimento de actividades de I&D, a participação em programas/projectos comunitários e nacionais, bem como o aprofundamento da cooperação em redes de Investigação, Desenvolvimento e Demonstração, e a transferência de tecnologia e de conhecimento. Se necessário, deverá ser procurado o envolvimento de entidades externas à Região, que possam dar o seu contributo para o desenvolvimento da ciência e tecnologia na Região.	IDR	O IDR poderá promover acções de sensibilização, direccionadas à promoção das oportunidades existentes no domínio de intervenção 1.2.1 Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico, entre os beneficiários do PO Intervir+, procurando incentivar a participação de outras entidades nacionais que possam contribuir para o desenvolvimento da ciência e tecnologia na Região. Adicionalmente, poderá prever a criação de tipologias de operações que permitam o desenvolvimento de projectos diferenciados, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Projectos de apoio à elaboração de candidaturas de entidades públicas regionais a programas europeus enquadrados no 7º Programa Quadro; • Projectos que permitam dotar as entidades do SCTR de meios necessários ao desenvolvimento de actividades de cariz científico; • Projectos que permitam que as entidades do SCTR possam adquirir serviços externos especializados nas áreas prioritárias de investigação.
14. Ao nível das intervenções que promovam a conservação do ambiente, da natureza e da biodiversidade, ou que fomentem a partilha de boas práticas de desenvolvimento regional europeu, não existem projectos aprovados.	5. Desenvolver, dentro do domínio de intervenção 4.3.1 Cooperação Interregional, iniciativas que promovam projectos de natureza pública para a identificação e análise de boas práticas com outras regiões ultraperiféricas, ao nível da prevenção de riscos ou energias renováveis, áreas em desenvolvimento na Região e importantes para a sustentabilidade da mesma.	IDR	O IDR poderá desenvolver acções de sensibilização, direccionadas à promoção de projectos, individuais ou em parceria, de natureza pública para a identificação e análise de boas práticas com outras regiões ultraperiféricas. Adicionalmente, poderá prever a criação de tipologias de despesas que permitam a aquisição de serviços externos para o apoio à concepção, desenvolvimento e acompanhamento dos projectos.
12. Analisando as condições de acesso aos vários Sistemas de Incentivos, identificam-se alguns factores (nomeadamente o valor de despesa elegível mínima) que podem estar a limitar o potencial que se pretende que estes incentivos tenham para o desenvolvimento do tecido empresarial da Região.	6. Avaliar a possibilidade de rever as condições de elegibilidade dos projectos em alguns dos SI por forma a gerar mais atractividade de micro e pequenas empresas aos SI +CONHECIMENTO, SI TURISMO e SI QUALIFICAR+.	IDERAM	Apesar das alterações introduzidas em 2009 e 2010 aos vários SI, o IDERAM poderá, em conjunto com stakeholders que julgue relevantes, efectuar uma reflexão sobre o funcionamento dos SI + CONHECIMENTO, SI TURISMO e SI QUALIFICAR+, procurando criar medidas adicionais que potenciem uma maior participação por parte das micro e pequenas empresas.
	7. Reformular o tipo e natureza dos projectos de investimento elegíveis no âmbito do SI QUALIFICAR+, acrescentando uma nova tipologia que promova iniciativas empresariais de deslocalização/transferência dos centros urbanos para os parques empresariais intervencionados.	IDERAM	Apesar da Portaria nº 58/2010 prever o apoio à transferência, por imposição legal, de empresas para os parques empresariais intervencionados, o IDERAM poderá, em conjunto com stakeholders que julgue relevantes, efectuar uma reflexão sobre o funcionamento do SI QUALIFICAR+, procurando criar medidas que incentivem esta transferência. Sugere-se, por exemplo, a elaboração de uma orientação técnica neste sentido.

Conclusões associadas às recomendações	Recomendações	Destinatários	Acções a desenvolver
	8. Avaliar a possibilidade de criar medidas que suportem a manutenção do emprego, especialmente nos SI +CONHECIMENTO, SI TURISMO e SI QUALIFICAR+, reduzindo a majoração da taxa base de incentivo prevista para “projectos localizados fora do Funchal” de 5% para 2,5% e criando uma nova majoração intitulada “Manutenção dos postos de trabalho até final do projecto” com 2,5% de majoração sobre a taxa base de incentivo.	IDERAM	O IDERAM poderá, em conjunto com stakeholders que julgue relevantes, efectuar uma reflexão sobre o funcionamento dos SI +CONHECIMENTO, SI TURISMO e SI QUALIFICAR+, procurando criar medidas que incentivem a manutenção dos postos de trabalho pelas empresas beneficiárias. Sugere-se, por exemplo, a elaboração de orientações técnicas que estabeleçam a possibilidade de majorar as taxas de incentivo nos projectos que promovam a manutenção dos postos de trabalho.
	9. Reformular os regulamentos de apoio à I&D e à inovação da Região, nomeadamente o SI +CONHECIMENTO, procurando reforçar o interesse das empresas e das Entidades do SCTR nesta área, privilegiando o desenvolvimento de projectos em co-promoção, a aquisição, por parte das empresas, de serviços de I&DT junto de entidades do SCTR e a criação de núcleos de I&DT. Acessoriamente, deverá ser equacionada a possibilidade de incluir novas tipologias de projecto que permitam a realização de novos projectos de I&DT em parceria com outras entidades nacionais e internacionais, através do apoio à elaboração de candidaturas a programas internacionais.	IDERAM	O IDERAM poderá, em conjunto com <i>stakeholders</i> que julgue relevantes, efectuar uma reflexão sobre o funcionamento do SI +CONHECIMENTO procurando criar medidas que reforcem o interesse das empresas e Entidades do SCTR nesta área. Sugere-se, por exemplo, a elaboração de uma orientação técnica que restabeleça tipologias de projecto eliminadas na revisão do Regulamento efectuada em 2011 e estabeleça novas tipologias de projecto, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projectos em co-promoção; • Aquisição, por parte das empresas, de serviços de I&DT junto de entidades do SCTR ou SCTN; • Criação de núcleos de I&DT; • Apoio à elaboração de candidaturas a programas europeus enquadrados no 7º Programa Quadro.
1. O contexto actual é afectado negativamente pela crise macroeconómica, agravado pela insularidade, pela excessiva dependência do exterior relativamente aos combustíveis, pela redução do número de operadores em alguns sectores económicos, pela quebra de vários dos indicadores económicos relevantes do turismo e pelo aumento da taxa de desemprego na Região.			
2. As alterações socioeconómicas resultantes da grave crise financeira e do clima de restrição orçamental colocam desafios acrescidos à execução do PO Intervir+, exigindo um acompanhamento e monitorização da execução dos projectos ainda mais próximo. De facto, é importante procurar diminuir os riscos que advêm das dificuldades das empresas em aceder ao crédito, bem como dos executores públicos em disporem da contrapartida regional.	10. Analisar a viabilidade de serem identificadas novas soluções que permitam melhorar as condições de financiamento das empresas da Região para a realização de investimentos/projectos.	IDR IDERAM	A AG e o OI podem, em conjunto com <i>stakeholders</i> que julgue relevantes, procurar identificar alternativas às actuais soluções disponíveis para as empresas acederem a financiamentos.

Conclusões associadas às recomendações	Recomendações	Destinatários	Ações a desenvolver
3. Verificam-se, ainda assim, algumas evoluções positivas ao nível do contexto regional, reflectidas em indicadores associados às áreas da educação, da saúde, da sociedade de informação e da inovação.			
15. Considerando os impactos antecipáveis das realizações e resultados, em consequência dos investimentos que têm vindo a ser efectuados, denota-se um alinhamento com os objectivos gerais do Programa.	11. Realizar a monitorização e apuramento dos indicadores de impacto agora definidos no exercício de avaliação intercalar em sede de encerramento do Programa.	IDR	O IDR poderá identificar desde já um responsável pela monitorização e apuramento dos indicadores de impacto agora definidos no exercício de avaliação intercalar.
6. O cumprimento dos indicadores de realização e de resultado, especialmente se se atender aos níveis de contratualização já alcançados, apresenta níveis de eficácia e de eficiência positivos. Apesar de se observarem níveis de execução moderados em alguns Eixos Prioritários (mesmo considerando o facto de a metodologia de apuramento e acompanhamento de alguns dos indicadores apenas permitir a sua contabilização após o encerramento formal do projecto), estes não parecem comprometer as metas previstas.	12. Alterar a metodologia de cálculo dos indicadores de realização e de resultado que se referem a projectos com mais do que uma intervenção física.	IDR	O IDR poderá, de acordo com a Norma de Monitorização Física nº 9/2011, emitida pelo IFDR, alterar a metodologia de cálculo dos indicadores que se referem a projectos com mais do que uma intervenção física, de modo a reflectir nos relatórios de monitorização dados de execução mais próximos dos reais.

BIBLIOGRAFIA

Documentos, livros e artigos

- Augusto Mateus e Associados (2010), Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+
- Comissão Técnica de Coordenação do QREN (2011), Relatório Anual do QREN – III – 2010
- Comissão Técnica de Coordenação do QREN (2012), Boletim Informativo 14
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (2008), Anuário Estatístico da RAM 2007
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (2009), Anuário Estatístico da RAM 2008
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (2009), Madeira em Números - 2008
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (2010), Anuário Estatístico da RAM 2009
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (2010), Madeira em Números - 2009
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (2011), Anuário Estatístico da RAM 2010
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (2011), Madeira em Números – 2010
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (2011), Contas Regionais 1995-2010P
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (2011), Estatísticas da Saúde da Região Autónoma da Madeira - 2009
- Direcção Regional de Estatística da Madeira, Estatísticas da Cultura (2001-2010)
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (2011), Série retrospectiva das estatísticas do turismo (1976-2010)
- Direcção Regional de Planeamento e Finanças (2006), Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2007-2013
- Eurostat (2009), 'High-technology' and 'knowledge based services' aggregations based on NACE Rev.2
- GPEARl (2010), Sumários Estatísticos CIS2008 - Inquérito Comunitário à Inovação
- IDR (2007), Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM.
- IDR (2011), Caderno de Encargos do Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM (Programa Intervir+).
- IDR (2011), Nota Justificativa - Proposta de reprogramação do Programa Intervir+ aprovada na 5ª Reunião de Comissão de Acompanhamento
- INE (2011), Censos 2011 – Resultados Provisórios
- IESE (2007), Avaliação Ex-Ante do PO Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial
- Instituto da Água (2009), Relatório do Estado do Abastecimento de Água e da Drenagem e Tratamento de Águas Residuais
- Observatório do QREN (2004), EVALSED: A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – O GUIA
- Observatório do QREN (2010), Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013
- SCImago Research Group (2011), Ranking Ibero-Americano SIR 2011
- SESARAM (2010), Plano Estratégico 2010/2011

Turismo de Portugal (2007), Plano Estratégico Nacional do Turismo

Outra bibliografia consultada

Regulamento (CE) nº 1828/2006 da Comissão de 8 de Dezembro de 2006 que prevê as normas de execução do Regulamento (CE) nº 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e do Regulamento (CE) nº 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Regulamento (CE) nº 846/2009 da Comissão, de 1 de Setembro de 2009, que altera o Regulamento (CE) nº 1828/2006

Rectificação ao Regulamento (CE) nº 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro de 2006, publicada no JOUE L 295, de 12 de Novembro de 2009

Regulamento (UE) nº 832/2010 da Comissão, de 17 de Setembro de 2010, publicada no JOUE L 248, de 22 de Setembro de 2010, que altera o Regulamento (CE) nº 1083/2006

Regulamento (CE) nº 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que revoga o Regulamento (CE) nº 1783/1999

Regulamento (CE) nº 397/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, que altera o Regulamento (CE) nº 1080/2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no que respeita à elegibilidade dos investimentos em matéria de eficiência energética e de energias renováveis no sector da habitação

Regulamento (CE) nº 437/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Maio de 2010, que altera o Regulamento (CE) nº 1080/2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no que diz respeito à elegibilidade de intervenções habitacionais a favor de comunidades marginalizadas

Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho de 11 de Julho de 2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) nº 1260/1999

Rectificação ao Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho de 11 de Julho de 2006, publicada no JOUE L 239, de 1 de Setembro de 2006

Rectificação ao Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho de 11 de Julho de 2006, publicada no JOUE L 145, de 7 de Junho de 2007

Rectificação ao Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho de 11 de Julho de 2006, publicada no JOUE L 164, de 26 de Junho de 2007

Rectificação ao Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho de 11 de Julho de 2006, publicada no JOUE L 301, de 12 de Novembro de 2008

Regulamento (CE) nº 1341/2008 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) nº 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, no que diz respeito a certos projectos geradores de receitas

Regulamento (CE) nº 284/2009, do Conselho, de 7 de Abril de 2009, JOUE, nº L94, de 8 de Abril, que altera o Regulamento (CE) nº 1083/2006, no que diz respeito a certas disposições relativas à gestão financeira

Regulamento (UE) nº 539/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho de 2010, que altera o Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão no que respeita à simplificação de certos requisitos e no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira

Decreto-Lei nº 312/2007, Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que define as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período 2007 -2013 e para a estruturação dos programas operacionais temáticos e regionais

Decreto-Lei nº 74/2008 (Alteração ao Decreto -Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro)

Decreto-Lei nº 99/2009, DR, SÉRIE I, n.º 81, de 28 de Abril, procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro

Decreto Legislativo Regional nº 20/2007/M (Define o modelo de governação dos respectivos Programas Operacionais Regionais, inclusive estabelece a composição e competências da Unidade de Gestão e da Comissão de Acompanhamento)

Resolução nº 1085/2007/M (Designa os vários membros do quadro de governação dos Programas Operacionais Regionais)

Decreto Legislativo Regional nº 22/2007/M (Define as linhas orientadoras para a utilização dos instrumentos de apoio ao investimento, financiamento e funcionamento das empresas)

Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão

Regulamento Específico do Programa Intervir+

CrITÉRIOS de Selecção do Programa Intervir+

Manual de Procedimentos do Programa Intervir+

Contrato de Delegação de Competências entre IDR e IDE-RAM de 15 de Abril 2008

Contrato de Delegação de Competências entre IDR e IDE-RAM de 19 de Janeiro 2009 - Revoga o anterior

Contrato de Delegação de Competências entre IDR e IDE-RAM de 27 de Abril 2010 - Revoga o anterior contrato de delegação de competências e celebra novo contrato de delegação de competências entre o IDR e o IDE

Portaria nº 31/2008, de 31 de Março (Aprova o SI EMPREENDINOV I)

Portaria nº 34/2008, de 7 de Abril (Aprova o SI SIRE I)

Declaração de rectificação de 7 de Maio de 2008 que rectifica a Portaria n.º 34/2008

Portaria nº 160/2008, de 24 de Setembro (Aprova o SI QUALIFICAR+ I)

Portaria nº 161/2008, de 24 de Setembro (Aprova o SI +CONHECIMENTO)

Portaria nº 210/2008, de 3 de Dezembro (Aprova o SI-TURISMO)

Portaria nº 146/2009, de 4 de Novembro (Aprova o SI EMPREENDINOV II)

Portaria nº 147/2009, de 4 de Novembro (Aprova o SI SIRE II)

Portaria nº 148/2009, de 4 de Novembro (Aprova o SI QUALIFICAR+ II)

Portaria nº 149/2009, de 4 de Novembro (Aprova o SI TURISMO II)

Portaria nº 58/2010, de 20 de Agosto (Altera a Portaria nº 148/2009, de 4 de Novembro (SI QUALIFICAR+ II))

Comunicação C (2009) 9937 de 15 de Dezembro

Autorização de Auxílio estatal pela Comissão Europeia

Portaria nº 12/2010 de 18 de Março (Aprova o SI FUNCIONAMENTO I)

Comunicação C (2010) 6958 de 05 de Outubro - Auxílio estatal N 397/2010 - Portugal: Regime de auxílios ao funcionamento para médias, pequenas e microempresas na Madeira

Autorização de Auxílio estatal pela Comissão Europeia - JOCE C 311 de 16 de Novembro de 2010

Portaria nº 80/2010 de 26 de Outubro (Aprova o SI FUNCIONAMENTO II)

Portaria nº 82/2011, de 15 de Julho (Aprova o +CONHECIMENTO II)

Sites Consultados

CORDIS: <http://cordis.europa.eu/>

DREM – Direcção Regional de Estatística da Madeira: <http://estatistica.gov-madeira.pt/>

Eurostat: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

Instituto de Desenvolvimento Regional: <http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/>

Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira: <http://www.ideram.pt/>

IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira: <http://www.ihm.pt/>

INE: <http://www.ine.pt>

IVBAM: <http://www.vinhomadeira.pt/IVBAM-8.aspx>

Madeira Parques Empresariais: <http://www.mpe.pt>

Observatório do QREN: <http://www.observatorio.pt/>

Portal da Qualidade: <http://www.qualidademadeira.com.pt/>

SRT – Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes: <http://srtt.gov-madeira.pt/>